



INSTITUTO RIO BRANCO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



**Concurso de Admissão
à Carreira de Diplomata**

Guia de Estudos

2007

Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Diretor do Instituto Rio Branco

Embaixador Fernando Guimarães Reis

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2007, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam deste **Guia**:

- Edital de 6 de dezembro de 2006, do Diretor do Instituto Rio Branco;
- Portaria nº 336, de 30 de maio de 2003, do Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- Orientação para estudo, contendo programas das disciplinas, bibliografia para as provas e exemplos de respostas que mereceram aprovação no concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências.

Brasília, em dezembro de 2006.



EDITAL DE 6 DE DEZEMBRO DE 2006 CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que estarão abertas, de 11 de dezembro de 2006 a 21 de janeiro de 2007, as inscrições para o Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata, nos termos dos artigos 35 e 36 da Medida Provisória n.º 319, de 24 de agosto de 2006.

O Concurso obedecerá às seguintes normas:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB). O texto deste Edital estará também disponível nos endereços eletrônicos do IRBr (<http://www.irbr.mre.gov.br>) e do CESPE/UnB (<http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007>), bem como eventuais informações adicionais sobre o Concurso.

1.2 O Concurso terá três fases, especificadas a seguir:

- a) Primeira Fase: Teste de Pré-Seleção (TPS), de caráter eliminatório, constituído de questões objetivas de Português, História do Brasil, História Mundial, Política Internacional e Inglês;
- b) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório;
- c) Terceira Fase: provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de Noções de Economia e de Espanhol ou Francês.

1.3 Cada uma das fases será realizada simultaneamente nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA, São Paulo/SP e Vitória/ES.

1.4 VAGAS: 105, sendo 6 vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

2 DO CARGO

2.1 A aprovação no Concurso habilitará o candidato: 1.º) a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida; e 2.º) a ter matrícula no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, regulamentado pela Portaria n.º 336 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 30 de maio de 2003, publicada no *Diário Oficial da União* de 12 de junho de 2003.

2.2 REMUNERAÇÃO INICIAL NO BRASIL: R\$ 7.183,91 (sete mil e cento e oitenta e três reais e noventa e um centavos).

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Ter sido aprovado no Concurso.

3.2 Ser brasileiro nato, conforme o artigo 12, § 3.º, inciso V, da Constituição Federal.

3.3 Estar no gozo dos direitos políticos.

3.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.

3.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

3.6 Apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. No caso de candidatos cuja graduação tenha sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo Ministério da Educação, nos termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

3.7 Haver completado a idade mínima de dezoito anos.



3.8 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

3.9 O atendimento a cada um dos requisitos acima é de responsabilidade exclusiva do candidato.

3.10 Será excluído do Concurso o candidato que não atender a qualquer dos requisitos acima enumerados ou que, quando for o caso, não obtiver a autorização de que trata o subitem 5.4.1 deste Edital.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

4.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, 5% serão providas na forma do artigo 37, VIII, da Constituição Federal, do artigo 5.º, § 2.º, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

4.1.1 O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

4.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório; e

b) encaminhar laudo médico original ou cópia simples, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 4.2.1.

4.2.1 O candidato portador de deficiência deverá entregar, até o dia **23 de janeiro de 2007**, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, o laudo médico (original ou cópia simples) a que se refere a alínea “b” do subitem 4.2, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino – Asa Norte, Brasília/DF.

4.2.1.1 O candidato poderá, ainda, encaminhar o laudo médico (original ou cópia simples), via SEDEX, postado impreterivelmente até o dia **23 de janeiro de 2007**, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2007 (laudo médico), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970.

4.2.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia simples), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo a seu destino.

4.3 O candidato portador de deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.4.9 deste Edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto n.º 3.298/99 e suas alterações.

4.4 O laudo médico (original ou cópia simples) terá validade somente para este Concurso público e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

4.4.1 A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência será publicada no *Diário Oficial da União* e divulgada na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007>, no Edital de locais e horário de realização do Teste de Pré-Seleção.



4.4.1.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar as razões do indeferimento, pessoalmente ou por meio de fax, *e-mail* ou via SEDEX, citados no subitem 13.5.1 deste Edital. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

4.5 A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não-atendimento às condições especiais necessárias.

4.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se portadores de deficiência, se aprovados e classificados no Concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte e, caso obtenham classificação necessária, figurarão também na lista de classificação geral.

4.7 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, aprovados e classificados no Concurso Público, deverão submeter-se à perícia médica promovida pela Junta Médica designada pelo Diretor do Instituto Rio Branco, que verificará sobre a sua qualificação como portador de deficiência ou não, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício do cargo, nos termos do artigo 43 do Decreto n.º 3.298/99 e suas alterações.

4.8 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), conforme especificado no Decreto n.º 3.298/99 e suas alterações, bem como à provável causa da deficiência.

4.9 A não-observância do disposto no subitem 4.8, a reprovação na perícia médica ou o não-comparecimento à perícia acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

4.10 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no Concurso, figurará na lista de classificação geral.

4.11 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será eliminado do Concurso.

4.12 As vagas definidas no subitem 4.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO

5.1 As inscrições poderão ser efetuadas somente via Internet, conforme procedimentos especificados a seguir.

5.1.1 TAXA: R\$ 100,00.

5.1.2 Será admitida a inscrição exclusivamente via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007>, solicitada no período entre **10 horas do dia 11 de dezembro de 2006** e **23 horas e 59 minutos do dia 21 de janeiro de 2007**, horário oficial de Brasília/DF.

5.1.3 O CESPE/UnB não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.1.4 O candidato poderá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU COBRANÇA).

5.1.4.1 A GRU estará disponível no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007> e deverá ser impressa para o pagamento da taxa de inscrição **imediatamente** após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *online*.

5.1.4.2 A GRU COBRANÇA pode ser paga em qualquer banco, bem como nas lotéricas e Correios, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.



5.1.5 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia **23 de janeiro de 2007**.

5.1.6 As inscrições somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

5.2 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007>, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

5.3 Informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007>.

5.4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

5.4.1 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pela segunda língua estrangeira – Espanhol ou Francês – para efeito de realização da prova da Terceira Fase e pela cidade de provas. Uma vez efetivada a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

5.4.1.1 O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no Concurso e sua eventual aprovação só será válida se obtiver a autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou do Presidente da República, conforme o caso, a que se referem, respectivamente, o artigo 33, § 3.º, e o artigo 34, § 3.º, da Medida Provisória n.º 319, de 24 de agosto de 2006, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência aplica-se também ao(a) candidato(a) casado(a) com estrangeira(o), cuja separação judicial ainda não tenha transitado em julgado.

5.4.2 É vedada a inscrição condicional (salvo o disposto no subitem 5.4.1.1), a extemporânea, a via postal, a via fax ou a via correio eletrônico.

5.4.3 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou para outros concursos.

5.4.4 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

5.4.5 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE/UnB e o IRBr do direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta.

5.4.6 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

5.4.7 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição.

5.4.8 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.

5.4.9 O candidato, portador de deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar, até o dia **23 de janeiro de 2007**, impreterivelmente, via SEDEX, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB – Concurso IRBr Diplomata 2007 (laudo médico), *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), mezanino, ala norte – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, laudo médico (original ou cópia simples) que justifique o atendimento especial solicitado. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública. A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.4.9.1 O laudo médico (original ou cópia simples) referido no subitem 5.4.9 poderá, ainda, ser entregue, até o dia **23 de janeiro de 2007**, das 8 horas às 19 horas, pessoalmente ou por terceiro, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada no *Campus* Universitário



Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino – Asa Norte, Brasília/DF.

5.4.9.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia simples), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo a seu destino.

5.4.9.3 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas.

5.4.9.4 O laudo médico valerá somente para este Concurso, não será devolvido e não serão fornecidas cópias desse laudo.

5.4.9.5 A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será publicada no *Diário Oficial da União* e divulgada no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007>, no Edital de locais e horário de realização do Teste de Pré-Seleção.

5.4.9.5.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar as razões do indeferimento pessoalmente ou por meio de fax, *e-mail* ou via SEDEX, citados no subitem 13.5.1 deste Edital.

5.4.10 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da posse.

6 DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

6.1 O Teste de Pré-Seleção, de caráter eliminatório, abrangerá as disciplinas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Política Internacional e de Inglês.

6.2 **Data e horário:** o TPS será aplicado no dia **11 de fevereiro de 2007**, em duas etapas: a primeira às **9 horas** (horário oficial de Brasília/DF), com duração de **3 horas**; e a segunda às **15 horas** (horário oficial de Brasília/DF), também com duração de **3 horas**.

6.2.1 Na data provável de **2 de fevereiro de 2007**, os locais de realização do TPS serão publicados no *Diário Oficial da União*, divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007>. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

6.2.2 O CESPE/UnB poderá enviar, como complemento às informações citadas no subitem anterior, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por *e-mail* ou pelos Correios, sendo de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição, o que não o desobriga do dever de observar o Edital a ser publicado, consoante o que dispõe o subitem 6.2.1 deste Edital.

6.3 Características: o TPS será constituído de 65 questões objetivas.

6.3.1 As questões serão do tipo múltipla escolha e do tipo CERTO ou ERRADO.

6.3.2 Cada questão do tipo múltipla escolha terá cinco opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão deste tipo, cinco campos de marcação correspondentes às cinco opções: A, B, C, D e E, devendo o candidato preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando.

6.3.2.1 Para obter pontuação em cada questão de múltipla escolha, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas correspondentes às opções da questão.



6.3.3 Cada questão do tipo CERTO ou ERRADO será constituída de quatro itens. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código **C**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código **E**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

6.3.3.1 Para obter pontuação em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas correspondentes a esse item.

6.3.4 O candidato deverá transcrever as respostas das questões do TPS para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro de preenchimento do candidato.

6.3.5 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com as instruções contidas na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não-preenchido integralmente.

6.3.6 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de ter a correção de sua prova prejudicada pela impossibilidade de realização da leitura óptica.

6.3.7 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

6.3.8 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por agente do CESPE/UnB devidamente treinado.

6.3.9 O CESPE/UnB divulgará a imagem da folha de respostas dos candidatos que realizaram o TPS, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007>, após a data de divulgação do resultado final do TPS. A referida imagem ficará disponível até quinze dias corridos da data de publicação do resultado final do Concurso Público.

6.3.9.1 Após o prazo determinado no subitem anterior, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de respostas.

7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

7.1 A folha de respostas será corrigida por meio de processamento eletrônico.

7.2 A nota em cada questão do tipo múltipla escolha, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,20 ponto negativo (menos vinte centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja mais de uma marcação.

7.3 A nota em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 0,25 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,25 ponto negativo (menos vinte e cinco centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja marcação dupla.

7.4 Para cada candidato, o cálculo da nota no conjunto das questões do TPS será igual à soma algébrica das notas obtidas em todas as questões e os itens que o compõem.

7.5 Será eliminado do Concurso o candidato que obtiver nota inferior a 40% da pontuação máxima possível no conjunto das questões.



7.5.1 Os candidatos eliminados na forma do subitem 7.5 deste Edital não terão classificação alguma no Concurso.

7.5.2 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 7.5 serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas obtidas no conjunto das questões.

7.6 Para os candidatos não eliminados segundo o subitem 7.5.2 será calculada a nota final no TPS (NFTPS) como sendo igual à soma das notas obtidas no conjunto das questões objetivas.

7.7 Os candidatos serão ordenados de acordo com a soma das notas obtidas no conjunto das questões e os classificados até a 300.^a posição (20.^a posição para os portadores de deficiência), respeitados os empates na última colocação, serão considerados aprovados na Primeira Fase.

7.7.1 Os candidatos que não estiverem classificados até a 300.^a posição serão eliminados e não terão classificação alguma no Concurso.

7.8 Os candidatos aprovados na Primeira Fase serão convocados para a prova da Segunda Fase, em Edital a ser publicado no *Diário Oficial da União*, na data provável de **27 de fevereiro de 2007**, do qual constarão igualmente os locais de realização da prova.

7.9 Todos os cálculos citados neste Edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

8 DOS RECURSOS REFERENTES AO TPS

8.1 Os gabaritos oficiais preliminares das questões do TPS serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007>, até as 18 horas da data provável de **13 de fevereiro de 2007**.

8.2 O candidato que desejar interpor recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas disporá de dois dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação desses gabaritos, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília/DF), ininterruptamente, conforme datas determinadas nesses gabaritos.

8.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (<http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007>), e seguir as instruções ali contidas.

8.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso. Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital ou em outros editais que vierem a ser publicados no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

8.5 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

8.6 Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou de item de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a essa questão ou ao item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão ou de item de questão integrante da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007> no momento da divulgação do gabarito definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

8.8 Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico ou entregue fora do prazo.

8.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou de recurso de gabarito oficial definitivo, bem como recurso contra o resultado final nas demais fases.

8.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.



9 DA SEGUNDA FASE: PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

9.1 **Data e horário:** a prova escrita de Português será aplicada no dia **4 de março de 2007**, às **14 horas** (horário oficial de Brasília/DF), nos locais determinados pelo Edital de convocação a que se refere o item 7.8. Esta prova terá a duração de **5 horas**.

9.2 **Características:** a prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos). A redação e os exercícios de interpretação textual terão por base textos extraídos da bibliografia obrigatória constante do programa da prova de Português, que integra o Anexo deste Edital.

9.3 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 600. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.

9.4 O candidato que entregar a redação ou algum dos exercícios em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida estará eliminado e não terá sua prova corrigida.

9.5 **Aprovação:** serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), a nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova de Português.

9.6 **Resultado:** o resultado provisório da Segunda Fase será anunciado na sede do IRBr, em Brasília, às **16 horas** (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **10 de abril de 2007**, e divulgado via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007>, até as 20 horas desse mesmo dia.

9.7 **Recursos:** a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Segunda Fase serão divulgados quando da publicação deste resultado.

9.7.1 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as **18 horas** (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **30 de abril de 2007**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*, em Edital que convocará os candidatos aprovados para as provas da Terceira Fase do Concurso.

10 DA TERCEIRA FASE: PROVAS ESCRITAS DE HISTÓRIA DO BRASIL, DE GEOGRAFIA, DE POLÍTICA INTERNACIONAL, DE INGLÊS, DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, DE NOÇÕES DE ECONOMIA E DE ESPANHOL OU FRANCÊS.

10.1 A Terceira Fase constará de sete provas escritas, a serem realizadas de acordo com o seguinte calendário:

- data provável de **5 de maio de 2007**: História do Brasil;
- data provável de **6 de maio de 2007**: Geografia;
- data provável de **12 de maio de 2007**: Política Internacional;
- data provável de **13 de maio de 2007**: Inglês;
- data provável de **19 de maio de 2007**: Noções de Direito e Direito Internacional Público;
- data provável de **20 de maio de 2007**: Noções de Economia;
- data provável de **20 de maio de 2007**: Espanhol ou Francês.

10.2 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia terão a duração de **5 horas** cada uma, com início às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF). As provas de Espanhol e de Francês terão a duração de **2 horas**, com início às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF).

10.3 Características referentes às provas da Terceira Fase:



10.3.1 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Direito e Direito Internacional Público e de Noções de Economia consistirão, cada uma, de cinco questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos para cada prova.

10.3.2 A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de quatro partes: versão de um ou mais textos (valor: 15 pontos); tradução de um ou mais textos (valor: 15 pontos); resumo e exercícios textuais (valor: 25 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 45 pontos).

10.3.2.1 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

10.3.3 A prova de Espanhol (como opção de segunda língua estrangeira – *vide* subitem 5.4.1 deste Edital), com o valor máximo de 50 (cinquenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) em língua espanhola. As respostas deverão ser dadas em Espanhol.

10.3.4 A prova de Francês (como opção de segunda língua estrangeira – *vide* subitem 5.4.1 deste Edital), com o valor máximo de 50 (cinquenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) em língua francesa. As respostas deverão ser dadas em Francês.

10.4 O candidato que não comparecer a uma das sete provas, ou entregar uma prova em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará eliminado e não terá qualquer das provas corrigidas.

10.5 **Aprovação:** serão considerados aprovados na Terceira Fase do Concurso os candidatos que tenham alcançado a nota mínima de 390 (trezentos e noventa) pontos na soma das pontuações obtidas nas sete provas desta fase.

10.6 **Resultado:** o resultado provisório das provas da Terceira Fase será anunciado, na sede do IRBr, em Brasília, às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **11 de junho de 2007**, e divulgados via Internet até as 20 horas do mesmo dia.

10.7 **Recursos:** a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Terceira Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.

10.8 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Terceira Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **26 de junho de 2007**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*.

11 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NO CONCURSO

11.1 A nota final no Concurso será a igual à soma das notas obtidas nas provas da Segunda e da Terceira Fases.

11.2 A classificação final no Concurso, que determinará a ordem de ingresso dos aprovados na classe inicial da Carreira de Diplomata, corresponderá à ordem decrescente das respectivas notas finais.

11.3 O resultado final do Concurso será divulgado na Internet e publicado no *Diário Oficial da União* na data provável de **27 de junho de 2007**.

12 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1 Em caso de empate na nota final no Concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) tiver idade superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição nesta seleção, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso;
- b) obtiver a maior nota na prova escrita de Português;
- c) obtiver a maior soma de notas nas sete provas da Terceira Fase;
- d) obtiver a maior nota no Teste de Pré-Seleção.

12.1.1 Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.



13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 **Aceitação das normas deste Edital:** o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no *Diário Oficial da União*. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

13.2 O Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata 2007 estará oportunamente disponível no endereço eletrônico <http://www.irbr.mre.gov.br/guia2007>. Sua leitura é obrigatória e de caráter complementar a este Edital.

13.3 Os programas das provas da Segunda e da Terceira Fases do Concurso estão detalhados no Anexo deste Edital.

13.4 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de locais e de horários de aplicação das provas, informações quanto à posição do candidato no Concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a publicação da homologação do Concurso.

13.4.1 O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados e os editais a serem publicados no *Diário Oficial da União* e divulgados na Internet, nos endereços eletrônicos <http://www.irbr.mre.gov.br> e <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007>.

13.5 O candidato poderá obter informações referentes ao TPS junto à Central de Atendimento do CESPE/UnB, localizada no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino, Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448 0100 ou via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2007>, ressalvado o disposto no subitem 13.4 deste Edital.

13.5.1 O candidato que desejar relatar ao CESPE/UnB fatos ocorridos durante a realização do Concurso deverá fazê-lo à Central de Atendimento do CESPE/UnB, postar correspondência para a Caixa Postal 4488, CEP 70904-970; encaminhar mensagem pelo fax de número (61) 3448 0110; ou enviá-la para o endereço eletrônico sac@cespe.unb.br.

13.6 Não serão identificadas, para efeito de correção, as provas da Segunda e da Terceira Fases.

13.6.1 As provas da Segunda e da Terceira Fases serão identificadas em público no momento do anúncio dos resultados.

13.7 Os candidatos terão direito à vista das provas e poderão interpor recurso contra os resultados provisórios da Segunda e da Terceira Fases, observadas as seguintes condições:

- a) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;
- b) só será aceito requerimento de recurso fundamentado, que indique precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;
- c) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;
- d) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

13.8 A legibilidade é condição indispensável para a correção de todas as provas.

13.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, de comprovante de inscrição ou do Boletim Informativo e de documento de identidade original.

13.10 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.



13.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997).

13.11.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo antigo), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

13.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

13.12.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

13.13 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 13.11 deste Edital, será automaticamente excluído do Concurso.

13.14 Será eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapalaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha.

13.14.1 O CESPE/UnB recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior, no dia de realização das provas.

13.14.2 O IRBr e o CESPE/UnB não se responsabilizarão por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.

13.15 O candidato deverá permanecer **obrigatoriamente** no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.

13.15.1 A inobservância do subitem anterior acarretará a não-correção das provas e, conseqüentemente, a eliminação do candidato no Concurso Público.

13.16 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas e a folha de rascunho, que é de preenchimento facultativo, no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.

13.16.1 Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a sua realização:

- a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
- b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;
- c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapalaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira e/ou borracha;



- d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- e) fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- f) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas e/ou o caderno de respostas das questões discursivas;
- i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas, na folha de respostas ou no caderno de respostas das questões discursivas;
- j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;
- l) não permitir a coleta de sua assinatura e/ou de sua impressão digital;

13.17 Exige-se traje apropriado nos dias de realização das provas.

13.18 Não será admitido o ingresso de candidatos nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

13.19 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora da data e do local predeterminados em Edital e/ou em comunicado.

13.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento a qualquer das provas implicará a eliminação automática do candidato.

13.21 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento de candidato da sala de provas.

13.22 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será eliminado do Concurso.

13.23 No dia de realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

13.24 O prazo de validade do Concurso será de noventa dias, a contar da data de publicação do resultado final, sem possibilidade de prorrogação.

13.25 O candidato deverá manter atualizado seu endereço no CESPE/UnB, por meio de requerimento, e no IRBr, enquanto estiver participando do Concurso. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não-atualização de seu endereço.

13.26 Concomitantemente à divulgação do resultado final do Concurso, os candidatos serão convocados para se submeterem a exame pré-admissional, conforme subitem 3.8.

13.27 Os casos omissos serão resolvidos pelo IRBr, com a colaboração do CESPE/UnB quando necessário.

FERNANDO GUIMARÃES REIS

Diretor

ANEXO

NOTA: A fim de facilitar a consulta por parte do candidato, os programas mencionados no subitem 13.3 do Edital constam deste Guia de Estudos nas seções de orientação para o estudo referentes a cada disciplina, razão pela qual não se reproduz neste ponto o ANEXO do Edital.



PORTARIA Nº 336, DE 30 DE MAIO DE 2003

Revoga Portaria de 01 de novembro de 1995, que regulamenta o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase, PROFA-I, e institui novo regulamento para incorporar modificações decorrentes da implantação do Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco no processo de formação dos diplomatas.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o disposto nas Leis nº 70501, de 27 de junho de 1986, especialmente em seus artigos 38 e 39, parágrafos únicos, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995, resolve revogar Portaria de 01 de novembro de 1995 e estabelecer o seguinte regulamento para o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA-I), doravante denominado Curso de Formação do Instituto Rio Branco:

Regulamento do Curso de Formação do Instituto Rio Branco

Capítulo I

Das finalidades e duração

Art. 1º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco tem por finalidade a avaliação das aptidões e capacidade de funcionário nomeado para o cargo inicial da carreira de diplomata do Serviço Exterior, durante o estágio probatório de que trata o art. 8º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

Art. 2º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco compreende as atividades de formação e desempenho funcional, a serem coordenadas pelo Instituto Rio Branco (IRBr).

Art. 3º Considerando a natureza da carreira diplomática, poderão ser utilizados como instrumentos de formação e aperfeiçoamento trabalhos práticos, exercícios, preleções, exames, debates em seminários, monografias, treinamento, visitas a Estados da Federação e demais atividades que programe o Diretor do IRBr.

Art. 4º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco começará no máximo 30 (trinta) dias após a nomeação dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, e terá a duração de quatro períodos consecutivos, assim distribuídos:

a) os dois primeiros períodos, de não mais do que 20 semanas cada um, darão ênfase a atividades indispensáveis à formação e ao aperfeiçoamento do funcionário nomeado, a luz das necessidades da carreira diplomática;

b) os dois últimos períodos compreenderão cursos de aperfeiçoamento e dedicação à pesquisa ou prática diplomática;

c) os estágios regulares no exterior serão realizados somente pelos alunos do Mestrado em Diplomacia, após a apresentação ou a aprovação das dissertações, e terão duração de até seis meses;

d) a distribuição dos estagiários por postos será feita preferencialmente por ordem de classificação nos exames de qualificação no Mestrado;

e) a designação de estágio no exterior em determinada missão ou instituição poderá se



condicionada à elaboração de dissertação de Mestrado sobre tema específico.

Art. 5º O funcionário não se poderá recusar a tomar parte ou submeter-se a quaisquer dos instrumentos e atividades de formação e aperfeiçoamento acima mencionados.

Capítulo II Da avaliação

Art.6º A avaliação das atividades do Curso de Formação do Instituto Rio Branco ficará a cargo do IRBr e das Chefias imediatas.

Art. 7º O funcionário nomeado e dedicado à prática diplomática será avaliado segundo critérios de produtividade, assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa e responsabilidade.

Parágrafo Único – Na aferição desses critérios, serão considerados obrigatoriamente a proficiência nos instrumentos de formação e aperfeiçoamento, bem como o desempenho profissional, a conduta pessoal e a integração com a carreira;

Art. 8º A avaliação semestral, de que trata o art. 10, § 2º, alínea a, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, anexo ao Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, com as alterações aprovadas pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado, e as alterações subsequentes, será graduada por notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), e por conceitos de “satisfatório” ou “insatisfatório”;

a) a média das notas do período será considerada suficiente se igualar ou superar 60 (sessenta) em cada atividade considerada obrigatória;

b) os conceitos serão também emitidos ao final de cada período;

c) em caso de insuficiência de notas ou de avaliação de “insatisfatório”, o funcionário será notificado formalmente pelo Diretor do IRBr.

d) Só será admitida uma notificação; e

e) Na eventualidade de uma segunda notificação, que poderá comprometer a confirmação no Serviço Exterior do funcionário nomeado, o Secretário Geral das Relações Exteriores designará Comissão de três diplomatas – composta pelo Diretor do IRBr e de dois outros dentre os Ministros de Segunda Classe e Conselheiros da carreira de diplomata – para examiná-la.

Art. 9º Os relatórios relativos aos períodos de avaliação, a serem submetidos pelo Diretor do Instituto Rio Branco ao Secretário Geral das Relações Exteriores, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, § 2, alínea b, acima citado, e as alterações subsequentes, incluirão as notas e os conceitos conferidos e, se for o caso, as notificações.

CELSO AMORIM

(DOU 112, 12 de junho de 2003)

Orientação para estudo

(inclui: programas e bibliografias para as provas das Segunda e Terceira Fases, e exemplos de provas do Concurso anterior)

Teste de Pré-Seleção (TPS)

Português

História do Brasil

Geografia

Política Internacional

Inglês

***Noções de Direito e Direito
Internacional Público***

Noções de Economia

Espanhol

Francês

História Mundial (TPS)

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

O Teste de Pré-Seleção (TPS), como o nome indica, é uma prova preliminar e seletiva, de caráter eliminatório. Seu objetivo é testar, de modo amplo, a capacidade de compreensão e a cultura dos candidatos.

O TPS tem natureza própria, se comparado com as provas das Fases subseqüentes. Em termos de orientação para estudo, não comporta recomendações particulares, uma vez que não lhe corresponde um programa específico.

No Concurso de 2007, o TPS será constituído de 65 questões objetivas de Português, de História do Brasil, de História Mundial, de Política Internacional e de Inglês. Em virtude do caráter interdisciplinar da prova, uma questão poderá contemplar conhecimentos relativos a mais de uma disciplina.

Ainda que, na preparação dos candidatos, sejam certamente muito úteis as informações constantes deste Guia sobre as provas de Português (Segunda Fase), de História do Brasil, de Política Internacional e de Inglês (Terceira Fase), o conteúdo das questões do TPS não se limitará a esses programas. O mesmo vale para História Mundial (disciplina que não consta das provas de Terceira Fase), cujo programa é reproduzido ao final deste volume – junto com a bibliografia pertinente – conforme figurava no Guia de Estudos de 2004.

*



PORTUGUÊS

A prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 600 a 650 palavras (valor: 60 pontos), e de dois exercícios de interpretação de textos, com a extensão de 100 a 150 palavras cada um (valor de cada exercício: 20 pontos). A redação e os exercícios de interpretação textual terão por base textos extraídos da bibliografia obrigatória constante do programa abaixo.

Programa:

1. Língua Portuguesa: modalidade culta usada contemporaneamente no Brasil. 1.1. Sistema gráfico: ortografia, acentuação e pontuação; legibilidade. 1.2. Morfossintaxe. 1.3. Semântica. 1.4. Vocabulário.
2. Leitura e produção de textos. 2.1. Compreensão, interpretação e análise crítica de textos em língua portuguesa. 2.2. Conhecimentos de Lingüística, Literatura e Estilística: funções da linguagem; níveis de linguagem; variação lingüística; gêneros e estilos textuais; textos literários e não-literários; denotação e conotação; figuras de linguagem; estrutura textual. 2.3. Redação de textos dissertativos dotados de fundamentação conceitual e factual, consistência argumentativa, progressão temática e referencial, coerência, objetividade, precisão, clareza, concisão, coesão textual e correção gramatical. 2.3.1 Defeitos de conteúdo: descontextualização, generalização, simplismo, obviedade, paráfrase, cópia, tautologia, contradição. 2.3.2 Vícios de linguagem e estilo: ruptura de registro lingüístico, coloquialismo, barbarismo, anacronismo, rebuscamento, redundância e linguagem estereotipada.

Bibliografia obrigatória: ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. _____. **Papéis Avulsos**. CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. _____. **Memórias do Cárcere**. RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**.

Bibliografia sugerida:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1999.

Atualizado em <http://www.academia.org.br/vocabulario>

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004. (versão impressa e eletrônica).

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos**. 25. ed. São Paulo: Globo, 2000.



_____. **Dicionário de verbos e regimes**. 44. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

_____. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Dez – 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KURY, Adriano da Gama. **Ortografia, pontuação e crase**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. **Manual do Candidato – Português**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.

VANOYE, Francis. **Usos da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WILSON, John. **Pensar com conceitos**. Trad. Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Orientação para a prova de Português

A prova de Português afere o domínio, por parte do candidato, da norma culta na modalidade escrita da língua portuguesa, sua competência de leitura e análise críticas, bem como a capacidade de síntese e de organização de idéias.

A prova apresenta textos curtos – extraídos da bibliografia obrigatória acima reproduzida –, que servem de base para uma redação (com o valor de 60 pontos) sobre tema suscitado pelos textos e para dois exercícios de interpretação (com o valor de 20 pontos cada um). O apoio em textos propicia subsídios ao candidato, visando evitar que deixe de escrever por falta de motivação ou informação acerca do objeto temático.

Produto do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso, a **redação** deve revelar a maturidade intelectual do candidato. Este deverá demonstrar pensamento crítico, proveniente da capacidade de incorporar e inter-relacionar leituras prévias, sem afastar-se do tema proposto. Será avaliada a habilidade do candidato de redigir dissertação coerente e coesa, que exponha – com fluência e adequação – informações e argumentos fundamentados e logicamente encadeados. A aplicação de fórmulas prontas, fruto de adestramento precário e simplista, é enfaticamente desaconselhada.

As **questões de interpretação** devem ser respondidas de forma direta e objetiva, o que não desobriga o candidato de estruturar sua resposta, elaborando texto coerente, apoiado em raciocínio sólido. São critérios de avaliação nessas questões a objetividade, a precisão, a clareza e a concisão, além naturalmente do correto uso da língua portuguesa.



O candidato deverá obedecer aos limites de extensão definidos nos comandos das questões. Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,2 pontos para cada palavra que faltar para atingir o total exigido de 600. Será atribuída nota zero à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação zero na avaliação da correção gramatical.

A legibilidade é condição indispensável para a correção da prova escrita de Português e critério de apenação do candidato. São aceitos o uso de letra de forma (ou “letra maiúscula manuscrita”), respeitada a distinção entre maiúsculas e minúsculas, e as rasuras legíveis (“risco feito para tornar inválidas ou ilegíveis palavras ali contidas, ou substituí-las por outras”).

Prova de 2006

Leia os textos I, II e III a seguir.

Texto I

Vasco Leitão da Cunha

Durante oito anos não houve concurso, de maneira que eu via as pessoas serem nomeadas e fiquei achando que não teria ocasião de entrar para o Itamaraty, porque não me considerava suficientemente apadrinhado. Torcia pela abertura do concurso, achava que era a maneira séria e correta de entrar. Foi o Mangabeira quem reabriu os concursos, que passaram a se realizar todo mês de junho, durante quatro anos. Minha banca, em 1927, foi presidida. [...]. Eramos 20 e só dois fomos aprovados. [...]. Comecei no Itamaraty como terceiro-oficial da Secretaria de Estado, ganhando 450 mil réis. No escritório do meu avô eu ganhava o dobro, um conto de réis. [...]

A diplomacia estava à espreita, estava me esperando, acho que desde sempre. [...]

Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDOC. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; Brasília: FUNAG, 2003. p. 9-10.

Texto II

Fernando de Azevedo

[...] só muito recentemente, a partir de João Ribeiro e Capistrano de Abreu, começaram os nossos estudos históricos a ser penetrados de espírito científico e a apresentar, em conseqüência, mais rigor na interpretação dos fatos.

Mas dever-se-ia concluir daí, de todas as dificuldades inerentes a trabalhos dessa ordem, que seria inútil ou infecunda uma tentativa de síntese da cultura brasileira? Parece-nos que não. Antes de tudo, uma visão de conjunto, por imperfeita que fosse, teria a vantagem de grupar numa exposição metódica finas indicações e observações seguras que, dispersas por um grande número de estudos monográficos, perdem assim muito de sua força explicativa e ficam necessariamente incompletas. Por mais difícil que seja, é possível, não só pela utilização dos materiais conhecidos, mas, com as impressões recolhidas da reflexão sobre os



fatos, traçar o quadro provisório da cultura no Brasil, sem dela fazer uma caricatura, tão de gosto dos pessimistas que não situam o esforço brasileiro no seu clima social e histórico, nem apresentar um retrato lisonjeiro, que podia ser agradável à vaidade nacional, mas não serviria para nos abrir os olhos sobre a realidade e conduzir-nos o esforço empreendido pela libertação do espírito. Assim uma tal obra seria desde logo uma “tomada de consciência” de nós mesmos, desde que seriamente pensada, construída e documentada [...]

A cultura brasileira. 4ª ed. Brasília: EdUnB, 1963. p. 48-9.

Texto III

Machado de Assis

A persistência do benefício na memória de quem o exerce explica-se pela natureza mesma do benefício e seus efeitos. Primeiramente, há o sentimento de uma boa ação, e dedutivamente a consciência de que somos capazes de boas ações; em segundo lugar, recebe-se uma convicção de superioridade sobre outra criatura, superioridade no estado e nos meios; e esta é uma das coisas mais legitimamente agradáveis, segundo as melhores opiniões, ao organismo humano. Erasmo, que no seu Elogio da Sandice escreveu algumas coisas boas, chamou a atenção para a complacência com que dois burros se coçam um ao outro. Estou longe de rejeitar essa observação de Erasmo; mas direi o que ele não disse, a saber, que se um dos burros coçar melhor o outro, esse há de ter nos olhos algum indício especial de satisfação.

Memórias Póstumas de Brás Cubas. Rio de Janeiro: Ediouro. p. 30.

Parte I – Redação

Elabore uma dissertação com base no texto I, podendo privilegiar um de seus aspectos. Dê título a sua dissertação.

**Extensão: de 600 a 650 palavras
(valor: 60 pontos)**

Fabiano Rubio Scarano (55,5/60)

O acesso à carreira diplomática e a excelência do Itamaraty

*O texto de Vasco Leitão da Cunha, extraído de **Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDOC**, serve, sobretudo, para ilustrar o tradicional empenho do Itamaraty em formar quadros de alto nível. Aquele depoimento certamente surpreende o leitor contemporâneo alheio ao fato de que o Itamaraty vem realizando concurso há muito tempo, mesmo quando o nepotismo, o tráfico de influências e o “apadrinhamento” eram antes regra que exceção nas formas de acesso ao serviço público brasileiro. Essa tradição de excelência foi reforçada com o passar dos anos, a ponto de o Ministério das Relações Exteriores ser hoje reconhecido por oferecer profissionais do mais alto nível para a República.*

É sintomático que, desde o Governo Itamar Franco, tenha crescido significativamente o número de diplomatas atuando em outros ministérios, em muitos casos, na assessoria direta dos respectivos ministros de Estado. Essa tendência demonstra a proficiência desses servidores públicos não apenas como agentes políticos do Brasil no exterior, mas também



como adjuvantes na elaboração das políticas nacionais, hoje tão carregadas de dimensão e implicação internacional.

O Instituto Rio Branco e sua prova de admissão à carreira de Diplomata são, seguramente, o ponto de partida dessa trajetória de êxito profissional. O elevado grau de dificuldade do concurso tende a selecionar apenas aqueles de formação mais sólida, de modo a permitir que o curso oferecido pelo Instituto se beneficie do alto nível de seus alunos. Entretanto, uma importante questão, que veio ganhando relevo juntamente com o fortalecimento da democracia brasileira, após o fim da ditadura militar, é a da democratização do acesso à instituição. Há até pouco tempo, apenas membros da elite brasileira, incluindo os próprios filhos de diplomatas, tinham formação adequada para passar no concurso. Esse fato motivou o Ministério das Relações Exteriores a implementar iniciativas destinadas a melhor nivelar o campo de disputa entre os aspirantes à carreira diplomática. Uma delas, que merece os maiores elogios, é a realização das provas, simultaneamente, em diversas capitais brasileiras, desobrigando os candidatos a deslocarem-se para Brasília, o que, em muitos casos, representava imensa dificuldade financeira.

Mais recentemente, o Instituto Rio Branco vem incrementando seus esforços em direção à maior democratização de acesso à carreira diplomática, especialmente no que se refere ao formato do concurso. A medida mais polêmica nesse sentido é aquela que torna a prova de inglês classificatória, em oposição a seu tradicional caráter eliminatório, o que tem sido motivo de intensas críticas daqueles que temem queda no padrão de qualidade dos aprovados e prejuízo para a reputação de excelência daquela carreira.

Independentemente de questões técnicas relacionadas ao formato do concurso, constata-se hoje um evidente avanço na diversidade do perfil e da qualificação dos jovens diplomatas. Advogados, economistas, jornalistas, engenheiros: integrantes de todas as fileiras profissionais, enfim, logram aprovação no concurso do Rio Branco, o que é garantia de um Itamaraty mais sinceramente representativo da sociedade brasileira, sem, de modo algum, comprometer a qualidade de seus quadros. Pelo contrário, o fenômeno da globalização e o crescente interesse da sociedade brasileira em assuntos relacionados a questões internacionais motivam uma visibilidade e um poder de atração do Itamaraty sobre os jovens profissionais que só podem favorecer a continuação do alto nível da instituição.

Na época de Vasco Leitão da Cunha, eram apenas vinte os candidatos para aquele concurso. Em menos de um século, o Brasil pode-se vangloriar do fato de que esse número se aproxima dos seis mil, conforme as estatísticas relativas ao exame do ano de 2006. Isso indica sensível elevação do nível educacional brasileiro e o crescente interesse da sociedade em acompanhar seu processo de internacionalização. Felizmente, o Itamaraty, considerado um das instituições mais tradicionais da República, dá sinais claros de que acompanha a evolução dos tempos e está perfeitamente habilitado a cumprir seu papel, seja auxiliando o Presidente na formulação de nossa política externa, seja na motivação e conscientização da sociedade para a relevância do tema.

Parte II – Exercício I

Com base no texto II, na perspectiva de hoje, interprete o conceito de “‘tomada de consciência’ de nós mesmos”.

**Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)**



Flávio Antonio da Silva Dontal (18,5/20)

Na perspectiva atual, a “tomada de consciência de nós mesmos” é o trabalho permanente de compreender e sintetizar as características gerais da cultura brasileira. É a atividade de análise constante do material científico e histórico disponível e a reflexão sobre os acontecimentos presentes. É empreender, com segurança e sobriedade, o nosso esforço civilizatório como nação e o nosso dever de aprimoramento. A “tomada de consciência de nós mesmos” é definir e manter nossa identidade nacional autônoma, para que nossa nação “liberte seu espírito”, ou seja, mantenha sua independência cultural. Trata-se da busca e manutenção de uma identidade nacional que nos dê senso de individualidade como povo e que garanta nossa independência.

Parte II – Exercício II

Com base no texto III, interprete a referência feita por Machado de Assis ao trecho que atribui a Erasmo, autor do **Elogio da Loucura**.

**Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)**

Jean Karydakís (18/20)

*Machado de Assis, em trecho de **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, explica a persistência com que a ação de benefício se imprime na memória de quem a pratica. Além do aspecto evidentemente positivo da boa ação, ela conferiria, segundo Machado, a percepção de certa superioridade, para seu autor, em relação àquele que dela se beneficiou.*

A referência a Erasmo e à complacência que este observa em dois burros que se coçam serve para provar sua tese. Machado complementa Erasmo e afirma que, se um dos burros melhor coçasse seu companheiro, ele teria maior satisfação que o outro: experimentalmente, assim, o sentimento de superioridade enunciado pelo Bruxo do Cosme Velho.

*



HISTÓRIA DO BRASIL

A prova de História do Brasil consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. O período colonial. A Configuração Territorial da América Portuguesa. O Tratado de Madri e Alexandre de Gusmão.
2. O processo de independência. Movimentos emancipacionistas. A situação política e econômica européia. O Brasil sede do Estado monárquico português. A influência das idéias liberais e sua recepção no Brasil. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
3. O Primeiro Reinado (1822-1831). A Constituição de 1824. Quadro político interno. Política exterior do Primeiro Reinado.
4. A Regência (1831-1840). Centralização *versus* Descentralização: reformas institucionais (o Ato Adicional de 1834) e revoltas provinciais. A Dimensão Externa.
5. O Segundo Reinado (1840–1889). O Estado centralizado; mudanças institucionais; os partidos políticos e o sistema eleitoral; a questão da unidade territorial. Política externa : as relações com a Europa e Estados Unidos; questões com a Inglaterra; a Guerra do Paraguai. A questão da escravidão. Crise do Estado Monárquico. As questões religiosa, militar e abolicionista. Sociedade e Cultura: população, estrutura social, vida acadêmica, científica e literária. Economia: a agroexportação; a expansão econômica e o trabalho assalariado; as políticas econômico-financeiras; a política alfandegária e suas conseqüências.
6. A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos militares. A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a “política dos estados”; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agro-exportadora. A crise dos anos 1920: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930. A política externa: a obra de Rio Branco; o panamericanismo; a II Conferência de Paz da Haia (1907); o Brasil e a Grande Guerra de 1914; o Brasil na Liga das Nações. Sociedade e cultura: o Modernismo.
7. A Era Vargas (1930-1945). O processo político e o quadro econômico-financeiro. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. Sociedade e cultura.
8. A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. Industrialização e urbanização. Política externa: relações com os Estados Unidos; a Guerra Fria; a “Operação Panamericana”; a “política externa independente”; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
9. O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. O processo de transição política. A economia. Política externa: relações com os Estados Unidos; o “pragmatismo responsável”; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. Sociedade e cultura.
10. O processo democrático a partir de 1985. A Constituição de 1988. Partidos políticos e eleições. Transformações econômicas. Impactos da globalização. Mudanças sociais. Manifestações culturais. Evolução da política externa. Mercosul. O Brasil na ONU.



Bibliografia sugerida:

- BOMFIM, Manoel. **A América Latina. Males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BOXER, Charles. **A Idade de Ouro do Brasil: as dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- CAMPOS, Flávio; Dohnnikoff, Miriam. **Manual do Candidato: História do Brasil**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.
- CARONE, Edgar. **A República Velha**. São Paulo: DIFEL.
- _____. **A Segunda República**. São Paulo: DIFEL.
- _____. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo: DIFEL. 1982.
- _____. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL. 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem/Teatro de Sombras**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2002.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo/Publifolha, 2001. 2 v.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2003.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2003.
- GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1995.
- _____. **O Brasil Monárquico: do Império à República**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, v.7)
- IGLESIAS, Francisco. **Trajatória Política do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- LINS, Álvaro. **Rio Branco (Barão do Rio Branco): biografia pessoal e história política**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1996.



MONIZ BANDEIRA, L. A. **Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

SCHWARTZ, Liliam Moritz. **As barbas do Imperador D. Pedro II: um monarca dos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

Prova de 2006

Questão 1

O Tratado de Madri de 1750, firmado entre Portugal e Espanha, tinha por fim imediato estabelecer a divisão do território ao sul do Brasil para acabar com as disputas pela região; porém, pela primeira vez, após o de Tordesilhas de 1494, definia-se toda a linha divisória das possessões das coroas ibéricas na América. A respeito do Tratado de Madri, exponha:

- a) a contribuição do negociador Alexandre de Gusmão;
- b) os resultados mais importantes quanto à demarcação do território brasileiro na época e para a posteridade.

Christiana Lamazière (20/20)

O Tratado de Madri, de 1750, é momento fundamental para o processo de conformação territorial do Brasil e, igualmente, para o surgimento dos princípios norteadores da política externa brasileira.

No que tange aos desacordos territoriais que opunham a Coroa Espanhola à Portuguesa, o Tratado de Madri reviu as premissas contidas no Tratado de Tordesilhas, refutando a idéia de que os tratados antigos serviriam para delimitar as fronteiras das possessões espanholas e portuguesas na América. De acordo com o novo entendimento, o traçado das fronteiras deveria seguir os princípios das fronteiras naturais e do uti possidetis. A importância das fronteiras naturais – cadeias de montanhas, rios, e outros marcos naturais – estaria em firmar marcos indiscutíveis de territorialidade e evitar, assim, a probabilidade de atritos no futuro. Já o uti possidetis inaugurou o gosto pelo pragmatismo na política externa brasileira, ao contrapor o fato da ocupação efetiva e natural do território ao que havia sido acordado em tratados anteriores. Esse princípio favoreceu sobremaneira a expansão territorial da colônia portuguesa, pois, no caso das fronteiras, a norma – os tratados vigentes – parecia congelar-lhe o potencial. Quanto ao princípio do uti possidetis, pode-se ver na sua consagração no Tratado de Madri uma tendência que acompanha o Brasil até hoje, qual seja, a de favorecer institucionalização mais branda das relações regionais, já que o País possui maior poder relativo nessa esfera, enquanto favorece maior normatização das relações no meio global, pois nessa esfera seu poder relativo – pelo menos no que tange às capacidades materiais – é menor. Uma vez que a institucionalização das relações tende a reduzir a flexibilidade da diplomacia brasileira na busca do interesse nacional, ela foi substituída por um princípio mais realista, o uti possidetis, já na época colonial. O uti possidetis impediu que normas internacionais – como o Tratado de Tordesilhas – diluíssem o poder relativo português e se tornassem obstáculo à força da expansão portuguesa.



Nesse sentido, o negociador do Tratado de Madri, Alexandre de Gusmão, inaugurou o pragmatismo na política externa do Brasil, razão pela qual é conhecido como o “avô da diplomacia brasileira”. O pragmatismo consiste no recurso constante à racionalidade política a fim de melhor garantir o interesse nacional do País e da sociedade como um todo. Alexandre de Gusmão introduziu, na diplomacia da Coroa Portuguesa para a demarcação das fronteiras, esse elemento de flexibilidade que norteia o realismo político: saber adotar apenas as normas que favorecem a margem de manobra do País para que este atinja seus objetivos racionais.

Os resultados mais importantes do Tratado de Madri quanto à delimitação do território brasileiro se referem principalmente à região sul do País. De acordo com o Tratado de Madri, a Coroa Portuguesa deveria devolver a Colônia do Sacramento à Coroa Espanhola, uma vez que tal território não havia sido adquirido de acordo com o princípio da expansão natural contido no uti possidetis. Em troca, Portugal recebeu a área dos Sete Povos das Missões, a qual correspondia mais adequadamente à idéia de uma expansão natural – que não era o caso da Colônia do Sacramento, construída pelo mar visando principalmente garantir o acesso de Portugal a uma das margens do rio da Prata, objetivo sempre presente nos planos geopolíticos portugueses.

O território dos Sete Povos das Missões foi posteriormente retomado pela Coroa Espanhola por meio do Tratado de San Ildefonso, mas retornou à Coroa Portuguesa com o Tratado de Badajoz, que ainda reafirmou a centralidade do uti possidetis para reger as discussões das fronteiras na América Ibérica. A região dos Sete Povos permaneceria, entretanto, objeto de contestação mesmo após as independências das colônias portuguesa e espanholas. Com efeito, coube ao Barão do Rio Branco resolver a questão por meio da defesa da soberania brasileira no território após a Proclamação da República. Os conhecimentos geográficos do Barão e sua habilidade política deram a vitória ao Brasil na arbitragem sobre a questão do território agora conhecido como Palmas.

Questão 2

Discorra sobre os seguintes aspectos do Movimento Modernista, inaugurado com a Semana de Arte Moderna de 1922:

- a) as idéias que inspiraram o movimento;
- b) as principais contribuições de escritores brasileiros ao projeto modernista, de 1922 a 1945.

Maurício Gomes Candeloro (20/20)

a) A Grande Guerra que ceifou a vida de milhões de jovens europeus de 1914 a 1918 alterou profundamente a visão de mundo daquele continente. O otimismo na ciência e a crença em relação ao “progresso” sucumbiram diante da carnificina daquela guerra no seio da civilização européia. Os efeitos do conflito no pensamento e na cultura foram imediatos para o sepultamento da Belle Époque e para o surgimento do Modernismo.

Este último assumiu diferentes versões. Na Suíça, entre jovens que se recusavam a lutar na guerra, surgiu o Dadaísmo. O Cubismo na França e o Expressionismo alemão foram outras manifestações no rol exaustivo que forma o movimento moderno como um todo.



O Brasil, distante da ebulição européia do imediato pós-guerra, foi refratário a essas inovações até a Semana de Arte Moderna de 1922, que teve lugar no Teatro Municipal de São Paulo.

Roberto Schwartz e seu conceito de “idéias fora de lugar” podem ser evocados na análise de como um movimento marcadamente europeu, típico de sociedade altamente industrializada e destruída pela guerra, pôde ser absorvido (ou deglutido, para usar a expressão de Oswald de Andrade) pela sociedade brasileira da República Velha, caracterizada pela agricultura e por organizações sociais arcaicas. Nesse sentido, o fato de o Modernismo ter “surgido” na capital paulista não pode ser desprezado.

São Paulo, nesse momento, industrializava-se rapidamente. Era uma cidade de imigrantes, em especial italianos, portugueses e árabes. A elite cafeeira adotara a cidade como sua residência permanente, em detrimento da fazenda (absenteísmo), o que enriquecera a cidade, dotando-a de infraestrutura técnica e cultural. Essa elite paulistana falava francês, lia Shakespeare e era educada por preceptoras alemãs. Tinha, portanto, os pés no Brasil e a cabeça na Europa. São os membros dessa elite que vão patrocinar o Modernismo no Brasil. No entanto, é um equívoco afirmar que, antes de 1922, não havia nada de moderno no Brasil. Curiosamente, pode-se considerar Monteiro Lobato, autor do virulento artigo “Paranóia e Mistificação”, em que criticava os modernistas do Teatro Municipal, como um escritor pré-moderno.

Do ponto de vista conceitual, celebrou-se a “antropofagia” de Oswald de Andrade. O Manifesto Antropófago pregava a absorção de idéias vindas de fora (sua deglutição), sua adaptação à realidade brasileira (misturadas à elementos da cultura nacional) e o conseqüente surgimento de algo novo e genuinamente brasileiro. Valoriza-se, assim, o passado e, ao mesmo tempo, a influência estrangeira. Havia, por outro lado, modernistas que refutavam essa visão “cosmopolita”. Os nativistas eram favoráveis ao fechamento da cultura brasileira à influência externa, vista como maléfica. Deveríamos valorizar exclusivamente o que é nosso. Essa visão seria adotada pela AIB (Ação Integralista Brasileira), de Plínio Salgado e Menotti Del Picchia, dois participantes da Semana de 1922.

b) O Modernismo teve profunda influência entre os escritores brasileiros. Nas Ciências Sociais, Antônio Candido identifica três autores e três obras, chamando os primeiros de “demiurgos” do pensamento social brasileiro, verdadeiros divisores de águas. São eles: Gilberto Freyre, com Casa Grande & Senzala (1933); Sérgio Buarque de Holanda, com Raízes do Brasil (1936) e Caio Prado Jr., com Formação do Brasil Contemporâneo (1942).

Freyre, culturalista, influenciado por Franz Boas, sublinha a importância da mestiçagem na formação da cultura e do caráter nacionais. Holanda, também culturalista, está influenciado por Max Weber, e faz análise institucional do Brasil: a dificuldade do “homem cordial” brasileiro, profundamente afetivo, em manter relações frias, formais e racionais, o que explicaria o patrimonialismo. Prado Jr., por sua vez, faz análise estruturalista (marxista) da formação do país. Para ele, o Brasil já nasce capitalista, mas inserido de maneira subordinada no capitalismo mundial (divisão internacional do trabalho).

Na literatura, o período em tela é momento de grande efervescência. Além da obra dos participantes diretos da Semana de 1922, como Mário de Andrade (Macunaíma, Contos Novos) e Oswald de Andrade (O Rei da Vela), o Modernismo cria raízes em nosso País e espalha-se pelo território nacional. Com efeito, nos 1930/1940, essa “difusão” fica evidente com o surgimento do Regionalismo de José Lins do Rego e Jorge Amado. Na poesia, destacam-se Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, entre outros. Graciliano Ramos, romancista, vai imprimir forte conteúdo social em suas obras (São Bernardo, Vidas Secas) e terá destacado papel político na denúncia de mazelas sociais e na oposição ao



Estado Novo (1937-1945) de Vargas, pela qual é preso. Na cadeia, escreve Memórias do Cárcere.

A influência da Semana de 1922 vem até hoje. Várias gerações têm dialogado com a obra dos primeiros modernistas. A famosa montagem de O Rei da Vela no Teatro Oficina, de José Celso Martinez Correa, em São Paulo nos anos 1960 é sintomática dessa influência permanente daqueles pioneiros.

Questão 3

“No Brasil, a vitória de Dutra representou, para os contemporâneos, algumas continuidades em relação ao governo Vargas... Contudo, o governo eleito seria menos continuísta do que se supunha, tanto em relação aos homens e políticas como em relação à estrutura partidária que o conduziu ao poder. Nos terrenos político e econômico, o governo Dutra representava uma orientação muito diferente daquela que surgira nos estertores da ditadura Vargas.”

(Boris Fausto e Fernando J. Devoto. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada**. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 292)

Examine:

- a) a diferença da presidência do General Dutra com relação ao primeiro Governo de Vargas no campo das relações internacionais do Brasil;
- b) o peso dos partidos políticos sobre o Governo Dutra.

Melina Espechit Maia (18/20)

O governo Dutra, que se instaurou após o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945), inaugurou a fase da República Liberal, que perduraria, apesar dos vários momentos de contestação ao regime, até o golpe militar de 1964. Nos últimos anos do Estado Novo, que havia abolido os partidos políticos e concentrado o poder do Estado na figura de Getúlio Vargas, o presidente liberou a formação de partidos políticos, com a criação da UDN (partido de direita e de contestação do regime paternalista de GV), do PTB (partido das classes proletárias urbanas e do sindicalismo nacional) e do PSD (partido dos grupos que apoiavam o regime Vargas). Além desses, destaca-se a legalização da existência do Partido Comunista Brasileiro, que por muitos anos existiu na ilegalidade. Dutra foi eleito por uma aliança PTB-PSD contra o candidato da UDN, Eduardo Gomes.

No campo das relações internacionais do Brasil, a principal diferença da presidência do General Dutra em relação ao primeiro governo de Vargas reside no entendimento do relacionamento com os Estados Unidos. Ambos esperavam tirar vantagens da relação bilateral para promover o desenvolvimento do país. Entretanto, durante o governo Vargas (1930-1945), desenvolveu-se uma política de barganha, que visava à obtenção de benefícios concretos à modernização da indústria, principalmente a indústria de base (siderurgia nacional), como incentivo ao crescimento autônomo da produção nacional.

Na primeira fase do governo Vargas, em que se delineavam as facções que iriam disputar a 2ª Guerra Mundial - Eixo e Aliados - Vargas praticou uma política de “equidistância pragmática”, como denominou Gelson Moura. O governo brasileiro praticou o comércio compensado com a Alemanha (e em menor escala com a Itália), por meio dos marcos de compensação, promovendo o aumento do intercâmbio comercial entre os dois



países. Nesse período, o comércio com os EUA perdeu importância relativa e as conversações entre Brasil e Alemanha causaram atrito nas relações com os EUA. A política de barganha concentrou-se principalmente na questão da indústria siderúrgica nacional, com negociações com o grupo Krupp na Alemanha e com empresas americanas. Com o prenúncio da Grande Guerra e o apoio do Brasil aos Aliados, logra-se a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), localizada em Volta Redonda, com capital do governo americano por intermédio do Eximbank.

Com o rompimento das relações com o Eixo e a entrada do Brasil na guerra, as relações com os EUA e com os aliados estreitaram-se, como demonstram o envio das forças brasileiras ao campo de batalha na Itália e a formação do “Trampolim da Vitória”, quando Getúlio Vargas permitiu a utilização de bases no Nordeste, juntamente com o envio de matérias primas estratégicas aos esforços de guerra (em troca de auxílio ao rearmamento das Forças Armadas Brasileiras).

O governo Dutra inicia-se nesse espírito de alinhamento com os EUA. No entanto, Dutra praticaria uma política de “alinhamento automático” com a potência americana. Com o começo da Guerra Fria e da disputa ideológica Leste-Oeste, o Brasil coloca-se sob a zona de influência dos EUA. Dutra entende o alinhamento com os EUA como benéfico ao objetivo desenvolvimentista da Política Externa Brasileira. Acredita ser possível a obtenção de capital do governo americano para auxiliar o desenvolvimento nacional, enquanto os EUA concentram-se na política de reconstrução da Europa e do Japão (Plano Marshall). É o fim da política de barganha que havia marcado o governo de GV e trazido resultados concretos para o Brasil. O Brasil assina os Acordos de Bretton Woods e integra o sistema internacional criado sob a órbita da Guerra Fria.

No que se refere à política regional, na esfera das Américas, o governo Vargas também se diferencia do governo Dutra. GV iniciou seu governo com uma política de aproximação com os Estados latino-americanos sob a política da boa-vizinhança do governo Roosevelt. Destacam-se o Pacto Saavedra-Lamas (1933), as mediações no conflito da Letícia (Peru e Colômbia) e do Chaco (Bolívia e Paraguai), além de Acordo com a Bolívia, que se concretizaria no Acordo de Raboré no governo JK. O governo Dutra rompeu o bom relacionamento com a Argentina (encontro entre Vargas e Justo), principalmente após a reticência argentina em romper relações com o Eixo. Dutra inseriu o Brasil nos organismos criados pelo governo americano para institucionalizar sua área de influência nas Américas: o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) de 1947 e a OEA (Organização dos Estados Americanos) de 1948.

Quanto aos partidos políticos, o governo Dutra instaurou-se sob forte oposição da UDN, principalmente de seu líder Carlos Lacerda, por ter sido considerado uma vitória da aliança varguista e uma continuação das políticas trabalhistas do governo Vargas. Dutra coloca novamente na ilegalidade o Partido Comunista Brasileiro, que no clima da Guerra Fria e da política de contenção ao comunismo é enquadrado na legislação brasileira como contrário ao regime democrático representativo. O peso dos partidos políticos no governo Dutra é simbolizado pela disputa entre a UDN e o PDS-PTB quanto ao regime de governo ideal ao crescimento nacional. Cabe notar que a política de abertura de Dutra favoreceu, em certos aspectos, as reivindicações da UDN, apesar da continuidade partidária.

Assim, se o governo Vargas e o governo Dutra apresentam semelhanças quanto à ideologia partidária, no que tange às relações internacionais, a política de barganha de Vargas foi abandonada, o que não logrou resultados concretos para o Brasil, visto que os Estados Unidos concentravam-se nas suas políticas de segurança internacional e de reconstrução da Europa e do Japão no pós-guerra.



Questão 4

“[...] Ao assumir a Pasta das Relações Exteriores, defrontei-me imediatamente com o grave obstáculo do problema do colonialismo português. Em exposição de motivos ao Presidente Médici, em dezembro de 1971, expus, formalmente, uma nova linha de política externa.

Dizia eu na exposição: País atlântico, o Brasil tenderá, num futuro que se aproxima com rapidez, a ter crescentes interesses e responsabilidades no outro lado do oceano que banha nossas costas. Conviria por isso que, desde já, procurássemos aumentar, dentro de nossas possibilidades e recursos, a presença brasileira naquela parte da África que chamaremos de atlântica.”

(Mario Gibson Barboza. **Na diplomacia o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 239-240).

Com base no texto, avalie:

- a) as bases conceituais do relançamento da política africana do Brasil no Governo Médici;
- b) os resultados colhidos ao longo dos anos seguintes à luz dos interesses nacionais brasileiros.

Flávio Elias Riche (19/20)

a) De acordo com José Flávio Sombra Saraiva, as relações do Brasil com a África, de 1930 até 1990, podem ser definidas através de quatro momentos: a permanência do silêncio (1930-1946); o lento renascimento do interesse na África (1946-1961); avanços e recuos (1961-1969); a reafirmação da política africana do Brasil (1969-1990).

Durante a primeira fase, o interesse do Brasil na África foi pouco, seja por razões de ordem ideológica (as elites desejavam ignorar a contribuição africana para a formação da nacionalidade brasileira), seja por razões de ordem material (o comércio com a África não possuía expressão para a economia brasileira).

Ao longo da segunda fase, a situação começa a mudar, especialmente em função da Conferência de Bandung (1955) e do movimento de descolonização dos países africanos. Todavia, percebe-se uma cisão entre discurso e prática. Ao mesmo tempo em que o Brasil se mostra a favor do princípio da autodeterminação dos povos, o peso da afetividade lusa se faz presente, evitando o Brasil questionar a colonização portuguesa na África. Soma-se a isto o entendimento brasileiro de que o regime de Apartheid na África do Sul seria um problema soberanista, sem dizer respeito à comunidade internacional.

A necessidade de renovar a política externa em relação à África foi um dado reconhecido por Jânio Quadros, questão inclusive levantada pelo presidente em artigo publicado na revista “Foreign Affairs”. Neste sentido, a Política Externa Independente defendeu com veemência a autodeterminação e o anticolonialismo, a despeito da abstenção nos votos relativos às questões de Angola e Argélia na ONU.

Para concluir este breve excursão, os dois primeiros governos militares tiveram como preocupação evitar a possibilidade de novas nações africanas se converterem ao comunismo, razão pela qual hesitaram a respeito da descolonização. Tal recuo é motivado não apenas pelo ocidentalismo, mas também pelos vínculos de solidariedade com Portugal.



No que diz respeito ao governo Médici, cumpre lembrar que este se diferencia dos antecessores por buscar cada vez mais uma inserção pragmática no sistema internacional, ainda que sob um paradigma americanista. Soma-se a isto um fator ideológico, pois o legado africano para a formação brasileira deixava de ser visto como algo negativo, devido especialmente à divulgação do pensamento de Gilberto Freyre, fundado na noção de democracia racial. Com efeito, criou-se um núcleo de estudos africanos no Itamaraty, ao mesmo tempo em que a idéia-força da afetividade luso-brasileira começava a perder legitimidade.

Existem dois outros fatos que merecem destaque no que se refere à política africana do governo Médici. Primeiro, a viagem do ministro das relações exteriores, Gibson Barbosa, a cinco países da África Ocidental. Segundo, as recomendações categóricas de Médici ao deixar o governo, no sentido de que o Brasil deveria rever seu posicionamento sobre a colonização portuguesa.

b) O que no governo Médici foi o início de uma inflexão, no governo Geisel se tornou realidade através do pragmatismo responsável e ecumênico. Vale lembrar que a conjuntura do governo Geisel foi marcada pela crise do petróleo de 1973; este foi um dos fatores, porém não o único, que levou o Brasil a diversificar seus parceiros diplomáticos e comerciais, aproximando-se inclusive dos países socialistas e dos países árabes.

Verifica-se ao longo do pragmatismo responsável um aprofundamento do comércio e dos vínculos culturais com os países da África. Em 1975, o Brasil reconheceu o governo do MPLA na Angola antes que as demais nações – uma evidência de sua nova orientação na política externa. Com isso, colocou-se um ponto final no apoio brasileiro à colonização portuguesa.

De fato, os resultados obtidos com a nova política africana não se restringiram ao governo Geisel, prolongando-se nos governos seguintes, ainda que com menor intensidade. Prova do peso da África para a política externa brasileira foi a visita do presidente Figueiredo ao continente em 1983. Em momento posterior, o presidente Sarney também visitou a África, com o objetivo de aprofundar os vínculos existentes.

Finalmente, vale mencionar que, a despeito do enfraquecimento da política africana do Brasil a partir do governo Collor, a mesma voltou a ser prioritária com o governo atual, em função do fortalecimento da cooperação Sul-Sul. Em que pese a questão econômica, atualmente também existem questões humanitárias, traduzidas, por exemplo, na aplicação do programa brasileiro de combate à AIDS em países africanos.

Questão 5

“Não obstante sua natural solidariedade com todos os povos irmãos do hemisfério, o Brasil é um país soberano, autônomo, que não pode ser considerado como parcela de um continente ou como capítulo de um agrupamento de países em desenvolvimento. Não ignoramos os deveres — ou as vantagens políticas — da solidariedade, mas não renunciamos a nossa faculdade de atuar por nós mesmos, como Estado, como Nação e como Povo dentro da comunidade internacional.”

(Araújo Castro, 1971)

Comente a formulação acima em suas implicações diplomáticas e à luz de seu contexto histórico.



Fabio Cereda Cordeiro (20/20)

A formulação de Araújo Castro pode ser lida como uma afirmação do universalismo e da autonomia, num momento em que nossa política externa guiava-se pela busca autônoma do interesse nacional.

Para entender estes conceitos, é importante antes comentar o contexto internacional da segunda metade dos anos 60 e do início dos 70. O processo de descolonização, que estava então quase completo, criava novos atores estatais que, reunidos no chamado Terceiro Mundo, buscavam um caminho próprio de desenvolvimento. A imensa superioridade que os EUA possuíam no imediato pós-Segunda Guerra Mundial erodia-se, à medida que outras potências aproximavam-se de seu poder econômico e militar. O conflito da Guerra Fria distendia-se por meio da détente americano-soviética.

Fica claro que este contexto não permitia que o Brasil seguisse uma política de alinhamento automático aos Estados Unidos, como fora tentada nos governos Dutra e Castello Branco. Nem mesmo a barganha nacionalista de Vargas e JK era suficiente. Fazia-se necessário ampliar os horizontes da política externa brasileira, que não poderia mais articular-se unicamente no eixo de relações com os EUA. Esta articulação fazia sentido quando a principal clivagem do sistema internacional era o conflito Leste-Oeste. Mas mostrava-se inadequada num mundo onde o conflito Norte-Sul era cada vez mais importante.

Em vista do exposto acima, podemos entender o universalismo como uma expansão das relações internacionais do País para além do hemisfério ocidental, caracterizado pela supremacia norte-americana. O Brasil buscava a ampliação de relações “horizontais” e “diagonais”, ou seja, com o resto do mundo em desenvolvimento (relações Sul-Sul) e com o mundo socialista (relações Sul-Leste).

Quando Araújo Castro afirma que o Brasil “não pode ser considerado como parcela de um continente”, propõe justamente uma superação do pan-americanismo e defende que o País tenha relacionamento com todos os atores do sistema internacional. Ao mesmo tempo, quando afirma que o Brasil não pode ser visto “como capítulo de um agrupamento de países em desenvolvimento”, mostra que o universalismo, ao propor uma expansão na amplitude das relações internacionais do País, não significava que deveríamos assumir uma postura de confronto com relação às grandes potências. Isto explica por que o Brasil nunca foi membro pleno do Movimento dos Não-Alinhados, tendo atuado apenas como observador.

O universalismo andava de mãos dadas com a maior autonomia nas relações internacionais do País. Buscar um papel relevante além do hemisfério ocidental implicava em reduzir o alinhamento com os Estados Unidos. Procurando, no quadro de uma política nacionalista, usar a política externa como instrumento do desenvolvimento, o Brasil ampliava seus parceiros, tanto econômicos quanto políticos. O exemplo mais marcante desta política de autonomia foi o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha de 1975, que encontrou forte oposição nos EUA mas foi levado à frente mesmo assim. Outro exemplo foi a questão do reconhecimento de Angola (também na gestão de Azeredo da Silveira no MRE e de Geisel na presidência), na qual o Brasil opôs-se aos Estados Unidos – o que deixa claro que uma política externa verdadeiramente universalista não é compatível com um alinhamento subordinado aos EUA ou a qualquer grande potência.

*



GEOGRAFIA

A prova de Geografia consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1 - Conceitos e teorias da Geografia.

- 1.1 Espaço, território, região, lugar e paisagem: conceituação.
- 1.2 Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: conceituação.
- 1.3 As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.
- 1.4 O campo geográfico: divisões e interfaces.

2 - A formação territorial do Brasil.

- 2.1 Macrodivisão natural do espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação, hidrografia).
- 2.2 Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo de formação territorial.
- 2.3 A cartografia e a definição das fronteiras no Brasil.
- 2.4 A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.
- 2.5 O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.
- 2.6 O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.
- 2.7 Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

3 - O Brasil no contexto geopolítico mundial.

- 3.1 O processo de mundialização da economia e a divisão internacional do trabalho: globalização e periferia na atualidade.
- 3.2 Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.
- 3.3 A globalização e a América do Sul na nova ordem política internacional.
- 3.4 A questão ambiental no Brasil e os desafios do desenvolvimento sustentável.
- 3.5 Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.
- 3.6 Perspectivas de integração nas bacias do rio da Prata e do rio Amazonas.
- 3.7 Os fluxos e redes transnacionais e o território brasileiro.

4 - Temas de Geografia contemporânea.

- 4.1 - Soberania, identidade nacional e multiculturalismo.
- 4.2 - Geografia da População: migrações e direitos humanos.
- 4.3 - Degradação ambiental e gestão de recursos naturais.
- 4.4 - Desigualdades sociais e padrões de consumo no mundo atual.
- 4.5 - Conflitos geopolíticos contemporâneos.

Bibliografia sugerida:

BENKO, George. **Economia, Espaço e Globalização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECKER, Bertha & EGLER, Claudio. **Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.



GREGORY, Derek et alli. **Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

RIBEIRO, Wagner Costa (org.) **Patrimônio Natural Brasileiro.** São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização.** Rio de Janeiro:Record, 2000.

_____ & SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil. Território e Sociedade no Limiar do Século XXI.** Rio de Janeiro:Record, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Continente em Chamas. Globalização e território na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

THÉRY, Hervé & MELLO, Neli Aparecida. **Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território.** São Paulo: EDUSP, 2005.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha et alli. **Geografia e meio ambiente no Brasil.** 2.ed. São Paulo:Hucitec.1995.

CASTRO, Iná Elias et alli. **Explorações geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

LENCIONE, Sandra. **Região e geografia.** São Paulo: EDUSP, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria.** São Paulo: Moderna/EDUNESP, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil.** São Paulo:Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil.** São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1999.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional.** São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Maria Adelia Aparecida (org.). **Território brasileiro: usos e abusos.** Campinas: Territorial, 2003.

Prova de 2006

Questão 1

A Região Nordeste do Brasil apresentou na última década algumas áreas de grande dinamismo econômico. Enumere e localize as atividades responsáveis por essa dinâmica e comente os fatores que explicam tal crescimento das economias locais.

José Renato Ruy Ferreira (20/20)

No final da década de 50, o baixo dinamismo econômico da região nordeste levou o governo a implementar a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o objetivo de incentivar a industrialização da região. A SUDENE, por intermédio do Fundo



de Investimentos do Nordeste (FINOR), administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), financiou projetos industriais baseados no modelo de Pólos de Desenvolvimento, pelo qual se acreditava que o desenvolvimento regional decorreria da expansão da renda e da tecnologia implantada pelo grande empreendimento.

Assim, surgiram os pólos petroquímicos de Camaçari, no Recôncavo Baiano, os distritos industriais dos arredores de Recife e a indústria de extração de salgema, em Alagoas, por exemplo.

O desenvolvimento proposto pela SUDENE foi baseado no Modelo de Substituição de Importações, na moldura da unificação e proteção do mercado interno. Com o esgotamento desse modelo, no final dos anos 80, o FINOR deixou de dar prioridade às grandes indústrias e passou a financiar outras atividades como a agricultura, a irrigação, a infra-estrutura e o turismo. Nesse sentido, receberam recursos projetos de irrigação no semi-árido; projetos na área de infra-estrutura, como a Refinaria do Nordeste (Renor) e a Ferrovia Transnordestina; o asfaltamento de rodovias, como a linha verde; empreendimentos na área de saneamento básico e abastecimento; hotéis e estabelecimentos de turismo.

A partir da década de 90, os governos estaduais passaram a incentivar fortemente os empreendimentos voltados à exportação iniciando um movimento de deslocamento do foco da economia nordestina para a lógica global. Assim, no Ceará surgiu o pólo têxtil aproveitando-se da matéria-prima regional (o algodão de fibra-longa), do baixo custo da mão-de-obra e do modelo de trabalho em cooperativas, em seguida incorporado por outros estados do Nordeste. A construção do porto de Pecém também dinamizou a atividade da indústria de transformação no seu entorno. Além disso, o Ceará e o Rio Grande do Norte são os dois principais pólos de carcinicultura do Brasil, exportando camarões para vários lugares do mundo, em especial para os EUA.

No Rio Grande do Norte, a agricultura irrigada do Vale do Rio Açu, ou Piranhas, atraiu empresas como a MAISA, que dinamizou a fruticultura da região.

Na divisa entre Bahia e Pernambuco, no médio vale do Rio São Francisco, a irrigação da região de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), com águas da barragem de Sobradinho, configurou importante pólo exportador de frutas, como mamão, melão, manga, uva e abacaxi. Vale lembrar que a EMBRAPA tem papel destacado nesses empreendimentos por intermédio do desenvolvimento de variedades de plantas adaptadas ao semi-árido.

A soja, maior produto agrícola de exportação nacional, também se desenvolve modernamente no sertão do Oeste da Bahia, polarizado por Barreiras, no sudoeste do Piauí e no sul do Maranhão. O escoamento da produção utiliza os sistemas da BR-153, da ferrovia Carajás e do Porto de Itaqui, no Maranhão. A força da soja no semi-árido cria novas cidades, como a de Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia, e dinamiza a economia regional.

No Maranhão, o Projeto Grande Carajás resultou na construção de grandes empresas de transformação, como a Alumar, e do porto de Itaqui, de calado profundo (21 metros), que junto com Tubarão, no Espírito Santo, são os dois maiores portos graneleiros do país.

No Nordeste, o turismo também se destaca como atividade dinâmica. Vários resorts e hotéis aproveitam o sol e o calor constante do litoral nordestino. Citam-se, como exemplo, Ilhéus, Porto Seguro e Sauípe, na Bahia; Maragogi em Alagoas e Porto de Galinhas e Fernando de Noronha em Pernambuco.

Por fim, vale lembrar que em 2001 deflagrou-se a reforma institucional da SUDENE, que se transformou em Agência de Desenvolvimento do Nordeste. Com a reforma, por um lado, o órgão tornou-se mais flexível e capacitado para estabelecer parcerias com empresas privadas e agências internacionais de financiamentos, e por outro, os governadores dos estados perderam o poder dominante que mantinham no interior do órgão federal.



Questão 2

Aponte as tendências atuais do transporte transoceânico, localizando as principais rotas de navegação e os grandes portos do mundo, indicando a influência das inovações técnicas nessa nova geografia da circulação mundial.

Maurício Gomes Candeloro (20/20)

A despeito de sua antiguidade como forma de transporte e comunicação, que remonta às Grandes Navegações ibéricas e ao período áureo da navegação chinesa, o transporte transoceânico continua fundamental para a circulação, sobretudo comercial, no planeta. De fato, apesar do surgimento de outras opções de transporte durante os dois últimos séculos (transportes aéreo, rodoviário e ferroviário), nenhuma delas conseguiu suplantá-lo o transporte marítimo na circulação de grandes cargas a grandes distâncias e a preços relativamente baixos.

Os “gargalos” típicos do transporte marítimo, como a lentidão e as dificuldades portuárias de manejo, vêm sendo solucionados pela modernização do setor. Algumas dessas soluções técnicas merecem ser citadas. Em primeiro lugar, a invenção e difusão dos contêineres revolucionaram os transportes marítimos. “Containerizada”, a carga é transportada com maior eficiência e segurança, sem perdas. A logística intermodal também ganha muito com o contêiner, que pode ser disposto em navios, trens e caminhões com relativa facilidade. Para tanto, foi necessária a adequação de áreas para contêineres em portos de todo o mundo, entre os quais Hong Kong e Hamburgo se destacam.

Navios maiores aumentam a racionalidade do transporte em grandes quantidades. Com efeito, sintomática do aumento médio no tamanho das embarcações é a adaptação de estruturas portuárias pretéritas à nova realidade. O aumento do calado dos navios, conjugado ao assoreamento, é problema sério para portos como Santos e Buenos Aires.

O grande aumento nas dimensões das embarcações representa desafio gigantesco para eclusas que foram construídas há muitas décadas, como as que permitem o cruzamento do istmo do Panamá e que integram o conjunto do Canal do Panamá.

Construído nas primeiras décadas do século XX, o Canal do Panamá não permite a passagem de navios maiores, os quais vão aumentando a cada dia em número. Diante disso, o Canal deverá ser ampliado, com a construção de uma “terceira via” paralela a certos trechos do canal existente.

Em relação às principais rotas de navegação, nota-se um aumento em seu número, antes que sua substituição. As rotas que ligam os grandes portos da Europa Ocidental (Roterdã, Hamburgo, Antuérpia, Marselha) aos portos do Japão (Tóquio) e dos EUA (Nova York, Miami, Baltimore, entre outros) continuam extremamente movimentadas. No entanto, as transformações pelas quais as economias asiáticas vêm passando nas últimas décadas alteraram o mapa das rotas marítimas planetárias. Países como Coreia do Sul e Malásia são, hoje, grandes centros portuários. A China, pelo volume de sua economia e pela dinâmica recente de seu crescimento, torna-se destino cada vez mais freqüente para as cargas marítimas. O mesmo ocorre com a Índia que, aliás, é o destino final de muitas embarcações obsoletas, que ali são desmontadas e transformadas em sucata. Por fim, vale lembrar o papel sempre proeminente de cidades-estado como Hong Kong (agora incorporada à China) e Cingapura. Essas cidades têm no mar e nos transportes marítimos a sua própria razão de ser. Em resumo, as “plataformas de exportação” asiáticas que vêm crescendo com grande dinamismo desde a década de 1960 são, para todos os efeitos, “plataformas marítimas”.



No Brasil, o transporte marítimo vem assumindo cada vez mais valor nas análises micro e macroeconômicas. De fato, embarcar mercadorias, em nosso País, é extremamente caro, o que aumenta o tão falado “custo Brasil” e tira competitividade dos produtos nacionais. Isso é efeito do longo sucateamento dos portos nacionais, que foram relegados ao abandono durante muito tempo. Também a navegação de cabotagem (ao longo da costa) é muito subdesenvolvida, tendo sido monopólio do Lloyd Brasileiro, uma estatal, por várias décadas. Portos e navios estatais não receberam os investimentos necessários depois que o Estado nacional enfrentou sua crise da dívida e perdeu sua capacidade de investir em infraestrutura.

A privatização dos portos, a partir da década de 1990, e iniciativas como a do “eixo logístico Atlântico”, um dos doze eixos previstos pelo IIRSA (Iniciativa de integração de infraestruturas regionais sul-americanas), apontam para a retomada de investimentos no setor. Se tal fato ocorrer, a capacidade de exportação e a competitividade brasileiras têm muito a ganhar.

Questão 3

A seu ver, há razões geopolíticas que possam levar o Reino Unido a apoiar o rápido ingresso da Turquia na União Européia, em contraposição às reticências da França e à aparente indiferença alemã? Justifique sua resposta.

Adam Jayme de Oliveira Muniz (20/20)

Dentre os maiores desafios atuais da União Européia (UE), destacam-se o processo de alargamento e a possível entrada da Turquia no bloco. Os sinais de apoio ao pronto ingresso desse país, por parte do Reino Unido, contrastam com as reticências da França e da Alemanha.

O próprio Reino Unido teria diversos motivos para opor-se à entrada da Turquia na UE. Ao ponderar, contudo, as vantagens e desvantagens do ingresso de Istambul, Londres tem defendido os benefícios desse alargamento do bloco. São diversas as razões geopolíticas para esse apoio.

Em primeiro lugar, Londres percebe a importância da Turquia como região de contato, de modo geral, entre o Oriente e o Ocidente e, mais especificamente, entre o Oriente Médio e a Europa. Trazer os turcos para o lado europeu implica o simultâneo distanciamento do mundo árabe-islâmico. A entrada da Turquia na UE poderia, ao mesmo tempo, facilitar o diálogo do bloco com o Oriente Próximo e impedir a migração oriunda dos países fronteiriços. A Turquia exerceria, assim, papel similar ao da Espanha em relação aos países do Magreb.

Em segundo lugar, a Turquia representa complementaridade econômica à Grã-Bretanha. Os dois países já têm intensos fluxos comerciais que seriam potencializados com o alargamento. A Turquia possui taxas significativas de crescimento e é grande a presença de empresas britânicas no País.

Além disso, a região representa, há mais de século, uma área estratégica de influência britânica. Londres percebe a importância de ampliar sua presença política nesse “rimland”, lembrando a obra de Nicholas Spykman, entre o Mar Mediterrâneo e a área pivô da Eurásia.

Alemanha e França, as maiores economias continentais, mostram-se, entretanto, reticentes quanto à entrada da Turquia no bloco. A presença de Istambul alteraria o equilíbrio de poder entre as potências européias, no qual o Reino Unido se apresenta como o



fiel da balança. A adesão dos turcos implicaria rearranjos institucionais relevantes nos órgãos comunitários que Paris e Berlim se indis põem a realizar. A alteração mais significativa ocorreria no Parlamento Europeu, onde, segundo as regras atuais, a Turquia teria direito a elevado número de eurodeputados, senão até mesmo superior ao número de assentos franceses ou alemães.

A Turquia, ademais, ao ter status de membro pleno, poderia levar ao aumento no número de emigrantes turcos nos outros países continentais, especialmente na Alemanha, onde se situa a maior comunidade turca fora do País. Dispostos a trabalhar por salários inferiores, os turcos são vistos, por muitos, como ameaça ao emprego de alemães e franceses.

Há ainda a questão religiosa e cultural. Embora seja laico o Estado, a Turquia possui a população predominantemente muçumana. O islã é tido com certo temor na Europa, que associa a religião ao fundamentalismo, à falta de liberdades, ao terrorismo.

Durante sua presidência rotativa da UE, o Reino Unido promoveu importantes avanços com relação à entrada da Turquia, a despeito de protestos na Áustria e da aparente relutância da França e da Itália. Essa divisão entre as principais potências européias indica, no entanto, que o processo de ingresso de Istambul será lento e penoso. Malgrado o entrave entre as nações no velho mundo, muitos analistas afirmam, em uníssono, que a entrada da Turquia na UE é inevitável.

Questão 4

A noção de desenvolvimento sustentável representa um mecanismo teórico e operacional de harmonização da relação economia-ecologia. Significou também um importante instrumento político, por ocasião da Rio-92, ao conciliar os interesses dos defensores do desenvolvimento econômico com os dos ambientalistas. Explique o significado do conceito e sua aplicação nas relações sociedade-espaço.

Luís Fernando Cardoso de Almeida (20/20)

A noção de desenvolvimento sustentável corresponde à idéia de que é possível utilizar os recursos naturais do planeta sem destruí-los completamente, permitindo, assim, que as próximas gerações tenham acesso e possam usufruir deles.

O conceito de sustentabilidade, no que diz respeito à utilização de recursos naturais, foi desenvolvido a partir de controvérsia existente entre os países desenvolvidos, que já haviam, ao longo de seu processo histórico, devastado parte considerável de seu meio ambiente, e os países com menor grau de desenvolvimento relativo, que ainda possuíam em seus territórios amplos estoques de recursos naturais intactos.

O primeiro grupo, que ficou conhecido como “Clube de Roma”, defendia que, para o bem da humanidade, seria necessário que os países menos desenvolvidos preservassem seus recursos naturais, já que estes seriam fundamentais para a preservação da biodiversidade do planeta. Os países menos desenvolvidos, contudo, pleiteavam o direito de poder explorar seus bens naturais com intuito de atingir desenvolvimento econômico, da mesma forma que os países atualmente desenvolvidos haviam feito no passado.

Essa dicotomia, que veio à tona no âmbito da “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano”, ocorrida em Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972, só foi resolvida vinte anos depois, em 1992, durante novo encontro realizado na cidade do Rio de Janeiro – a “Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento”



(Rio-92) –, em que havia a preocupação com desenvolvimento, conforme seu próprio nome atestava.

Na Conferência do Rio de Janeiro, ao contrário de Estocolmo, a cooperação prevaleceu sobre o conflito. Ao abrir novos caminhos para o diálogo multilateral, colocando os interesses globais como sua principal preocupação, a Rio-92 mostrou possibilidades de compreensão entre diferentes estados soberanos. Durante esta conferência, os países menos desenvolvidos, tendo o Brasil como um de seus principais representantes, defenderam a idéia de que poderiam fazer uso de seus recursos naturais sem, contudo, destruir de forma definitiva o meio ambiente. Tratava-se, portanto, de afirmação definitiva da noção de desenvolvimento sustentável.

Para que os países menos desenvolvidos fossem bem sucedidos em seu propósito, todavia, seria necessária a colaboração dos países desenvolvidos, que deveriam contribuir com tecnologias e investimentos para projetos de exploração da natureza de modo sustentável. Assim, os países menos desenvolvidos que implementassem projetos compatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável teriam maior e melhor acesso a linhas de crédito de instituições internacionais, como o Banco Mundial, assim como seriam receptores e tecnologias mais avançadas e menos poluentes, oriundas dos países desenvolvidos.

Este princípio geral foi reproduzido no documento resultante do encontro do Rio de Janeiro – a “Carta da Terra” –, e os ditames do desenvolvimento sustentável foram incorporados à “Agenda do Milênio”, documento das Nações Unidas elaborado em 2000, cujo intuito primordial era o estabelecimento de metas de colaboração internacional para o futuro. Além disso, foi criada a Convenção para Diversidade Biológica das Nações Unidas (CBD) que tinha como objetivo erigir regras para a preservação ambiental e para a exploração sustentável da biodiversidade, garantindo os direitos tanto dos povos tradicionais que fazem uso de recursos naturais de forma artesanal quanto os direitos de grandes empresas que utilizam recursos naturais em ampla escala industrial e comercial.

A CBD reúne-se a cada dois anos nas chamadas “Convenções das Partes” (COPs), reunindo representantes oficiais de diversos países, além de membros de organismos internacionais, organizações não-governamentais, ecologistas e demais representantes de setores interessados da sociedade civil. A última COP, realizada no mês de março de 2006 na cidade de Curitiba (COP 8), contou com a participação de delegações de 188 países e conseguiu avançar de modo significativo em assuntos relacionados ao uso e exploração sustentável da biodiversidade, embora tenha sido objeto da crítica de alguns grupos de ecologistas.

Muitos países já adotam, em suas respectivas legislações, princípios relativos ao desenvolvimento sustentável, entre eles o Brasil. Embora do Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771, de 1965) já trouxesse alguns princípios de desenvolvimento sustentável (como, por exemplo, a obrigação de empresas madeireiras em replantar árvores), os mecanismos de fato para sua efetivação surgiram apenas algumas décadas depois, em decorrência de fatos como: a criação do IBAMA (“Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis”), em 1989, autarquia federal que reuniu as atribuições da SEMA (“Secretaria Especial do Meio Ambiente”) e do IBDF (“Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal”); a criação do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), em 1992; a promulgação da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998), entre outros.

O MMA atua perante outros órgãos públicos para promover o desenvolvimento sustentável nas mais diversas atividades econômicas, e o Ministério Público também vem contribuindo para a proteção ambiental, fiscalizando atividades econômicas que envolvam a utilização de recursos naturais e exigindo, entre outros requisitos, a obtenção de Relatório da



Impacto Ambiental (RIMA), documento criado no início dos anos 1980 que analisa a viabilidade de determinadas obras e projetos no que tange o meio ambiente.

A criação das Unidades de Conservação (UCs), onde é permitido o uso do meio ambiente de forma sustentável, é uma medida que reflete o caráter preservacionista do ordenamento jurídico brasileiro. Ademais, as Reservas de Extrativismo (Resex) permitem que povos tradicionais, como os seringueiros da Amazônia, continuem retirando seu sustento da exploração extrativista da natureza, sem, contudo, causar danos significativos ao meio ambiente.

A política brasileira de proteção ao meio-ambiente e observância do desenvolvimento sustentável encontra, todavia, sérias dificuldades de implementação prática, especialmente devido a falta de recursos materiais e de funcionários. Neste sentido, cada funcionário do IBAMA, por exemplo, é responsável por cuidar sozinho de cerca de 27.000 hectares de áreas protegidas, o que é evidentemente impossível em termos práticos.

Questão 5

Em 1982, reunidos em Montego Bay, na Jamaica, representantes da maior parte dos países adotaram a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que definia a largura do Mar Territorial de 12 até 200 milhas. No caso brasileiro essa largura se ampliou, em alguns pontos do litoral, para 350 milhas, o que levou a Marinha do Brasil a denominar esse novo espaço de “Amazônia Azul”. Essa nova fronteira marítima tem implicações para a geopolítica brasileira no Atlântico Sul? Justifique sua resposta.

Patrícia Amaral de Oliveira da Silva (20/20)

*De acordo com Bertha Becker, o mundo no século XXI tem três possíveis **heartlands**, segundo a noção implementada por Mackinder, de área de dominação estratégica – a Amazônia, a Antártida e os Fundos Marinhos. Ao denominar “Amazônia Azul” o novo espaço de 350 milhas de Mar Territorial em alguns pontos do litoral, a Marinha do Brasil faz alusão ao conceito de expansão da fronteira econômica nessa região, uma vez que o governo brasileiro tem direito de exploração econômica exclusiva nessas áreas (são as Zonas Econômicas Exclusivas).*

*Sabe-se que os fundos marinhos são potenciais fontes de biodiversidade, além de conterem recursos naturais de importância estratégica para o futuro do Brasil. Lembremos que mais de 90% do petróleo extraído pelo Brasil é de tecnologia **offshore** (prospecção em alto-mar). A Petrobras é uma das únicas empresas de exploração petrolífera em condições de exportar esse tipo de tecnologia, o que, aliás, já vem fazendo para o México.*

*Ademais dos ganhos econômicos que a ampliação do Mar Territorial de 350 milhas representa, essa nova fronteira marítima constitui elemento de grande importância para aumentar a influência geopolítica brasileira no Atlântico Sul. Além de poder explorar os recursos pesqueiros e a biodiversidade marinha – o que hoje se traduz em elemento de poder, pois quem controla tecnologia foge à dicotomia de poder imposta pelo **digital divide** – o Brasil estará mais próximo, fisicamente, de seus vizinhos do Atlântico Sul. Foi por isso que, durante a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizada em Montego Bay, na Jamaica, em 1982, a delegação brasileira, em conjunto com os representantes da Marinha do Brasil, insistiram em comprovar não apenas a posse dos rochedos de São Pedro e São Paulo – localizados no Atlântico Sul, à grande distância do litoral brasileiro, e que contam apenas com uma torre de observação da Marinha –, mas também o fato de que, nos períodos*



de cheia, esses rochedos não ficam submersos. Esse detalhe, aparentemente irrelevante, é de extrema importância para determinar o alargamento do Mar Territorial do Brasil na área que circunscreve os rochedos. De acordo com o Direito Internacional e as Convenções que regulam o Direito do Mar, entre elas a de Montego Bay, se a área não submerge durante os períodos de cheia, pode ser considerada terra firme, e o País que exerce soberania sobre a região terá o Mar Territorial aumentado naquele entorno.

Com a ampliação do Mar territorial de 100 para 350 milhas em alguns pontos do litoral, o Brasil contará com mais um elemento a favor de sua diretriz de política externa de ampliar as parcerias sul-sul, da qual o IBAS, grupo que reúne Índia, Brasil e África do Sul, é um exemplo de êxito.

*



POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. Relações internacionais: conceitos básicos, atores, processos, instituições e principais paradigmas teóricos. 2. A política externa brasileira: evolução desde 1945, principais vertentes e linhas de ação. 3. O Brasil e a América do Sul. Mercosul. 4. A política externa argentina. A Argentina e o Brasil. 5. A política externa norte-americana e relações com o Brasil. 6. Relações do Brasil com os demais países do hemisfério. 7. Política externa francesa e relações com o Brasil. 8. Política externa inglesa e relações com o Brasil. 9. Política externa alemã e relações com o Brasil. 10. A União Européia e o Brasil. 11. Política externa russa e relações com o Brasil. 12. A África e o Brasil. 13. A política externa da China, da Índia e do Japão; relações com o Brasil. 14. Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã. 15. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 16. O Brasil e o projeto de área de livre comércio das Américas (ALCA). 17. A agenda internacional e o Brasil: 17.1 Desenvolvimento; 17.2 Pobreza e ações de combate à fome; 17.3 Meio ambiente; 17.4 Direitos Humanos; 17.5 Comércio internacional e Organização Mundial do Comércio (OMC); 17.6 Sistema financeiro internacional; 17.7 Desarmamento e não-proliferação; 17.8 Terrorismo; 17.9 Narcotráfico; 17.10 A reforma das Nações Unidas.

Bibliografia sugerida:

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira**. 4v. São Paulo: USP, 1996.

BANDEIRA, Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**. São Paulo: Editora Revan, 2003.

_____. **Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2004.

BERNAL-MEZA, Raúl. **Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo e políticas exteriores comparadas**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

CASTRO, Marcus Faro de. **Política e relações internacionais: fundamentos clássicos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

CERVO, Amado Luiz **As Relações internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

_____; & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Unb, 2002.

GILPIN, R. M. **A Economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora da UnB, 2002.

_____. **O Desafio do capitalismo global: economia mundial no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.



- HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- LESSA, Antônio Carlos. **A construção da Europa: a última utopia das relações internacionais**. Brasília: Funag; IBRI, 2003.
- LINDGREN, José Augusto. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Relações internacionais – cultura e poder**. Brasília: FUNAG/ IBRI, 2002.
- MILNER, H. & KEOHANE, R. **Internationalization and domestic politics**. Nova York, Cambridge University Press, 1996.
- MORGENTHAU, H. **A política entre as nações**, Brasília: Funag/IPRI, EdunB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- MRE/FUNAG. **A palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)**. Brasília: FUNAG, 1995.
- OLIVEIRA, H. A. (Org.) ; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.) . **A política externa brasileira na visão dos seus protagonistas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2005. v. 1.
- OLIVEIRA, H. A. **Política externa brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. v. 1.
- OLIVEIRA, H. A. (Org.) ; LESSA, Antonio Carlos (Org.). **Política internacional contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. v. 1.
- PECEQUILO, Cristina S. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado L. **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.
- SMOUTS, Marie-Claude. **As novas relações internacionais: pratica e teoria**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.
- SOUTO MAIOR, Luiz A. **O Brasil em um mundo em transição**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.
- ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Relações internacionais - teorias e agendas**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.
- VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- VIZENTINI, P. G. F. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- VIZENTINI, P. G. F. (Org.) ; WIESEBRON, Marianne (Org.) . **Neohegemonia americana ou multipolaridade? Pólos de poder e sistema internacional**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.



Os candidatos que desejarem se manter atualizados com o estado da arte das relações internacionais poderão servir-se de periódicos especializados, tais como **Revista Brasileira de Política Internacional** (<http://www.ibri-rbpi.org.br>), **Política Externa** (<http://www.politicaexterna.com.br>), **Foreign Affairs** (<http://www.foreignaffairs.org>), **Foreign Policy** (<http://www.foreignpolicy.com>) e **Politique Internationale** (<http://www.politiqueinternationale.com>), bem como das páginas eletrônicas do Ministério das Relações Exteriores (<http://www.mre.gov.br>) e da *Rede Brasileira de Relações Internacionais* (<http://www.relnet.com.br>).

Publicações adicionais que podem auxiliar a preparação dos candidatos estão disponíveis na FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, tais como toda a série de Manuais do Candidato e a série Teses do CAE:

site na Internet – www.funag.gov.br
 e-mail: funag@mre.gov.br
 e-mail do Setor de Publicações: publicacoes@funag.gov.br

Brasília
 Ministério das Relações Exteriores
 Esplanada dos Ministérios, Bloco H
 ANEXO II, TÉRREO, SALA 1
 70170-900 Brasília - DF
 Telefones: (061) 411-6033/6034/6847/6857
 Fax: (061) 322-2931, 322-2188

Rio de Janeiro
 Palácio Itamaraty
 Avenida Marechal Floriano, 196 - Centro
 520080-002 Rio de Janeiro - RJ
 Telefax: (021) 233-2318/2079

Prova de 2006

Questão 1

A configuração territorial do Brasil e, mais recentemente, o progressivo adensamento de laços políticos, econômicos e socioculturais com países vizinhos conferem importância singular à América do Sul no contexto da política externa brasileira. Explique as razões que tornam hoje a América do Sul espaço prioritário da ação diplomática brasileira, identificando principais iniciativas e desafios.

Luiz Felipe Rosa dos Santos (19/20)

*O tradicional e recorrente ciclo entre afastamento e aproximação da política externa do Brasil em relação a seus vizinhos sul-americanos apresenta, atualmente, padrão de estabilização favorável à definição da América do Sul como espaço prioritário da diplomacia brasileira muito em função de nova perspectiva de integração a partir de visão tanto **idealista***



kantiana (identidade cultural e história comum de exploração que aproximaria as nações), como **realidade periférica** (reconhecimento da necessidade de integração para potencializar a ação do subcontinente na agenda internacional).

Entretanto, para se chegar a essa nova abordagem, processo longo, de certa forma “esquizofrênico”, e, muitas vezes, pouco claro, teve que ser enfrentado. Da aproximação de caráter militarista (Pacto ABC, do início do século XX, passando pelo TIAR em 1947 e até por uma proposta de aliança militar no Atlântico Sul, cogitada durante os gabinetes militares brasileiro e argentino do final da década de 1970), a aproximação do subcontinente assume natureza eminentemente econômica, conforme se depreende dos tratados de Montevideu de 1960 (ALALC) e de 1980 (ALADI). Esse processo apresenta, ainda, alguma conexão com a idéia de integração de toda América Latina, em clara oposição à hegemonia estadunidense – padrão esse, todavia, que não se consolida ante à polarização do México e dos Estados centro-americanos à potência do norte. Ainda concomitante a esse processo, a aproximação sul-americana ocorre de forma fragmentada, por meio do Pacto Andino, de 1969, que evoluiu para a Comunidade Andina de Nações, 1989; do Tratado da Bacia do Prata, 1969; do Tratado de Cooperação Amazônica, 1978, e do Tratado de Assunção, em 1991, que lançou os alicerces do MERCOSUL, a partir das negociações iniciadas nos governos Sarney e Alfonsín, desde 1985 – Ata de Foz do Iguaçu, PICE, Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento – o que possibilitou o pano de fundo para o aprofundamento das relações no Cone Sul. O governo Itamar Franco, por exemplo, já defendia a integração (econômica) da América do Sul, por meio da ALCSA (1992).

Um primeiro marco da integração efetiva da América do Sul se deu com a Cúpula de Brasília (2000), que lançou a idéia de integração subcontinental a partir dos blocos MERCOSUL e CAN (Comunidade Andina) – implicando a conformação, em 2004, da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) durante a Conferência de Cuzco (em alusão à sede do grande império sul-americano à época dos descobrimentos). Medidas como a integração dos membros da CAN na condição de membros associados do MERCOSUL evidenciam a disposição dos blocos em promover relações mais estreitas, novamente iniciadas sob a égide do interesse econômico.

Não se pode negar que a busca de novos mercados e da melhoria do padrão de vida dos cidadãos sul-americanos faz parte do discurso favorável a uma nova integração. O reconhecimento, pelas chancelarias sul-americanas, do papel periférico do subcontinente na arena internacional (realismo periférico) incentiva a integração como forma de se potencializar o poder de barganha do novo ator internacional. Da mesma forma, o reconhecimento dos laços culturais e de passado colonial comuns reforça a associação (idealismo kantiano) objetivando a emancipação da identidade comum sul-americana – perspectiva essa, inclusive, mais ousada que o hispano-americanismo de Simón Bolívar, que pouco reconhecia na América Lusitana identidade com seus vizinhos. Desse modo, a necessidade de inserção de peso no “uni-multipolarismo” (Samuel Huntington), pós-Guerra Fria e pós-atentados de 11 de Setembro, aproxima e favorece o reconhecimento, por parte do Brasil, do novo papel estratégico de seu entorno.

Todavia, inúmeros desafios despontam quanto à busca dessa nova integração.

Do ponto de vista **externo** à América do Sul, pode se identificar pré-disposição dos Estados Unidos em minar a integração sul-americana. Muito além de questões ideológicas ou culturais, a potência hemisférica deseja manter sua hegemonia continental, consolidada parcialmente com a polarização da América Central a seus ditames. Por meio da ALCA, os Estados Unidos tendem a potencializar sua hegemonia econômica em detrimento do MERCOSUL e da CAN. Em relação a esta, tendo em vista o endurecimento do MERCOSUL, durante as últimas conferências hemisféricas (Mar del Plata, 2005), quanto à agenda de



negociação da ALCA, os Estados Unidos vêm adotando tática de promoção de acordos bilaterais de comércio, em avançadas negociações com o Peru e já assinado com a Colômbia (pelo que a diplomacia brasileira deve buscar igual tratamento comercial acordado entre o Estado andino e os Estados Unidos, invocando Acordos de Complementação Econômica, assinados por ocasião do Tratado da ALADI).

*Não bastasse a aproximação dos Estados Unidos, em termos bilaterais, às nações sul-americanas (o Uruguai, por exemplo, vem sendo constantemente assediado), problemas **internos e intra-regionais** ameaçam o concerto subcontinental. O populismo de Hugo Chávez na Venezuela, o nacionalismo equivocado de Evo Morales na Bolívia e as recentes rusgas diplomáticas Venezuela-Colômbia (quanto à extradição de narcotraficantes) e Venezuela-Peru (oposição aberta de Chávez ao candidato Alan García) demonstram que a América do Sul ainda tem muito a caminhar para uma integração, a qual, ainda que não se dê nos moldes daquela da União Européia, possa favorecer a todos seus membros e consolidar o subcontinente como agente relevante na arena internacional. E cabe ao Brasil, não apenas pelo gigantismo natural, consolidar, via diplomacia, sua hegemonia na região de forma ideal e realista.*

Questão 2

Comente a posição brasileira no tocante à reforma das Nações Unidas, avaliando os interesses nacionais na matéria e a importância do tema na agenda de política externa do país.

Louise Borges Branco (16/20)

O Brasil defende a reforma das Nações Unidas em dois aspectos: tanto no de maior inclusão dos países que têm pouca voz e estou pouco representado pelo quadro do Conselho de Segurança, quanto no de ampliação dos debates e temas a serem tratados pelos Conselhos específicos – de modo que estes temas saiam do âmbito exclusivo das discussões da Assembléia Geral, que são pouco vinculantes, e entrem na agenda das Comissões de atuação mais precisa.

Em relação ao Conselho de Segurança, o Brasil defende a ampliação do número de assentos para a Ásia, África e América, de forma rotativa. Defende, também, fazendo parte do G-3 (Alemanha, Japão e Brasil), a inclusão da Alemanha e do Japão entre os membros permanentes do Conselho (portanto, com direito de veto), assim como um assento permanente para cada continente entre África, Ásia e América. Isto porque, da maneira como está hoje, o Conselho de Segurança não reflete a distribuição atual de poder – o Brasil reconhece o poder econômico da Alemanha e do Japão – e sim perpetua o poder do pós-segunda guerra, cristalizado pelas instituições da ONU, em 1946.

Essa reforma sugerida viria re-equilibrar a estrutura da ONU e permitiria que os países até então excluídos se manifestassem em um papel mais ativo dentro do Conselho de Segurança. Isto se torna importante inclusive na medida em que o conceito de segurança se modificou e se ampliou ao longo destes anos.

Atualmente, a segurança não se restringe aos fatores militar-estratégicos clássicos. A visão estritamente belicosa não condiz com a realidade internacional de diversificação da agenda de debates e dos movimentos de integração e cooperação. Hoje, a segurança está relacionada também com a prosperidade dos povos. O desenvolvimento sustentável das sociedades, a redução das desigualdades (inclusive de gênero e de raça), a preservação do meio ambiente e da biodiversidade, a garantia do respeito aos Direitos Humanos, enfim,



todos são considerados temas de segurança. E o Brasil quer ter mais voz para trazer à pauta esses temas e para que lhes seja dada devida atenção, especialmente porque estes costumam significar um problema maior (ainda que não exclusivamente) para os países em desenvolvimento.

Em relação aos demais órgãos, como ECOSOC, PNUD, UNCTAD, o Brasil tem a posição favorável a uma maior autonomia no que diz respeito aos seus estudos e recomendações. Defende uma maior abertura para que os países possam expor seus problemas junto a estes órgãos e participar ativamente na elaboração de soluções alternativas.

No que diz respeito à Assembleia Geral, que decide a maioria dos temas em pauta, mas cujas decisões não são prescritivas, uma vez que não têm caráter obrigatório (apenas recomendativo), o Brasil defende uma maior força do órgão perante a comunidade internacional. Por ser um órgão democrático, onde cada nação vota, com o peso igual a um, é o local onde todos têm direito à palavra. Na Assembleia Geral das Nações Unidas existe verdadeiramente um princípio democrático representativo, o que o Brasil valoriza.

O Brasil defende maior abertura em relação à proposição de temas feita pelos Estados na Assembleia mediante simplificação do processo e redução do número de aquiescências necessárias para apresentação dos temas a esta.

Já o maior vínculo em relação às decisões gerais se daria mediante a troca de atas e relatórios e a incorporação imediata das decisões, propostas e soluções pelos órgãos responsáveis pelos assuntos em questão (i.e. ECOSOC), de acordo com os princípios vigentes no momento da votação pela Assembleia Geral e também de acordo com o espírito de que as propostas e decisões estejam imbuídas.

A vontade predominante entre o conjunto das nações, destarte, seria ouvida e respeitada, não somente as decisões de um grupo menor, ou seja, o que constitui o Conselho de Segurança.

Questão 3

As conferências de cúpula têm-se configurado como prática que a cada ano demanda mais energia das chancelarias, ocupa parcela expressiva da agenda internacional dos Chefes de Executivo e prende a atenção das opiniões públicas. Considerando a evolução da política externa brasileira a partir do início dos anos noventa, analise esse fenômeno, relacionando-o com os objetivos estratégicos do Brasil.

Juliana Marçano Santil (18/20)

As conferências de cúpula constituem um instrumento utilizado para conferir solidez e visibilidade às estratégias de política externa dos países. A implicação direta dos chefes de Estado em negociações de política externa projeta as decisões tomadas nessas conferências sobre uma esfera muito maior, isto é, atraindo não somente a atenção da comunidade internacional como também visando a mobilização das populações internas em torno dos temas debatidos.

No Brasil, essa estratégia vem sendo muito utilizada, particularmente desde os governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e durante a gestão Lula. Muitos definem a diplomacia da era Fernando Henrique como « diplomacia presidencial », sendo esse um governo em que o presidente assumiu muitas vezes as rédeas dos processos de negociação concernentes à política externa, tendo suas principais ações nesse campo



emanado de cúpulas de chefes de Estado. Assim, a era Fernando Henrique foi marcada por muitas cúpulas, especialmente no que diz respeito à política para a América do Sul. O exemplo mais notório foi a cúpula de Brasília realizada em 2000, em que se solidificou o projeto da Alcsa, área de livre comércio entre doze países da América do Sul e em que se assinou o projeto da IIRSA, para a integração infra-estrutural do continente. As cúpulas das Américas também foram eventos importantes daquele período da história brasileira, sobretudo porque a reunião de 94 entre os chefes de Estado americanos resultou na assinatura do compromisso da Alca.

No governo Lula, a prática da diplomacia de cúpulas também foi especialmente acionada, utilizando abundantemente a imagem política do presidente, como líder de esquerda, representante das classes trabalhadoras que jamais haviam chegado ao poder no Brasil e arauto de uma nova ordem mundial pacífica, igualitária e democrática. A presença de Lula em reuniões de cúpula foi muito freqüente. Entre as mais notórias esteve a sua participação como convidado na cúpula do G-8 em Evian, na qual Lula reivindicou maior voz aos países emergentes. No âmbito americano, as reuniões de cúpula mais importantes foram a Interamericana, em que o Brasil, ao lado de outros países do continente, bloqueou a proposta americana de instituir um mecanismo dentro da OEA que permitisse à organização interferir politicamente nos seus membros em casos de ruptura democrática, e a cúpula das Américas, cuja quarta edição realizou-se em Mar del Plata, expondo dificuldades para a evolução do projeto da Alca, com a resistência de vários líderes sul-americanos. Também tem importância a reunião de cúpula que lançou a CASA, tentativa de alavancar o projeto de integração entre o Mercosul e a Comunidade dos Países Andinos.

A importância estratégica para o Brasil dessa diplomacia de cúpula está na visibilidade interna e externa que ela proporciona à política externa. Isso é importante sob dois ângulos. Sob o ângulo externo, essa visibilidade é estratégica porque o projeto diplomático brasileiro consiste justamente na criação de uma situação de independência e de maior poder de negociação para o Brasil. Portanto, é importante que as ações diplomáticas sejam visíveis para o mundo e para a América Latina, base a partir da qual o Brasil projeta alavancar sua liderança. Sob o ângulo interno, essa visibilidade é importante porque a diplomacia brasileira, longe de ser um acessório no projeto de desenvolvimento brasileiro, é parte crucial dele, procurando viabilizar o comércio externo e a proteção geopolítica de recursos naturais, territoriais e humanos. Assim, é preciso que a população esteja próxima a esses esforços diplomáticos, para lhes conferir legitimidade, porque, ao contrário de serem uma movimentação burocrática e arbitrária, consistem numa tentativa de orientar o desenvolvimento econômico do país.

Uma última questão que pesa para se avaliar a importância dessa diplomacia é o poder que a implicação dos chefes de Estado sobre algumas questões tem para dirimir controvérsias menores e investir as negociações de importância política superior. Assim, a implicação dos presidentes pode ajudar a reduzir resistências pontuais e viabilizar acordos, submetendo divergências técnicas ao desejo político de estabelecer um determinado compromisso.

Questão 4

A República Popular da China tem manifestado reiteradamente que a sua condição atual de “potência emergente” deve ser entendida como uma nova fase histórica, marcada pela sua “ascensão pacífica”, destinada a beneficiar o seu entorno imediato e as suas relações com o exterior. Discorra sobre a inserção regional da República Popular da China a partir do início



dos anos noventa, considerando as principais variáveis em jogo.

Renato Barros de Aguiar Leonardi (17/20)

Marcada pelo crescimento econômico diferenciado, que registra taxas de 5,1% ao ano, com um Produto Interno Bruto de cerca de 1,4 trilhão de dólares, um regime político centralizado e acentuado crescimento demográfico, a China entra, na década de 90, como um ator de extrema relevância ao sistema internacional. Apelidada por George Kennan de um dos “países gigantes” (“giant countries”), a China tem procedido a uma abertura gradual de seu regime político monolítico da década de 60, sobretudo pelas gestões de Deng Xiaoping, que reestruturou o país nas décadas de 70 e 80, abrindo-o à economia de mercado, e de Jiang Zemin, artífice do crescimento econômico e da modificação estrutural por que o país vem passando durante a década de 90. Por fim, Hu Jintao, sucessor de Zemin, vem conduzindo o país rumo a ser potência mundial dos próximos quinze anos.

A “ascensão política” que vem a China desenvolvendo ao longo da década de 90 deve ser entendida no contexto das relações internacionais do período. A China é uma potência nuclear e integra o Conselho de Segurança da ONU. Tal posição faz com que os principais países que ombreiam a China em matéria de segurança e recursos de poder realizem uma leitura “realista” do papel do país: qualquer eventual conflito com o gigante chinês parece ser prejudicial a todos, visto o potencial militar do país.

Isso posto, é importante destacar que o desenvolvimento chinês se fez mediante a relativa ausência de conflito na região asiática, não obstante a crescente animosidade entre Formosa (Taiwan) e China, que afirma que aquela ilha integra o país continental.

O desenvolvimento chinês tem beneficiado os países da região. A chamada “revoada dos gansos”, em que a China, com sua pujança econômica, puxa as demais economias da região em direção à dinamização, é relevante. A China é importante importadora de bens primários, com destaque para alumínio, ferro, soja e açúcar, e exportadora de produtos não duráveis industriais, além de outros. O país possui importantes acordos de cooperação e de comércio com os países do entorno, com destaque para o Vietnã, Coréia, Hong Kong e Japão.

A entrada da China na OMC deve trazer benefícios adicionais ao país. Um desafio que traz, contudo, é a falta de transparência do mercado chinês, com emprego de mão-de-obra barata. Isso tem produzido contenciosos importantes com vários de seus parceiros comerciais, a exemplo da União Européia e dos Estados Unidos.

O impacto ambiental que deverá trazer a China nos próximos quinze anos, por sua vez, parece bastante significativo, com projeções de maiores emissões antrópicas de gases do efeito estufa (GEE), ultrapassando os Estados Unidos. A carência por energia, por fim, deverá pautar a agenda de negociação chinesa, com destaque para a importação de etanol de países como o Brasil e o desenvolvimento de novas matrizes energéticas próprias.

Questão 5

A construção e a participação em alianças e coalizões nos foros multilaterais são um traço marcante da atuação diplomática do Brasil. Considerando as rodadas de negociações conduzidas no âmbito do sistema multilateral de comércio a partir dos anos oitenta, identifique iniciativas que exemplifiquem essa dimensão da atuação brasileira, destacando a importância das mesmas à luz dos objetivos e interesses do país na esfera econômico-comercial.



Thiago de Faria Miranda (18/20)

A diplomacia brasileira tem-se caracterizado por participar ativamente de coalizões nos foros multilaterais, especialmente nos de cunho econômico. A atuação no âmbito do G77 e da UNCTAD, durante as décadas de 1960 e 1970, constituíram um marco do esforço conjunto dos países em desenvolvimento por uma nova ordem econômica internacional. Embora essa mobilização tenha produzido resultados modestos, é inegável que a instituição do Sistema Geral de Preferências em 1968 e a inclusão de uma Parte IV no GATT, que versa sobre proteção à indústria nascente e outros assuntos de interesse do Sul, foram ganhos diplomáticos de relevo. A busca de coalizões a fim de aumentar o poder de barganha das nações envolvidas continuou a ser uma constante da política externa brasileira nos anos 1980.

A Rodada Uruguai (1986-94) foi a mais importante das rodadas comerciais no âmbito do GATT. Intensa redução tarifária, incorporação de novos temas na agenda de discussão, foco nas negociações agrícolas, e criação da Organização Mundial do Comércio(OMC) foram os resultados mais expressivos de quase 10 anos de negociações. Em meio à dificuldade de se chegar a um bom termo nas discussões sobre a agricultura, formou-se um grupo de interesse, denominado Grupo de Cairns, no que tange à liberalização agrícola. Países em desenvolvimento, como Brasil, e países desenvolvidos, como Austrália e Estados Unidos, formaram um bloco de barganha frente à dificuldade de a Comunidade Européia oferecer concessões na área agrícola, em razão dos países beneficiados pela Política Agrícola Comum (PAC). Ao longo da Rodada, novos grupos de barganha foram formados, mas, ao não obtiverem resultados concretos, perderam significado ou foram mesmo extintos.

O fim da Rodada Uruguai não resultou em avanços importantes na área agrícola, de particular interesse para os países em desenvolvimento. A Comunidade Européia, mediante a PAC, continuou subsidiando a produção agrícola para o mercado intra-bloco e para o exterior. Apesar de terem interesses ofensivos na liberalização agrícola, os Estados Unidos, em razão da pressão de grupos de interesse ligados ao setores do algodão e suco de laranja, por exemplo, voltaram a praticar políticas protecionistas, como quotas de importação, subsídios à produção interna e à exportação e legislação antidumping discriminatória. Os países, desenvolvidos ou não, continuam a praticar o protecionismo, apesar de restrições legais no âmbito da OMC.

Tendo em mente os pouco significativos resultados obtidos até então e as difíceis relações com os países desenvolvidos, que tentavam impor uma agenda de negociações que privilegiava os “novos temas” em detrimento da agricultura, um conjunto de países em desenvolvimento criou, em Cancun, no ano de 2003, o G20, cuja liderança é exercida por países como Brasil, Índia, China e África do Sul. O G20 teve êxito em bloquear a agenda importa pelos Estados Unidos e pela União Européia e em realçar a primazia das negociações agrícolas como condições necessária para se discutir os novos temas- serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual. O Brasil, por meio do G20, tem interesse no estabelecimento de regras mais favoráveis a países em desenvolvimento, no que diz respeito a acesso a mercados, regulamentação de políticas de preços mínimos e eliminação de subsídios à produção agrícola.

Ressalta-se que a constituição do G20, de iniciativa brasileira, foi uma inovação significativa. Sendo uma coalizão de nova geração, por ter uma finalidade específica, as negociações agrícolas durante a Rodada Doha, prevista para acabar em 2007, o G20 é um instrumento relevante para que o País tenha sucesso em seus interesses ofensivos em agricultura e resguarde seus interesses defensivos nos novos temas. A formação do grupo



mostra que a solidariedade Sul-Sul, mediante a cooperação horizontal, é possível mesmo em tempos de globalização econômica.

Cabe destacar que, embora com importância menor no que tange a assuntos comerciais, o G3, composto por Brasil, Índia e África do Sul, tem-se mostrado um meio de diálogo útil para se chegar a consensos sobre o andamento das negociações multilaterais de comércio. Como grupo de concertação política, o G3 possibilita que, de tempos em tempos, a solidariedade entre três dos principais países em desenvolvimento se reforce.

A construção e a participação em alianças e coalizões multilaterais de comércio tem sido uma constante para o Brasil. Ajudou o País no bloqueio de agendas impositivas e contrárias ao interesse nacional e na valorização, mediante aumento do poder de barganha, de temas favoráveis. A bem sucedida criação do G20, iniciativa brasileira, demonstra que a cooperação Sul-Sul é viável, mesmo em um contexto internacional de globalização e conflito de interesses.

*



INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de três partes: versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); resumo e exercícios textuais (valor: 25 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 45 pontos).

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o total exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

Programa:

1. Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de idéias.
2. Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfosintática e lexical.
3. Tradução do Inglês para o Português: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfosintática e lexical.
4. Resumo e exercícios textuais: elaboração de resumo que demonstre adequada capacidade de síntese e de reelaboração em Inglês correto; exercícios que demonstrem adequada compreensão e interpretação de texto, bem como domínio de registro, de gramática e de emprego do vocabulário.

Orientação para estudo

1. Versão (15 pontos)

A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

2. Tradução (15 pontos)

A tradução do Inglês para o Português deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de



palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto

3. Resumo e exercícios textuais (25 pontos)

Avalia-se a capacidade de compreender e de reelaborar texto em língua inglesa. Exercícios textuais, de cunho gramatical e semântico, são parte integral do texto proposto e da avaliação correspondente. Requerem-se, no resumo, correção morfosintática, vocabulário adequado e capacidade de síntese.

4. Redação (45 pontos)

Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 45 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito “correção gramatical” implica, automaticamente, nota zero para a redação como um todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (15 pontos)

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:

- a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;
- b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;
- c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (10 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.

Bibliografia sugerida:

Jornais e revistas

A Internet permite o acesso a vasto número de publicações em língua inglesa. Para preparar-se para o concurso, é útil a leitura de publicações do padrão do *The Times* de Londres, *The New York Times*, *The Washington Post e Guardian*, *The International Herald Tribune*, *The Financial Times*, *The Economist e Newsweek*. Pode-se encontrar a versão impressa de muitas dessas publicações em livrarias e bancas de revistas das principais cidades do País.



Dicionários de inglês

Collins Cobuild English Language Dictionary. Londres: Collins.

Language Activator. Londres: Longman.

The Longman Dictionary of Contemporary English. Londres: Longman.

The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford: University Press.

Oxford English Dictionary. Oxford: Oxford University Press.

The Random House College Dictionary. New York: Random House.

The Random House Dictionary of the English Language. New York: Random House.

Roget's Thesaurus. Londres: Longman.

Webster's Collegiate Dictionary. New York: BD&L.

Webster's Third International Dictionary. New York: BD&L.

Dicionários inglês-português e português-inglês

Cambridge Word Routes-Inglês/Português: Dicionário temático do inglês contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Dicionário Português-Inglês, Inglês-Português. Porto: Porto Editora.

Novo Michaelis: Português-Inglês, Inglês-Português. São Paulo: Melhoramentos.

Taylor, J. L. **Portuguese-English Dictionary.** Rio de Janeiro: Record.

Gramáticas

BENSON, M. *et alii.* **The BBI Combinatory Dictionary of English: A guide to word combinations.** Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins.

Collins Cobuild English Usage. Londres: Harper Collins.

Comprehensive Grammar of the English Language. Londres: Longman.

CUTTS, M. **The Plain English Guide.** Oxford, Oxford University Press.

FRANK, M. **Modern English.** Englewood-Cliffs: Prentice-Hall.

LEECH, G.; SVARTVIK, J. **A Communicative Grammar of English.** Londres: Longman.

HILL, J.; LEWIS, M. (Orgs.) **LTP Dictionary of Selected Collocations.** Hove: Language Teaching Publications.

SANTOS, Agenor. **Guia Prático de Tradução Inglesa.** São Paulo: Cultrix.

SWAN, M. **A Practical English Usage.** Oxford: Oxford University Press.

THOMPSON, A. J.; MARTINET, A.V. **A Practical English Grammar.** Oxford: Oxford University Press.

Outras fontes

WALKER, S. B. **Candidate's Handbook:** English. Brasília: FUNAG, 2000.



Internet: Há numerosos dicionários e glossários disponíveis em linha, bem como variadas fontes de informações e de consulta. Duas referências iniciais, a título meramente indicativo:
<http://www.yourdictionary.com>;
<http://www.bbc.co.uk>

Prova de 2006

1 – TRANSLATION (Total: 30 marks)

A) (15 marks)

Translate the following text adapted from Don Cupitt's *The Sea of Faith* (London: BBC, 1984) into Portuguese:

Prometheus Unbound

The mind's power to innovate and fashion pure fictions was traditionally seen as a source of sin. Saints sallied forth into the desert to do battle against the evil thoughts that rose unbidden in their imaginations. As we now view it, they were actually tussling with their own creativity, not Satan.

Since ancient times, the common theme in mythology is that there are appointed limits to human power and knowledge. Overstepping the bounds the gods had set was tantamount to courting disaster.

So powerfully alluring has been the theme of man's technological pride being brought low that new myths have continued to be hatched well into the modern age. As late as the 1960s techno-sceptics posited that the space programme might bring down divine wrath upon mankind. This ethic of tradition was patently designed to discourage unbridled innovation and social change.

Ricardo Martins Rizzo (14,5/15)

Prometeu Libertado

O poder da mente para a inovação e a criação de puras ficções foi tradicionalmente visto como uma fonte de pecado. Santos refugiavam-se no deserto para travar batalha contra os maus pensamentos que emergiam desembaraçadamente na imaginação. Da forma como os vemos hoje, eles estavam em conflito com a sua própria criatividade, não com Satã.

Desde tempos antigos, o tema comum da mitologia é a existência de limites definidos para o poder e o conhecimento humanos. Ultrapassar a linha traçada pelos deuses era equivalente a cortejar o desastre.

O tema do orgulho tecnológico do homem tem sido rebaixado de forma tão poderosamente persuasiva que novos mitos continuaram a surgir mesmo na época moderna. Em plena década de 1960, "tecno-céticos" defendiam que o programa espacial poderia atrair a ira divina contra a humanidade. Esta ética da tradição estava patentemente projetada para desencorajar inovações e mudanças sociais desabridas.

B) (15 marks)

Translate the following text adapted from an article by Mino Carta in *Carta Capital* (5th November 2005) into English:



O Velho Mundo fica muito longe

Karl Marx e Alexis de Tocqueville concordavam em um ponto: a extrema pobreza não gera revolta mas apatia.

Ralf Dahrendorf retoma o assunto em artigo recente. “A faixa da população de longe mais crítica — diz ele — é aquela que começou a progredir para novas e melhores condições, mas, lá pelas tantas, encontrou o caminho bloqueado. São estes os grupos que se mobilizam em contestações violentas e acabam por determinar grandes mudanças”.

Dahrendorf pressentia, é claro, os desdobramentos da revolta da periferia parisiense, inspiradora de outras turbulências em vários cantos da Europa Ocidental.

Pensei no Brasil, vice-campeão mundial em má distribuição de renda, onde 70% das famílias vivem, no máximo, com dois salários mínimos e 30% dos habitantes vegetam abaixo da linha de pobreza. Sem contar a herança da escravidão que deixou nos lombos nativos a marca funda do chicote.

Gustavo Henrique Sachs (14,5/15)

The Old World lies very far away

Karl Marx and Alexis de Tocqueville both agreed on one point: extreme poverty does not lead to uprising but rather to apathy.

Ralf Dahrendorf has resumed the issue in a recent article. “The most critical segment of the population by far – says he – is the one which had begun to make progress towards new and better conditions, but, at a certain point, found the path blocked. These are the groups which rally to violent protests and end up bringing about great changes”.

Dahrendorf anticipated, of course, the unfolding of the rising of the Parisian outskirts, which has inspired additional turmoil in several corners of Western Europe.

I thought about Brazil, vice-champion of the world in poor distribution of income, where 70% of the families live, at most, on two minimum wages and where 30% of the population vegetate below the poverty line. Not to mention the heritage of slavery which has left on the native backs the deep scar of the whip.

2 - SUMMARY & TEXTUAL EXERCISES

(Total: 25 marks)

A. Read the following text, adapted from “Radical Islam, Liberal Islam” by M. A. Muqtedar Khan (*CURRENT HISTORY*, Vol. 102, n. 688, December 2003), and complete the exercises at the end. (10 marks)

B. Summarise the text, **in your own words**, in up to 200 words. (15 marks)

American foreign policy currently faces a critical menace from the Muslim World in the guise of burgeoning, embedded anti-Americanism in the Muslim World. That has already bred a catastrophic attack on America, two wars, and a significant compromise of American democracy. It is therefore of utmost importance that anti-Americanism in the Muslim world be addressed, extenuated and even reversed.

The root of Muslim anti-Americanism is twofold: the manifestly unjust consequences



of American foreign policies; and the casting of America as the “designated other” in Islamist discourse. Islamist discourse has concocted the idea of an Islamic civilization diametrically opposed to a caricaturized West. Islamists define the West as imperial, morally decadent, ungodly (secular). Western power and values are vilified as the source of all Muslim grievances. They proceed to envisage a reinvigorated Islamic civilization depicted as just, moral and god-centered. Thus, the routing of the West and the rebuffing of Western values are *sine qua non* conditions for the revival of Islam.

Independence from the West has ever been the overriding goal of political Islam. Failure to achieve that goal, compounded by real and perceived injustices committed by America and its allies, has grafted vitriolic hatred of America in the hearts of radical Islamists. They and their hate mongering are perverting the moral fabric of the Muslim World and subverting Islam’s message of justice, mercy, submission, compassion and enlightenment.

It is my contention that the best anti-dote to radical Islam is liberal Islam, which is sympathetic to liberal values. Islam is essentially a set of revealed values designed to help prod humanity along the path to enlightenment and virtue. Many such values were nurtured in the heyday of liberal Islam in Islamic Spain, under Emperor Akber in Mughal India and under the Abbasid caliphate in the heartlands of Islam. The atmosphere of religious tolerance under their rule was comparable to the best of times in America. Educational and scientific fervor was at its peak and pluralism was widely practiced. Indeed, Islam was a byword for learning and culture.

“Moderate” is commonly taken to mean lukewarm. This is misleading and demeaning. Moderate Muslims can be best understood as having achieved a negotiated peace with modernity. They treat it as the existential condition of our time while submitting to the message of Islam. By grasping the distinction between historical Islam and Islamic principles, they are able to bridge the gap between text and context through rational interpretation.

Moderate Muslims, who favor peace without being pacifists, are critical of American foreign policy for the Muslim World. They too denounce the prejudiced view of Islam in the West. Muslim moderates refuse, though, to blame the West or modernity for all the afflictions besetting the Muslim World.

Islamists, both moderate and radical, use an imaginary, caricaturized version of the West as a foil for Islamic identity. Islam is the reverse of the West: it is moral, it is just, it is righteous and it is not secular. This image of the West in the minds of many Islamists is partly the consequence of a radical reading of Syed Qutb’s diatribes against secularism and modernity in Nasserite Egypt.

Islamists, however, are not alone in their misrepresentation of Syed Qutb. In a recent article in the *New York Times* Paul Berman argued that it was Qutb’s philosophy and understanding of Islam that provided the ideological underpinning for Al Qaeda and its affiliates. The revulsion of liberalism and the desire to preserve Islam from the cultural impact of modern secularism combined with a desire to become martyrs in the cause of Islam, Berman argues, are the cornerstones of Qutb’s ideology. He also insists that while Qutb is indeed critical of the US, its perfidious foreign policy and its support for Israel, he does not really focus on it. Qutb, according to Berman, and in my opinion correctly, is more concerned with ideas, values and norms that shape society than with geopolitical conflicts.

Berman also holds that it is not American foreign policy but the challenge of liberalism, particularly its morality that vexes Qutb. By implication, the US _____ change its foreign policy but those motivated by aversion for liberalism will continue to seek the downfall of the West as long as its culture continues to influence the world, the Muslim World in particular. Berman’s reading not _____ absolves US foreign policy from being a major cause of incitement _____ rebellion and resistance among Islamic



militants, but also suggests that this is indeed a clash of civilizations — Islam versus liberalism.

While advancing the notion that there can be alternative readings of Muslim ideologues, I am also arguing that discourse is what we make of it. Ideas have an impact on reality, but reality in turn affects the formation of ideas and how ideas are apprehended. Some Muslims read Qutb and are motivated to use violence against their regimes and the West, whom they perceive as tyrannical. Others read him as an advocate of freedom, social justice and responsible governance.

The different readings of Syed Qutb underscore the diversity within Islam and among Muslims. Profiles of Islam and Muslims cannot be painted with broad brushes. Quick, single-variable explanations as to why Muslims are angry at the US will not suffice. Muslim realities, like Muslim thinking, are complex, diverse and challenging. As policy makers in Washington rethink the Muslim World, they would do well to remember that ethnocentric interpretations and sweeping judgments will only heighten misunderstanding and lead to bad policy. Bad things ensue from bad policy.

A liberal reading of Qutb reveals him as a philosopher of freedom and justice, not a philosopher of terror. Similarly, a sympathetic view of the Muslim World will reveal a thirst for freedom and justice, not a penchant for violence or hate. American policy makers do recognize the significance and potential of liberal Islam and the strategic value of supporting moderate Muslims. However, they have so far shown interest only in using moderates to lend legitimacy to certain US policies in the Muslim World. They have not taken on board moderate Muslim input in shaping post-September 11 policies nor have they sought their assistance in moderating the government’s rhetoric and messages to the Muslim World. But then the current US administration has proven to be secretive, closed, and insular, excluding even moderate conservatives from policy making. It would be pie in the sky to expect this administration to include diverse opinion. The potential of moderate Muslims thus remains untapped.

A . TEXTUAL EXERCISES (TOTAL: 10 marks, 2 marks per correct answer)

a) Fill in the **three** gaps in the text above with an appropriate word or phrase.

“Berman also holds that it is not American foreign policy but the challenge of liberalism, particularly its morality that vexes Qutb. By implication, the US may change its foreign policy but those motivated by aversion for liberalism will continue to seek the downfall of the West as long as its culture continues to influence the world, the Muslim World in particular. Berman’s reading not only absolves US foreign policy from being a major cause of incitement to rebellion and resistance among Islamic militants, but also suggests that this is indeed a clash of civilizations — Islam versus liberalism.”

b) Choose the **most appropriate** substitute in context for the words underlined:

I. grafted: “Failure to achieve that goal, compounded by real and perceived injustices committed by America and its allies, has grafted vitriolic hatred of America in the hearts of radical Islamists.”

- 1) etched
- 2) transplanted



- 3) inserted
- 4) corrupted
- 5) **instilled**

II. lukewarm: “Moderate is commonly taken to mean lukewarm.”

- 1) aloof
- 2) **half-hearted**
- 3) frail
- 4) neutral
- 5) gutless

B- SUMMARY:

João Augusto Costa Vargas (15/15)

Anti-Americanism in the Islamic world poses a significant challenge to American foreign policy, which must be faced. This anti-Americanism has two sources: the foreign policy of the United States and the use of America as a discursive “Other” by Muslims, who see the West as the negation of all that Islam holds sacred. Islam’s continued dependence on the Western world it despises has led to hatred of America, epitomized by Muslim terrorists.

Liberal Islam is the best possible response to radical Islam. This moderate tradition of thought, which reconciles the Koran with modernity, is not uncritical of the United States and its policies, but neither does it demonize the West.

Both Muslim radicals and Western commentators have identified the writings of Syed Qutub as the genesis of Islamic anti-Americanism, especially in light of his critique of the effects of liberalism on Muslim society. Qutub’s works can, however, be read in a more tolerant light, emphasizing justice and tolerance.

Like Qutub’s legacy, Islam as a whole is multifaceted and diverse, and must be seen as such by Western policymakers, if these wish to craft adequate policies towards the Muslim world.

3 – COMPOSITION (45 marks)

Awareness that change is a constant feature of human life is as old as civilisation. However, more recently, technological development has greatly enhanced both the prospects for rapid change and the range of its social, political, and cultural impact.

Bearing this in mind, **comment on Berman’s contention** (in Muqtedar Khan’s text “Radical Islam, Liberal Islam” in section 2 above) **that “those motivated by aversion for liberalism will continue to seek the downfall of the West as long as its culture continues to influence the world, the Muslim World in particular”**.

(Set length 350-450 words)

João Augusto Costa Vargas (43/45)

Berman’s statement that Muslim radicals will not curb their destructive efforts as long as the West continues to influence the world seems inescapable, at first glance. One could almost be led to believe in a “duel to the death” between two cultures: liberalism, with its core belief in tolerance of individual choices, and Islam, with its own values.



Reality, however, is never as clear-cut as the statement above would imply. Neither the liberal West nor the Muslim World are the absolute, monolithic entities they are often depicted as being.

Islam is less like a centuries-old, undisturbed lake of values and beliefs than it is like a raging river, winding its way through the hills and valleys of history and spawning countless tributaries, each with its own personality and identity. Around the world, from the bazaars of Morocco to the streets of New York, Islam has demonstrated that many of its forms are wholly compatible with tolerance and individual liberties.

Liberalism has revealed itself to be an entity just as complex as Islam. In spite of its guise of Enlightenment rationality, it has in many cases demonstrated that its secularity and “cultural neutrality” are only skin deep, and that the values and precepts of Christianity still lurk below the surface. The tolerance of liberalism can also be called into question, as evidenced by the deep-seated prejudices in many supposedly liberal polities.

These two cultures cannot, therefore, be considered in any way homogenous. Indeed, the disputes within each regarding the ideal way to organize social life make this blindingly obvious: the “European model” and the “American model” which vie for prominence in the liberal world are as dissimilar as the Jordanian and Indonesian experiences in the Muslim one.

It is at the very least misleading, therefore, to speak of a “clash of civilizations”. It is much more accurate to refer to two large, heterogeneous cultures, with no clear leader on either side. These cultures have murky, undefined borders, which frequently overlap, leading to both clashes and creation.

This is not to say, of course, that those who speak of a clash of civilizations do so out of ignorance or naïveté. Leading the charge against the (supposed) enemy is an effective way to gain ascendancy within one’s own group. This tendency has been aggravated by the acceleration of technology. Revolutions in science not only brought us closer together, but allowed the purveyors of fear to convince us that the enemy is forever close by. We have developed tools that can be of great value in reconciling estranged cultures – we have just not learned how to use them properly yet.

*

Exemplos de temas para redação em anos anteriores:

2005

Read the following editorial from the *Washington Post*, 20th March, 2005, and in the light of it and of the text by Richard Gott in section 2, **comment on the geopolitical, social, and economic issues raised as they affect South American integration.**

A Threat to Latin Democracy

Another Latin American democracy is on the verge of crumbling under pressure from leftist populism. The trouble comes this time in Bolivia, where a democratic president and Congress face a paralyzing mix of strikes and roadblocks by a radical movement opposed to foreign investment and free-market capitalism. The insurgents, who claim to represent the country's indigenous population, drove one democratically elected president from office 18 months ago; now they are working on his successor, Carlos Mesa, who has searched valiantly but unsuccessfully for compromise. The populists ride a leftist wave of momentum in Latin



America and have the rhetorical, and possibly material, support of the region's self-styled "Bolivarian" revolutionary, Venezuelan President Hugo Chavez. The democrats could use some outside help, from their neighbors and the United States.

Accounts of political crises in Andean countries such as Bolivia sometimes portray a poor and disenfranchised indigenous majority pitted against an ethnically European and mestizo elite. The facts tell a different story in Bolivia. Mr. Mesa, polls show, has the support of two-thirds of his compatriots, while the party leading the protests, the Movement Toward Socialism, has never received more than 21 percent of the vote in an election. Nor is it the case that Bolivia's experiment with free-market policies in the 1990s failed to help the poor. Per capita incomes rose by 20 percent in the second half of the decade. Thanks to private foreign investment, significantly more Bolivians gained access to water, sewage systems and electricity.

The populist minority, led by former coca farmer Evo Morales, is bent on using force to reverse that progress. Already it has effectively blocked natural gas exports to the United States. Its current strikes are aimed at stopping further foreign investment in that industry through confiscatory taxes and reversing the privatization of other industries. Mr. Mesa, swearing off the use of force to break up the roadblocks, has countered with democratic political tactics: first a national referendum on a compromise gas policy, then an accord with Congress on political and economic reforms. Last week, in desperation, he proposed that his own term as president be cut short and new elections be held in August; Congress rejected the proposal, and Mr. Mesa later announced he would stay on. But the opposition still threatens to renew a blockade that is devastating one of the hemisphere's poorest economies and prompting talk of secession in Bolivia's relatively prosperous and pro-capitalist eastern provinces.

All of this is good news for Mr. Chavez, who along with Cuba's Fidel Castro dreams of a new bloc of Latin "socialist" (i.e., undemocratic) regimes that will join with like-minded states such as Iran, Libya and China to oppose the United States. Bolivia's neighbors, including Brazil, Argentina and Chile, ought to be alarmed by this trend; but though their own leftist governments have expressed support for Mr. Mesa they have refrained from more concerted action -- such as demanding that Mr. Chavez cease his meddling. The State Department issued a statement last week expressing "support for the people of Bolivia and a peaceful democratic process." If there is a deeper U.S. policy to head off the breakdown of democracy in Latin America, there isn't much sign of it.

2004

Read the following text on Diplomacy and Democracy and, in the light of it and any of the ideas raised in the texts in Parts 1 & 2 above, **assess the benefits and drawbacks of public diplomacy (in which media exposure enhances the emotional dimension) as compared with diplomacy as a rational, technical activity entrusted to specialists.**

Alexis de Tocqueville wrote as follows in his classic 1835 book **Democracy in America**, defining a problem of democratic governance that is as old as the Greeks: "Foreign politics demand scarcely any of those qualities which are peculiar to a democracy; they require, on the contrary, the perfect use of almost all those in which it is deficient. A democracy can only with great difficulty regulate the details of an important undertaking,



persevere in a fixed design, and work out its execution in spite of serious obstacles. It cannot combine its measures with secrecy or await their consequences with patience."

The problem Tocqueville examined then has become far more acute now. Public awareness has increased and the media are far more intrusive. But neither has kept pace with the growing complexity of foreign policy issues. No country can or should, for instance, join the World Trade Organisation (WTO) without the people's support. How few of them, though, know or can know enough to form an opinion on the issue?

The dilemma persists because it is inherent in a democracy — the volatility and power of public opinion and the weaknesses of democratic leadership. Not seldom, the preference of the majority is at odds with the requirements of sound policy, domestic or foreign. Not seldom an issue of foreign policy arouses the people from the slumber that is the norm, to shake them with paroxysms of moral outrage. Few are the leaders who have the moral fibre, the political skill and the intellectual muscle required to explain such realities to them. Having ignored the rumblings, most opt for mere survival when the crisis bursts into the open.

Hans J. Morgenthau traces the dilemma to its roots — the statesman, as distinct from the common politician, has to reckon with considerations which the populace cannot grasp. "The statesman must think in terms of the national interest, conceived as power among other powers. The popular mind reasons in the simple moralistic and legalistic terms of absolute good and absolute evil. The statesman must take the long view, proceeding slowly and by detours, paying with small losses for great advantages; he must be able to temporise, to compromise, to bide his time. The popular mind wants quick results; it will sacrifice tomorrow's real benefit for today's apparent advantage. By a psychological paradox, the most vociferous and compromising representatives of what is least conducive to the successful conduct of foreign policy are generally politicians who in their own constituencies would not dream of acting the way they expect the framers of foreign policy to act... The daily routine of their political lives is devoid of those moral and intellectual qualities which they really admire, which to the public they pretend to possess, and which they wish they were able to practise... they make foreign policy over into a sort of fairy-land where virtue triumphs and vice is punished, where heroes fight for principle without thought of consequence, and where the knight in shining armour comes to the succour of the ravished nation, taking the villain's life even though he might in the process lose his own."

Leaders have four options. One is simply to sail with the wind of public opinion and treat public opinion polls as the supreme guide. The second is to educate public opinion in the realities of the times. A British diplomat, Lord Vansittart, sharply defined this age-old problem: "How to induce the unwilling to accept the unavoidable."

The third option is to mislead and corrupt public opinion — and cite the result in defence of the official stand. The leader whips up the people to a frenzy of chauvinism and defends his intransigence as obedience to the people's will.

The last option is to practise deception.

(Adapted from A.G. Noorani's "Of diplomacy and democracy." *Frontline*, v. 18 - Issue 23, Nov. 10 - 23, 2001.)

2003/2

Read the following text on Leonardo da Vinci and, in the light of it and any of the ideas broached in the texts in Sections 1 & 2 above, **discuss the uses of art and technology and their relation to ethics in the current diplomatic scenario.**



Ever the perfectionist, Leonardo turned to science in the quest to improve his artwork. His study of nature and anatomy emerged in his stunningly realistic paintings, and his dissections of the human body paved the way for remarkably accurate figures. He was the first artist to study the physical proportions of men, women and children and to use these studies to determine the “ideal” human figure. Unlike many of his contemporaries — Michelangelo for example — he didn't get carried away and paint ludicrously muscular bodies, which he referred to as “bags of nuts.”

All in all, Leonardo believed that the artist must know not just the rules of perspective, but all the laws of nature. The eye, he believed, was the perfect instrument for learning these laws, and the artist the perfect person to illustrate them.

Leonardo the scientist bridged the gap between the shockingly unscientific medieval methods and our own trusty modern approach. His experiments in anatomy and the study of fluids, for example, absolutely blew away the accomplishments of his predecessors. Beginning with his first stay in Milan and gathering pace around 1505, Leonardo became more and more wrapped up in his scientific investigations. The sheer range of topics that came under his inquiry is staggering: anatomy, zoology, botany, geology, optics, aerodynamics and hydrodynamics, among others.

As his curiosity took him in ever wilder directions, Leonardo always used this method of scientific inquiry: close observation, repeated testing of the observation, precise illustration of the subject, object or phenomenon with brief explanatory notes. The result was volumes of remarkable notes on an amazing variety of topics, from the nature of the sun, moon and stars to the formation of fossils and, perhaps most notably, the mysteries of flight.

Artists have always found it difficult to make a living off their art. And even a master like Leonardo was forced to sell out in order to support himself. So he adapted his drawing skills to the more lucrative fields of architecture, military engineering, canal building and weapons design. Although a peacenik at heart, Leonardo landed a job working for the Duke of Milan by calling himself a military engineer and outlining some of his sinister ideas for weapons and fortifications. Like many art school types in search of a salary, he only briefly mentioned to the Duke that he could paint as well.

Lucky for Leonardo, he was actually really talented as an engineer. Good illustrators were a dime a dozen in Renaissance Italy, but Leonardo had the brains and the diligence to break new ground, usually leaving his contemporaries in the dust. Like many crackpot geniuses, Leonardo wanted to create “new machines” for a “new world.”

(Adapted from texts at <<http://www.mos.org/leonardo>>)

2003/1

Taking into account the texts comprising this exam, read the following excerpt from Kenan Malik's “Genes, culture and human freedom” and then **discuss the tension between human culture and nature.**

When a beaver builds a dam, it doesn't ask itself why it does so, or whether there is a better way of doing it. When a swallow flies south, it doesn't wonder why it is hotter in Africa or what would happen if it flew still further south. Humans do ask themselves these and many other kinds of questions – questions that have no relevance, indeed make little sense, in the context of evolved needs and goals.

What marks out humans is our capacity to go beyond our naturally defined goals – such as the need to find food, shelter or a mate – and to establish human-created goals. Our



evolutionary heritage certainly shapes the way that humans approach the world. But it does not limit it.

Similarly, our cultural heritage influences the ways in which we think about the world and the kinds of questions we ask of it, but it does not imprison them. If membership of a particular culture absolutely shaped our worldview, then historical change would never be possible.

If the people of medieval Europe had been totally determined by the worldview sustained by medieval European culture, it would not have been possible for that society to have become anything different. It would not have been possible, for instance, to have developed new ideas about individualism and materialism, or to have created new forms of technology and new political institutions.

Human beings are not automata who simply respond blindly to whatever culture in which they find themselves, any more than they are automata that blindly respond to their evolutionary heritage. There is a tension between the way a culture shapes individuals within its purview and the way that those individuals respond to that culture, just as there is a tension between the way natural selection shapes the way that humans think about the world and the way that humans respond to our natural heritage. This tension allows people to think critically and imaginatively, and to look beyond a particular culture's horizons.

In the six million years since the human and chimpanzee lines first diverged on either side of Africa's Great Rift Valley, the behaviour and lifestyles of chimpanzees have barely changed. Human behaviour and lifestyles clearly have. Humans have learned to learn from previous generations, to improve upon their work, and to establish a momentum to human life and culture that has taken us from cave art to quantum physics – and to the unravelling of the genome. It is this capacity for constant innovation that distinguishes humans from all other animals.

All animals have an evolutionary past. Only humans make history. The historical, transformative quality of being human is why the so-called nature-nurture debate, while creating considerable friction, has thrown little light on what it means to be human. To understand human freedom we need to understand not so much whether we are creatures of nature or nurture, but how, despite being shaped by both nature and nurture, we are also able to transcend both.

(Kenan Malik is author of *Man, Beast and Zombie: What Science Can and Cannot Tell Us About Human Nature*, Weidenfield and Nicolson, 2000.)

2002

Read the following excerpt adapted from Ana Viseu's "An assessment of McLuhan's prediction that electronic technologies would lead us back to an oral culture" and, in the light of it and the text by Aidan Mathews in Section 1, comment critically on the role of language and visual imagery in modern electronic culture.

"It is a fact that electronic digital technologies lack a sense of linearity. In fact, they are based on a non-linearity that tends to facilitate a more associative way of organizing information, e.g., hypertext. It is also true that new technologies tend to be global and not focused — that is, they influence more than one sense. A good example of this is the acoustic virtual environments which are much stronger than a visual experience. A visual experience tacitly distances you, places you in a transcendent, removed position, rather than embodying you at the center of a new context. This implies not only that digital technologies offer the possibility of creating new global spaces by using sound, but also that the perspective from



the user's point of view changes. She/he is no longer a mere observer in a detached position, but rather she/he actively constructs this space.

Marshall McLuhan was right in predicting that the change from mechanic technologies to electronic, digital technologies would create a new culture that more resembles ancient oral cultures than the recent visual, print culture.”

2001

In the light of the following quotations, comment on the relations between economics, warfare, and the forging of the modern state.

What a country calls its vital economic interests are not the things which enable its citizens to live, but the things which enable it to make war.

(*Simone Weil* in: *W.H. Auden, A Certain World. 1971*)

Think of political economy as an historical process rather than some kind of established model. It begins – and this is often forgotten – with war, the father of all things. It was war, time and again pushing up the expenses of governments, that fostered the development of modern systems of taxation. For most of history, men lived in warfare states, not welfare states.

Those who prefer their political history to be finance-free need to remember that it was in large measure the quest for taxation that led to the spread of representative government. ‘No taxation without representation’ was not just a slogan of the American Revolution; it accurately describes a historical process stretching back to medieval England, and indeed to ancient Athens. And as many states have sought to increase the taxation they exact, so they have found it hard to refuse a concomitant widening of political representation. A case in point was the great democratisation that occurred after the First World War, which can be understood as the political price for high wartime sacrifices.

Money does not make the world go round, but it establishes the framework – the cage, if you like – within which we live our lives. To understand this is not to be let out the cage. It does not even tell us who has the key. But at least it shows us where the bars are.

(Niall Ferguson, *The Cash Nexus*. Harmondsworth: Penguin, 2001)

*



NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

A prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos. O(A) candidato(a) deverá responder de modo objetivo, tendo em vista a limitação de linhas para cada resposta.

A banca examinadora levará em conta, sobretudo, o poder de argumentação do(a) candidato(a). Assim, eventual citação de tal ou qual autor deve ser evitada. O interesse dos examinadores é avaliar o entendimento do(a) candidato(a) sobre o problema formulado. Ele(a) deve pautar sua resposta pela objetividade, clareza e precisão.

A bibliografia é meramente indicativa. Os examinadores sugeriram livros atualizados e de fácil acesso, já que se trata de prova de “noções” de Direito. Desse modo, a banca ateve-se ao indispensável. O(a) candidato(a) poderá, por óbvio, lançar mão de outros autores que, ao seu juízo, abordem tal ou qual ponto do programa.

Programa:

I. Noções de direito e ordenamento jurídico brasileiro.

1. Normas jurídicas: características básicas; hierarquia. 2. Constituição: conceito, classificações, primado da Constituição, controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos. 3. Fatos e atos jurídicos: elementos, classificação e vícios do ato e do negócio jurídico. Personalidade jurídica no direito brasileiro. 4. Estado: características, elementos, soberania, formas de Estado, confederação, república e monarquia, sistemas de governo (presidencialista e parlamentarista), estado democrático de direito. 5. Organização dos poderes no direito brasileiro. 6. Processo legislativo brasileiro. 7. Princípios, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF/88). 8. Noções de organização do Estado na CF/88: competências da União, dos Estados-membros e dos municípios; características do Distrito Federal. 9. Atividade administrativa do Estado brasileiro: princípios constitucionais da administração pública e dos servidores públicos, controle de legalidade dos atos da Administração. 10. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

II - Direito internacional público.

1. Caráter jurídico do direito internacional público (DIP): fundamento de validade da norma jurídica internacional; DIP e direito interno; DIP e direito internacional privado (Lei de Introdução ao Código Civil). 2. Fontes do DIP: Estatuto da Corte Internacional de Justiça (artigo 38); atos unilaterais do Estado; decisões de organizações internacionais; normas imperativas (*jus cogens*). 3. Sujeitos do DIP: Estados [conceito; requisitos; território; população (nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro, deportação, expulsão e extradição); governo e capacidade de entrar em relações com os demais Estados; surgimento e reconhecimento (de Estado e de governo); sucessão; responsabilidade internacional; jurisdição e imunidade de jurisdição; diplomatas e cónsules: privilégios e imunidades]; organizações internacionais (definição, elementos constitutivos, classificação, personalidade jurídica), Organização das Nações Unidas (ONU); Santa Sé e Estado da Cidade do Vaticano; Indivíduo. 4. Solução pacífica de controvérsias internacionais (artigo 33 da Carta da ONU): meios diplomáticos, políticos e jurisdicionais (arbitragem e tribunais internacionais). 5. Direito internacional dos direitos humanos: proteção (âmbito internacional e regional);



tribunais internacionais; direito internacional humanitário; direito do refugiado. 6. Direito da integração: noções gerais; MERCOSUL e União Européia (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 7. Direito do comércio internacional: conhecimentos elementares; Organização Mundial do Comércio (gênese, estrutura institucional, solução de controvérsias). 8. Cooperação jurídica internacional em matéria penal.

Bibliografia sugerida:

I – Documentos:

Constituição da República Federativa do Brasil (1988).
 Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945).
 Convenções de Viena sobre: Relações Diplomáticas (1961); Relações Consulares (1963); e Direito dos Tratados (1969).
 Tratado de Assunção para a Constituição do Mercado Comum do Sul, Mercosul (1991).
 Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul (Ouro Preto, 1994).
 Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC (Marraqueche, 1994).
 Memorando de Acordo relativo às Normas e Procedimentos para A solução de Litígios na OMC (1994).

II – Livros:

ACCIOLY, Hildebrando e Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. **Manual de direito internacional público**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10 ed. Brasília: Editora UnB, 1999.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. **Teoria do Estado**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **O ABC do direito comunitário**. Bruxelas: Comissão Européia, 2000.

BROWNLIE, Ian. **Princípios de direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ENGLISH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. 8 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

MELLO, Celso de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 14 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

QUOC DINH, Nguyen, Patrick Dailler e Alain Pellet. **Direito internacional público**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.

RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relações internacionais**. 7 ed. São Paulo: RT, 2002.



- REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- REZEK, José Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- SILVA, José Affonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de direito internacional público**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2002.
- THORSTENSEN, Vera. **OMC: Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das organizações internacionais**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

Prova de 2006

Questão 1

Comente a seguinte passagem:

“Muitas pessoas, geralmente sem ter dedicado muita atenção à natureza ou à história do tema, partem do princípio de que o direito internacional é e sempre foi uma impostura. Outros parecem pensar que ele constitui uma força dotada de seu próprio vigor interno, e que, se nós conseguíssemos reunir os advogados para trabalhar no projeto de um código bastante abrangente para todas as nações, certamente iríamos viver em paz, e tudo se acertaria no mundo. É difícil saber qual dos dois é menos útil, se o cético ou o sujeito de poucas luzes, mas o fato é que ambos cometem o mesmo equívoco. Os dois pressupõem que o direito internacional é um tema sobre o qual cada pessoa pode formar suas opiniões de modo intuitivo, sem se dar ao trabalho — como se deve proceder quanto a outros assuntos — de investigar sobre os fatos relevantes.”

Maitê de Souza Schmitz (19/20)

*A natureza do Direito Internacional Público (DIP) sempre foi tema de intenso debate. A própria inclusão, nos livros de DIP, de um capítulo específico quanto a sua existência e validade já demonstra a preocupação corrente na matéria. Isso porque costumava-se definir o direito a partir de características muitas vezes ausentes no DIP. Se, por exemplo, a importância dada por Kelsen à sanção na norma jurídica fosse levada para o DIP, haveria dificuldade em provar sua existência. Do mesmo modo, outros argumentos foram levantados: para Hart, o DIP não seria direito, uma vez que não possui normas secundárias (e.g., sobre a elaboração de outras normas), mas apenas primárias. Poderia ser dito, ainda, que o DIP seria mera utopia ante a falta de uma entidade supranacional que garantisse a cogência de suas normas. Contrapondo-se a essa visão, os jusnaturalistas defenderam – e defendem – a existência e validade do DIP, baseando-se em diversos fundamentos. Costuma-se, por exemplo, considerar o **pacta sunt servanda** como “norma fundamental” do DIP. Ele existiria*



*pois os Estados cumpririam seus acordos. Mais recentemente, tem-se aceito a existência de normas que transcendem essa visão centrada no Estado soberano, como é o caso do **jus cogens** (normas inderrogáveis, reconhecidas pela Convenção de Viena dos Tratados, art. 53).*

De fato, a evolução do DIP e a realidade de interdependência entre os Estados torna cada vez menos importante a discussão quanto à natureza do DIP. Se não houvesse DIP, não se poderia falar em normas reguladoras do transporte e das comunicações internacionais, em regimes de uso do mar aberto e de proteção ambiental ou em direito internacional criminal. A “humanização do direito internacional”, defendida por Cançado Trindade, é outro fato que torna difícil argumentar contra a existência do DIP. Por fim, alguns poderiam argumentar que nem sempre respeitam-se as normas de DIP. Isso, porém, também ocorre no direito interno, o que não lhe tira, entretanto, sua existência ou validade.

Questão 2

O que pensa o candidato de a Corte Internacional de Justiça invalidar resolução obrigatória do Conselho de Segurança das Nações Unidas adotada nos termos do Capítulo VII (Ação Relativa a Ameaças à Paz, Ruptura da Paz e Atos de Agressão) da Carta da Organização?

Flávio Campestrin Bettarello (20/20)

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é o órgão deliberativo máximo, no âmbito do sistema da ONU, em matéria de segurança internacional (cf.art. 24 da Carta das Nações Unidas). Dessa forma, não possui relação hierárquica de subordinação com a Corte Internacional de Justiça (CIJ). Esta não possui competência para atuar como órgão de apelação ou tribunal de revisão das resoluções obrigatórias do CSNU não podendo, por conseguinte, agir como uma segunda instância revisora das decisões do Conselho.

*Além disso, cabe lembrar que apenas Estados podem ser partes nas causas impetradas perante a CIJ (cf.art. 34 do Estatuto da CIJ), após reconhecerem sua jurisdição. A função precípua da referida corte é, portanto, a resolução pacífica de conflitos entre Estados sob a forma jurisdicional (cf.art. 33 da Carta das Nações Unidas). Assim, não pode o CSNU ser parte de uma ação na CIJ, quer no pólo ativo, quer no pólo passivo. Conseqüentemente, o CSNU e suas resoluções não podem ser vinculados por decisão **inter partes** da CIJ.*

Caso a corte fosse provocada a desempenhar um papel consultivo, poderia emitir parecer sobre a conformidade da resolução obrigatória do CSNU ao Direito Internacional, mas este parecer prescindiria de qualquer caráter vinculante.

*Por fim, a CIJ não possui competência para, **ex officio**, analisar as decisões do CSNU e discorrer sobre sua validade. Por conseguinte, podemos concluir que a CIJ, enquanto tribunal voltado para dirimir conflitos entre Estados, não dispõe de instrumentos ou de competência para invalidar diretamente resoluções obrigatórias do CSNU.*

Questão 3

Diante do agravamento do quadro de segurança internacional, é apresentada ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição admitindo a pena de morte no Brasil, restrita a estrangeiros, em casos de crime de terrorismo. O que você tem a dizer sobre a viabilidade jurídica dessa proposta?



Matheus Machado de Carvalho (19/20)

A emenda constitucional pode ser objeto de controle de constitucionalidade no Brasil, estando sujeita tanto a restrições formais (relativas ao processo de criação da norma) quanto a limites materiais (relativos ao conteúdo). A viabilidade jurídica material de proposta de emenda decorre da submissão às cláusulas pétreas da Constituição Federal, dentre as quais se incluem os direitos e garantias fundamentais.

*Proposta de pena de morte afronta diretamente o dispositivo constitucional que restringe sua aplicação somente em tempo de guerra. O fato de a emenda conter pena de morte restrita a estrangeiros não suprime seu caráter inconstitucional. Os direitos e garantias fundamentais são aplicáveis aos cidadãos brasileiros e aos estrangeiros. Embora o **caput** do artigo 5.º mencione somente “estrangeiros residentes no País”, deve-se interpretar a norma como relativa aos estrangeiros sobre os quais o Estado possui condições de exercer soberania, o que também inclui os não-residentes. Trata-se da aplicação de outro direito fundamental: a igualdade. Restrições a direitos de estrangeiros devem limitar-se ao mínimo necessário para proteção de interesses nacionais relevantes, que estão, em sua maioria, na própria Constituição.*

Portanto, a mencionada proposta de emenda constitucional não tem viabilidade jurídica, por manifesta inconstitucionalidade, devendo ser rechaçada preventivamente pelo poder Legislativo por meio da Comissão de Constituição e Justiça, ou pelo veto do presidente da República ou, caso sancionada, por meio de controle de constitucionalidade pelo poder Judiciário.

Questão 4

Concorda o candidato com a afirmação de que o *pacta sunt servanda* é uma regra moral e não consuetudinária? Fundamente sua resposta.

Fabiana Muniz de Barros Moreira (20/20)

*Para que se analise a pertinência do princípio **pacta sunt servanda** com o mundo do direito, ao qual pertence o costume, e com a moral, deve-se avaliar, primeiramente, o conceito de regra jurídica e de regra moral.*

*Uma norma de cunho moral é autônoma, na medida em que implica adesão voluntária do sujeito. São os valores e crenças do indivíduo que a determinam, independentemente de imposição exterior. Já a norma jurídica é heterônoma. O costume compõe-se de elemento objetivo e subjetivo, porquanto é identificado pela prática reiterada e pela convicção de que assim se procede por ser necessário. O seu componente subjetivo refere-se à existência de uma **opinio iuris**, isto é, de uma crença na necessidade do procedimento, independentemente de adesão voluntária. Verifica-se, pois, o caráter consuetudinário do princípio **pacta sunt servanda**.*

*Ainda que a regra moral e a norma consuetudinária tenham como fundamento fato diverso, ambas podem coincidir. Nesse sentido, nem tudo que é moral é costume, nem tudo que é costume é moral, embora seja identificável uma interseção entre as duas esferas normativas. O princípio **pacta sunt servanda**, dependendo da adesão voluntária do sujeito, pertence tanto ao costume quanto à moral.*



Questão 5

Com fundamento no que dispõe o § 4º do artigo 5º da Constituição Federal — incluído pela Emenda Constitucional n.º 45, de 2004 (“§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.”) —, pode-se afirmar que as normas decorrentes da incorporação do Estatuto de Roma ao ordenamento jurídico brasileiro estão imunes ao controle de constitucionalidade? Justifique.

Leônidas dos Santos Melo Coelho (19/20)

Desde a adesão brasileira ao Estatuto de Roma, que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional (TPI), muito tem sido discutido sobre a sua constitucionalidade, destacando-se dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, alega-se que a pena de prisão perpétua, prevista no estatuto referido, é proibida pelo ordenamento nacional, porquanto a pena máxima em solo brasileiro é de 30 (trinta) anos. Em segundo lugar, afirma-se que a obrigação que o Brasil tem de entregar nacionais seus ao TPI contraria a regra constitucional de que não poderá ocorrer a extradição de brasileiros natos e de que a extradição de brasileiros naturalizados apenas ocorrerá em duas ocasiões: por crime cometido anteriormente à naturalização e pelo crime de tráfico de entorpecentes ou de drogas afins.

A Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, ao acrescentar o §4º no artigo 5º afirmando que o Brasil se submeteria à jurisdição de um Tribunal Penal Internacional, foi tentativa de eliminar as incongruências entre a Constituição Federal e o Estatuto de Roma. Tal atitude, porém, não teve o alcance desejado. As normas decorrentes da incorporação do Estatuto de Roma ao ordenamento jurídico brasileiro não estão imunes ao controle de constitucionalidade, pois o fato de se ter reconhecido constitucionalmente o TPI não é capaz de apagar os possíveis contrastes do seu estatuto com dispositivos outros da Constituição Federal, mormente quando são considerados cláusulas pétreas. Esse é o caso das proibições da pena de prisão perpétua e da extradição de nacionais, que são direitos individuais irrevogáveis, mesmo por meio de Emenda Constitucional.

*



NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. Conceitos básicos. 1.1 O objeto da Economia: escassez e usos alternativos; bens econômicos; sistema de preços e alocação de recursos. 1.2 Noções sobre a evolução da análise econômica: pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos. 1.3 Medida da atividade econômica: produto e renda; contas nacionais: os grandes agregados e sua estimação; valores nominais e valores reais; índices de preços. 1.4 Noções de Microeconomia: determinantes da procura e da oferta; elasticidades; o equilíbrio de mercado; concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado. 1.5 Moeda e sistema bancário: oferta e procura de moeda; Banco Central e política monetária; inflação. 1.6 Noções de Economia Internacional: taxas de câmbio e sua determinação; o balanço de pagamentos; a noção de vantagens comparativas e vantagens competitivas. Movimentos internacionais de capitais. Taxa de juros interna e externa. Integração econômica, comércio mundial e acordos regionais.

2. Formação da Economia Brasileira. 2.1 A economia brasileira no período colonial: a economia açucareira do Nordeste; auge e declínio da mineração. 2.2 A economia brasileira no século XIX: expansão da lavoura cafeeira; transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial. 2.3 A economia brasileira na primeira metade do século XX: as duas guerras mundiais; a depressão dos anos trinta e seus reflexos; o processo de industrialização: fases, características. 2.4 A economia brasileira na segunda metade do século XX: desenvolvimentismo e planejamento econômico; endividamento público e processo inflacionário; choques externos e planos de estabilização; opções de política econômica; mercado de trabalho; ciência, tecnologia e inovação; comércio exterior e integração econômica.

Bibliografia sugerida:

ABREU, M. P. **A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2003.

MANKIWI, N. G. **Introdução à Economia: princípios de micro e macro economia**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.



- PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SAMUELSON. P. A.; NORDHAUS, W. D. **Economia** 16. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1999.
- TAVARES, Maria da Conceição. Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil” in: **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VERSIANI, Flávio Rabelo. **Manual do candidato: noções de economia**. Brasília: FUNAG, 1996.

Prova de 2006

Questão 1

Suponha que o desenvolvimento de uma nova tecnologia aumente a produtividade no conjunto da economia. Avalie os efeitos desta nova tecnologia sobre a produção e o nível de preços, a partir de uma análise clássica e de uma análise keynesiana.

Cristiano José de Carvalho Rabelo (20/20)

A teoria econômica clássica preconiza que, dada uma dotação fixa de recursos, como capital, poupança, mão-de-obra, insumos naturais e tecnologia, uma economia apresentaria um PIB potencial de longo prazo. Dado que preços e salários são flexíveis no longo prazo, o PIB potencial significa uma situação de pleno emprego. Gráficamente, portanto, o PIB de longo prazo é representado como uma curva de oferta agregada vertical, perfeitamente inelástica. No curto prazo, no entanto, preços e salários são rígidos (devido a contratos, custos de remarcação de preços e reimpressão de catálogos etc.), o que torna a curva de oferta agregada positivamente inclinada.

Para os clássicos, portanto, políticas expansionistas, como um incremento nos gastos governamentais, não têm poder para alterar o PIB potencial. Só se consegue, com isso, alterar o nível geral de preços (inflação) e o ritmo de crescimento em direção ao PIB potencial (um ano de crescimento acima da média seria em seguida compensado por crescimento econômico abaixo da média). O desenvolvimento de uma nova tecnologia, no entanto, tem a capacidade de alterar o PIB potencial. Analisando-se segundo a teoria clássica, tal inovação deslocaria a curva de PIB potencial/oferta agregada para a direita, significando um aumento na produtividade e na produção, provocando uma queda no nível geral de preços.

A teoria keynesiana, por seu turno, defende que preços e salários são rígidos tanto no curto como no longo prazo. Entretanto, no curto prazo haveria sempre capacidade ociosa a ser explorada, fazendo da curva de oferta agregada uma reta horizontal perfeitamente elástica. Políticas expansionistas teriam, logo, o condão de aumentar a produção geral de uma economia, sem gerar inflação de preços. No longo prazo, a economia aproximar-se-ia do pleno emprego, mas este não é jamais atingido, tornando positivamente inclinada a curva de oferta agregada. Políticas governamentais expansionistas gerariam, pois, no longo prazo, um pouco de inflação, mas acompanhada de aumento do produto.

O desenvolvimento de uma nova tecnologia também traria, segundo a teoria keynesiana, resultados benéficos ao conjunto da economia. O choque positivo de oferta possibilitado pela nova tecnologia provocaria, tanto no curto prazo como no longo prazo, o deslocamento para baixo da curva de oferta agregada, aumentando a produção e ensejando uma redução no nível de preços.



Questão 2

Como uma desvalorização cambial pode ajustar a balança comercial em um país onde a taxa de câmbio é determinada pelo Banco Central (câmbio fixo)? Compare com o caso de um país que possui taxas de câmbio flexíveis.

Fabiana Muniz de Barros Moreira (20/20)

O enunciado da questão propõe que se analise o ajuste da balança comercial de um país, mediante desvalorização cambial, com manutenção da taxa de câmbio fixa. A seguir, requer comparação do processo a taxas de câmbio flexíveis.

O mecanismo de ajuste da balança comercial é semelhante em ambos os regimes, mas provoca conseqüências diversas. No câmbio fixo, a desvalorização encarece as importações, aumentando a competitividade dos produtos domésticos e diminuindo a demanda por itens importados. Igualmente, a desvalorização cambial torna o produto nacional mais competitivo no mercado externo, com conseqüente aumento da demanda externa. Na medida em que a oferta e a demanda por divisas são determinadas, principalmente, pela compra e venda dos produtos da balança comercial, haverá maior entrada de divisas mediante o incremento das exportações e menor saída de divisas, em face da diminuição da demanda por importações. Em país cujo câmbio é determinado pelo Banco Central (câmbio fixo), o aumento da oferta de divisas repercutirá no aumento das reservas. A capacidade de acúmulo dessas reservas, no entanto, dependerá do impacto das exportações sobre a renda desse país. Com base na identidade fundamental da economia, tem-se que $Y = C + I + G + X - M$ (renda é igual a consumo, mais investimentos, mais gastos do governo, mais o resultado das transações correntes). O incremento muito alto das exportações, em país cujo centro dinâmico da economia seja o mercado externo, poderá aumentar a renda de forma tão intensa, e com tamanho impacto sobre a demanda por importações, que o equilíbrio da balança comercial poderá ser comprometido no futuro.

Já no regime de taxas de câmbio flutuantes, a tendência é o equilíbrio. Da mesma forma, a desvalorização cambial provocará queda na demanda por importações e aumento na demanda por exportações. Em um primeiro momento, portanto, verifica-se a criação de superávit comercial. A manutenção da conta superavitária, contudo, encontra dificuldades. Com o aumento das exportações, há maior oferta de divisas, o que não encontra paralelo por parte da demanda por divisas, deprimida em face do aumento do preço dos produtos importados. Em se tratando de regime de câmbio flexível, o excesso de divisas terá por conseqüência a apreciação da moeda nacional em relação à estrangeira. Mediante tal valorização, os produtos domésticos perdem a vantagem proporcionada pela desvalorização inicial e há aumento da demanda por produtos importados. Dessa maneira, a balança comercial deixa de ser superavitária, alcançando o equilíbrio.

Questão 3

A teoria das vantagens comparativas afirma que um país deve se especializar na produção de bens que apresentem o menor custo de oportunidade. Baseando-se nessa teoria, construa uma argumentação para mostrar que a maioria dos consumidores da Europa e dos Estados Unidos ganharia com o fim das barreiras ao comércio de bens agrícolas.



Gustavo de Britto Freire Pacheco (20/20)

A teoria das vantagens comparativas, cuja formulação inicial devemos ao economista David Ricardo, sustenta que os ganhos de comércio auferidos por cada país em suas negociações comerciais no mercado internacional baseiam-se na eficiência alocativa promovida pela especialização de cada país na produção de bens que apresentem vantagens comparativas em relação aos bens produzidos em outros países. A noção de "vantagens comparativas" baseia-se na noção de "custo de oportunidade", que é o valor relativo de um bem medido em termos de outro bem. O custo de oportunidade diz respeito àquilo de que temos que abrir mão para obter algo que desejamos. Segundo a teoria ricardiana, mesmo que um país disponha de vantagens absolutas (isto é, de maior produtividade com a mesma quantidade de insumos) na produção de um bem, pode ser vantajoso para o país abrir mão da produção desse bem em prol de outro bem cuja produção apresente menor custo de oportunidade.

Os custos de oportunidade de cada país variam em função da dotação de cada um dos fatores de produção (terra, trabalho e capital). Como esses fatores encontram-se desigualmente distribuídos, cada país apresenta diferentes custos de oportunidade. É essa diferença que enseja as diferentes vantagens comparativas na produção de cada bem. Enquanto houver variação nos custos de oportunidade, haverá vantagens comparativas e portanto perspectivas de ganhos de comércio resultantes da especialização de cada país no comércio de bens cuja produção lhe seja comparativamente vantajosa. Assim, um país que disponha de vantagens absolutas na produção dos bens A e B, por exemplo, pode optar por concentrar-se na produção do bem B desde que a renda decorrente da concentração de recursos na produção deste bem seja superior à renda que seria auferida se esses recursos fossem divididos entre a produção dos dois bens. Este exemplo supõe que o custo de oportunidade da produção do bem B é menor que o custo de oportunidade da produção do bem A para este país, e que existam outros países que apresentem menor custo de oportunidade na produção do bem A. Pode ser vantajoso para o país em tela, portanto, abster-se da produção de A, optando por obter este bem através do comércio com outros países. De acordo com este modelo, todos os países podem obter ganhos de comércio, mesmo um país que não apresente vantagens absolutas na produção de qualquer bem, pois ainda assim será vantajoso para este país concentrar-se na produção de determinados bens de que disponha de vantagens comparativas.

A partir das idéias de Ricardo, outros economistas foram ampliando e complexificando a teoria das vantagens comparativas. Vale destacar, nesse sentido, a contribuição dos economistas suecos Heckscher e Ohlin, que afirmaram que um país é mais competitivo nas áreas que usem de maneira mais intensiva os fatores de produção presentes em seu território em maior abundância. Seu argumento é que a abundância dos fatores barateia seu preço relativo, ensejando vantagens absolutas e, por conseguinte, eventuais vantagens comparativas na produção de bens que usem esses fatores mais intensivamente.

A partir da teoria das vantagens comparativas, é possível argumentar que Europa e Estados Unidos apresentam vantagens comparativas na produção de bens manufaturados, uma vez que estes bens demandam uma série de fatores de produção (especialmente capital e mão-de-obra qualificada) que são mais abundantes na Europa e nos Estados Unidos do que em outras regiões, especialmente nos países em desenvolvimento. Assim, é vantajoso para europeus e norte-americanos concentrarem-se na produção de bens manufaturados em detrimento da produção de bens agrícolas, que podem ser obtidos por meio do comércio com países que apresentem menor custo de oportunidade na produção de bens agrícolas. Para que tal vantagem seja auferida de fato, contudo, é necessário que as barreiras ao comércio



de bens agrícolas sejam extintas ou pelo menos reduzidas de forma significativa. As barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio de bens torna-os menos competitivos e portanto reduzem ou eliminam a perspectiva de ganhos de comércio, desencorajando uma alocação eficiente dos recursos disponíveis. Com a extinção ou redução significativa das barreiras ao comércio de bens agrícolas, as economias dos países envolvidos nesse comércio se tornariam mais especializadas (cada país se especializaria na produção de bens em que apresente vantagens comparativas) e portanto mais eficientes, e todos lucrariam com o aumento global da renda auferida decorrente do aumento da eficiência econômica. Os consumidores da Europa e dos Estados Unidos teriam portanto muito a ganhar, pois teriam mais renda global para consumir, inclusive bens agrícolas de outros países, que estariam disponíveis para consumo a preços mais baixos que os similares nacionais. Ganha-se, portanto, duas vezes: uma com o aumento global da renda, outra com a diminuição de preços.

Questão 4

“A expansão atualmente observada da demanda por serviços de transporte aéreo no Brasil e no resto do mundo, ao aumentar a procura por pessoal especializado — principalmente pilotos e co-pilotos —, leva a aumentos salariais dessas categorias e, portanto, é consistente com a existência, nesse setor, de uma curva de oferta de longo prazo positivamente inclinada.” Avalie essa afirmação do ponto de vista teórico.

Hélio Forjaz Rodrigues Caldas (18/20)

O mercado de mão-de-obra funciona, em linhas gerais, como qualquer outro mercado, em que a oferta e a demanda de determinado bem definem seu valor. Nesse mercado, os indivíduos oferecem sua força de trabalho, que é demandada por empresas. Quando a economia cresce e as empresas decidem investir, normalmente necessitam de mais mão-de-obra. Como, no curto prazo, a oferta de mão-de-obra é fixa, determinada pelo tamanho da população (com pequenas variações de indivíduos que podem entrar e sair do mercado de trabalho), o aumento da demanda gera aumento do preço da força de trabalho, o que se traduz no aumento de salários em geral. Desse modo, é correto afirmar que a curva de oferta de trabalho para uma economia como um todo é positivamente inclinada, mesmo no longo prazo (desconsiderando a possibilidade de uma taxa de crescimento populacional exageradamente alta).

A situação é, contudo, um pouco diferente quando a análise é focada em apenas um setor da economia, como a aviação. O aumento da demanda por transporte aéreo faz que as empresas aéreas invistam mais para atender à demanda. A empresa talvez não contrate novos empregados em geral, na mesma proporção em que aumenta seus investimentos, pois uma atendente pode talvez atender mais clientes, porém para algumas categorias específicas, como pilotos e co-pilotos, o aumento da demanda por força de trabalho é praticamente proporcional ao aumento nos investimentos.

No curto prazo, a oferta de pilotos e co-pilotos é relativamente fixa, pois não é qualquer pessoa que pode assumir esses cargos. São necessários cursos específicos e grande número de horas de voo para tal. Com uma oferta rígida, qualquer aumento de demanda, no curto prazo, resultará em substancial aumento dos salários. Isso significa que, no curto prazo, a curva de oferta do setor é, de forma acentuada, inclinada positivamente.

No longo prazo, contudo, há a possibilidade de outros indivíduos realizarem cursos de pilotagem e, desse modo, aumentarem a oferta de pilotos. Quanto maior for o salário dos



pilotos, mais pessoas se apresentarão para os cursos de pilotagem. Mesmo que esses cursos, de início, sejam poucos e caracterizem, portanto, oferta limitada (um gargalo para o aumento da oferta de pilotos), no longo prazo, novos cursos serão abertos, possibilitando aumentos cada vez maiores na oferta de pilotos e co-pilotos.

De fato, a oferta de pilotos e co-pilotos, como a de qualquer profissão especializada, é muito mais elástica no longo prazo do que no curto prazo. Não é possível afirmar que ela seja infinitamente elástica, mesmo em prazo muito longo, pois não seria toda a população de um país a desejar tornar-se piloto apenas em razão do aumento de salário dessa categoria (preferências pessoais exercem influência nessa decisão), porém sua inclinação positiva no longo prazo é reduzida.

Como a curva de oferta de mão-de-obra, no longo prazo, não é significativamente inclinada, nem o é a oferta de outros insumos, como aviões e outros equipamentos, é errôneo afirmar que a curva de longo prazo do setor seja positivamente inclinada. De fato, apesar do grande aumento da demanda por transporte aéreo nas últimas décadas, o preço das passagens vêm-se reduzindo progressivamente.

Questão 5

Um exemplo de política realizada com a participação dos estados da Federação foi o acordo de Taubaté, de 1906. Em que consistia esse acordo e qual a sua consequência sobre a produção cafeeira nacional?

Cristiano José de Carvalho Rabelo (20/20)

Historiadores descrevem o Brasil de 1906 como uma república oligárquica, regida pelos interesses das elites proeminentes dos principais estados do país. Em princípios do século XX, as elites políticas nacionais estavam intimamente ligadas à produção cafeeira, e dela retiravam seu poder econômico e político.

Segundo Celso Furtado, com o declínio do ciclo do ouro, a economia brasileira entrou em uma fase de estagnação da qual só sairia com o surgimento da produção cafeeira, por volta de 1830. O café tornou-se o principal produto da economia nacional, que tinha seu dinamismo no exterior, dependendo a economia das rendas advindas da exportação. Em princípios do século XX, a produção brasileira de café crescia vertiginosamente, dado que devido à falta de oportunidades para diversificação econômica, as rendas do café eram reinvestidas na produção. O excesso de oferta do produto no mercado mundial comprimiu seus preços, diminuindo a renda do Brasil.

O acordo de Taubaté, de 1906, foi realizado para que essa situação fosse combatida. Tratava-se de uma política de valorização do café baseada na compra e estocagem dos excedentes de produção. A compra do café foi financiada por meio de novos empréstimos contraídos no exterior pelos estados e garantidos pelo governo federal (operação permitida pela Constituição de 1891). Instituiu-se também um novo imposto sobre cada saca de café exportada, de modo a ser possível financiar o serviço da dívida e garantir novos empréstimos. Por fim, o acordo de Taubaté estipulou que os estados evitariam a expansão e o surgimento de novas plantações, para que o incremento da oferta não derrubasse ainda mais os preços.

Pode-se dizer que o sucesso do mecanismo de defesa do café foi também sua ruína. Ao lograr êxito na manutenção dos preços internacionais do produto, o acordo de Taubaté estimulou um aumento ainda maior da oferta. Os lucros continuavam a ser reinvestidos na

produção e os estados não conseguiam conter o surgimento de novas lavouras, o que levava a uma constante expansão da oferta e à conseqüente queda dos preços. A crise de 1929, no entanto, determinou o fim da liquidez mundial, impossibilitando ao Brasil o financiamento externo de seu mecanismo de proteção do café, determinando o fim do compromisso pactuado em Taubaté.

*



ESPAÑHOL

A prova de Espanhol, com o valor máximo de 50 (cinquenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) sobre tema da atualidade. A leitura e as respostas serão em língua espanhola.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Características da prova e critérios de avaliação

As questões terão valores diferenciados, de acordo com a complexidade da pergunta.

O critério de avaliação observará os seguintes itens:

- correção gramatical;
- compreensão textual;
- organização e desenvolvimento de idéias;
- qualidade da linguagem

Orientação para estudo

Tendo presente a natureza da prova, recomenda-se a leitura de periódicos em Espanhol, como por exemplo: *El País* (www.elpais.es), *El Mundo* (www.elmundo.es), *La Nación* (www.lanacion.com.ar) e *Clarín* (www.clarin.com).

- Dicionários:

Diccionario de la lengua española. Real Academia de la Lengua Española, 23ª edición, Madrid, Espasa-Calpe, 2004. (www.rae.es)

Diccionario Salamanca de la Lengua Española. Dirección Editorial: Pilar Peña Pérez. Madrid, Santillana, 1996.

Señas: Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

Gramáticas:

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. **Conjugar es fácil en español de España y América.** Madrid, Edelsa, 1997.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Esbozo de una nueva gramática de la lengua española.** Madrid, Espasa-Calpe, 1996.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Ortografía de la lengua española.** Edición revisada por las Academias de la Lengua. Madrid, Espasa-Calpe, 1996.

SECO, Manuel. **Gramática esencial del español: introducción al estudio de la lengua.** Madrid, Espasa-Calpe, 2001.

SILVA, Cecília Fonseca da. **Los falsos amigos en español y portugués: interferencias léxicas.** Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 2003.

_____ & SILVA, Luz María Pires da. **Español a través de textos: estudio contrastivo para brasileños.** Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 2001.



Prova de 2006

Lea los dos textos de las páginas siguientes y resuelva las cuestiones propuestas. Acuérdesse de que ésta es una prueba de comprensión lectora, cuyas respuestas deberán estar completas — sujeto, predicado, complemento —, y en español (no utilice citas, así que las respuestas serán con sus propias palabras).

TEXTO 1

El español de los políticos

Francisco Moreno-Fernández

La prensa internacional se ha hecho eco de la importante victoria electoral de Antonio Villaraigosa en Los Ángeles, pero se ha destacado muy especialmente en la prensa de los países hispanohablantes. He tenido la oportunidad de leer algunas crónicas en las que el triunfo de Villaraigosa se interpreta como una prueba palpable del lento e inexorable avance de lo hispano en los Estados Unidos. Naturalmente, en esas crónicas, el uso de la “r” simple y doble alternaba alegremente en la escritura del apellido de nuestro nuevo alcalde, con preferencia por la doble, como sería preceptivo* en español.

Entre los periodistas y columnistas hispanohablantes no faltan quienes critican y reprochan, con el dedo índice en alto y el entrecejo fruncido, la inconveniencia de que un personaje público hispano presente en su tarjeta de visita una falta de ortografía. Y no van descaminados en la denuncia. Puestos a ser exigentes, podría recriminarse incluso la sintaxis de una frase dicha por el entonces candidato en su campaña publicitaria en español, cuando preguntaba retóricamente “¿Verdad de que sí?”. Ese uso dequeísta*, que no es extraño al habla popular de muchos países hispánicos, tampoco es el más aconsejable dentro de un mensaje público. Pero lo grave, a mi modo de ver las cosas, no es que aparezcan estos usos “erróneos” en público, que podrían justificarse diciendo que para los nombres propios no rigen las reglas de ortografía o que el lenguaje de los políticos debe incluir expresiones que os acerquen a la forma de hablar del pueblo. Lo grave es que muchos de esos usos aparecen por simple desconocimiento o por una falta de interés en el manejo cuidadoso de la lengua.

Dentro de la política de EU, el español está adquiriendo un estatus de lengua simbólica: lo relevante parece ser su presencia testimonial en los medios, no tanto su forma o su corrección. No importa que un candidato a presidente sepa decir tan solo unas pocas frases con un acento horroroso o que un candidato hispano a alcalde no sea capaz de mantener una conversación o un debate vivo y fluido en español. Es más significativo que los candidatos anglohablantes dejen ver que están haciendo un esfuerzo por aprender español, es decir que reconozcan el valor simbólico de la lengua.

El hecho de ser hispano presupone el reconocimiento de ese valor y por eso los políticos hispanos se permiten el lujo de usar la lengua sin esmero y de ignorar en sus campañas a los hispanos, como hizo Villaraigosa en la suya: con decir que se sentía orgulloso de su origen parecía suficiente.

No nos engañemos. Por mucho que en los países hispanohablantes se resalte como un rasgo decisivo la “hispanidad” de Villaraigosa en Los Angeles, de Cisneros en San Antonio o de Ferrer en Nueva York, el éxito de estos políticos no reside en hacer una política para los hispanos, sino en hacer una política para todos, con sello estadounidense y en inglés. El español es un símbolo, un origen que, sin negarlo, se puede abandonar para alcanzar otro estatus. Ocurre, sin embargo, que el español va dejando, poco a poco, de ser una lengua de



marca étnica y va convirtiéndose en un recurso comunicativo estadounidense tan legítimo como el inglés. Si yo fuera un político hispano, me pondría cuanto antes a aprender a usar mi lengua de origen en los contextos más formales y en los estilos —hablados y escritos— más profesionales. El español ya no es solo la lengua del amor y, además, la política es cada vez más exigente.

La Opinión — Los Angeles

* *preceptivo*: ordenado por un precepto.

* *dequeísta*: el empleo indebido de “de que” cuando el régimen verbal no lo admite.

PREGUNTAS

1) En el primer párrafo, ¿qué quiere decir el autor con la expresión “lo hispano”?

El autor utiliza la expresión “lo hispano” en el primer párrafo como sinónimo de características y elementos culturales de la comunidad de hispanohablantes. Estas características y elementos incluyen la lengua española, las costumbre y la tradición de la comunidad.

2) ¿Por qué los periodistas “no van descaminados en la denuncia”?

En la opinión del autor, los periodistas están correctos cuando critican a los políticos por no saber manejar el idioma.

3) Explique, con sus palabras, la opinión del autor sobre qué es grave y qué no es grave respecto a los errores gramaticales de los políticos?

El hecho de que los políticos hablen o escriban de manera incorrecta no es un problema serio, siempre que esto ocurra por un deseo sincero de comunicarse en el lenguaje del pueblo. Sin embargo, la situación es distinta cuando los errores resultan no de una escoja, sino de la ignorancia.

4) ¿Por qué dice el autor que el español está adquiriendo el estatus de lengua simbólica?

El español está adquiriendo estatus de lengua simbólica porque representa un rasgo de la identidad de una parte substancial de la población estadounidense. El español une la comunidad hispánica y representa su origen. Por lo tanto, los políticos anglohablantes, en la búsqueda por votos, intentan acercarse de esa población por medio del uso del español básico. En otras palabras, saber la lengua de los hispanohablantes quiere decir, para los políticos, preocuparse con sus problemas

5) El autor hace una advertencia en el último párrafo, ¿En qué consiste dicha advertencia? ¿Por qué la hace?

La advertencia se refiere al hecho de que el español va convirtiéndose en un recurso



de comunicación equiparable al inglés. Por ello, sería recomendable que los políticos se esmeren en aprender el uso correcto del lenguaje, haciendo frente a las exigencias de la política. El autor hace la advertencia pursto que le carácter simbólico del español podría transformarlo en un recurso de comunicación desechable.

TEXTO II

ELECCIONES EN PERÚ: ESTABILIDAD Y BAJA INFLACIÓN, PERO TAMBIÉN UN 65% DE TRABAJADORES INFORMALES

Perú: fiebre de consumo y pobreza estructural, en un país de contrastes

En el gobierno de Toledo el país creció 4% anual. Pero la euforia no fue para todos.

Pablo Biffi **LIMA**. ENVIADO ESPECIAL.
CLARÍN — 07/04/2006

El centro comercial de Larcomar — en un barranco que cuelga sobre el Pacífico en el coqueto distrito de Miraflores — hierve de gente al atardecer. Bares, restaurantes, cines, casinos, negocios de ropas y de electrodomésticos viven tiempos de euforia, como hacía tiempo no se veía en esta capital. Un fenómeno indiscriminado de consumo se ha instalado en las clases medias y medias altas urbanas, sostenido en la estabilidad, la baja inflación y el crecimiento de la economía de manera constante en los últimos cinco años.

El fenómeno se reproduce — en menor escala, pero de todos modos bien visible — en zonas populosas de esta capital, en donde megacomplejos comerciales le han cambiado la fisonomía a esas barriadas, ocupando manzanas completas con rubros para todos los gustos. Las cifras macroeconómicas del país explican, en parte, la transformación estética que han sufrido varias zonas de Lima: entre 2001 y 2005 — los 5 años de gobierno de Alejandro Toledo — la economía creció 21%, las exportaciones un 44,7% y la inversión privada poco más del 25%. La inflación fue de apenas el 1,5 durante todo 2005.

“Los indicadores macroeconómicos son engañosos porque no responden a una estrategia de crecimiento, sino que son parte de un ciclo económico mundial que favorece al país. Hay un contexto que favorece a la economía peruana, exportadora de las materias primas necesarias para el mundo desarrollado”, explicó a Clarín el economista y profesor universitario, Denis Falvi.

Para Falvi, el problema de Perú es “estructural”, porque es un país que no tiene la infraestructura necesaria para crecer y desarrollarse. “Si la economía mundial sufre un ciclo de retracción, toda esta burbuja de consumo y de estabilidad se derrumbaría inmediatamente, como pasó en Argentina, por ejemplo. Pero nosotros no estamos en condiciones de hacer frente a una crisis de esa magnitud”, agregó Falvi.

Carlos es un profesional. Tiene trabajo estable, dos hijos y una esposa que también trabaja. Un crédito a 20 años en dólares para comprar una vivienda. Y también tarjeta de crédito, con la que financia sus compras más importantes, como ropa o electrodomésticos. Según datos de Visa Perú, el consumo de su plástico creció un 45% el año pasado y el consumo total entre tarjetas de crédito y débito fue de 1.200 millones de dólares.

“Hay un proceso de gasto casi compulsivo y no hay ahorro. Y tampoco parece



importar que las tasas de interés de las tarjetas sean altas. Cualquier sacudón en la economía puede ser fatal”, dice el economista.

El interior de Perú, en particular la selva y la sierra, es la región del país al que no ha llegado el “derrame” del crecimiento económico del 6,7 por ciento del año pasado. Allí se ve con claridad la pobreza estructural, que llega al 54 por ciento según cifras oficiales, pero que datos privados la ubican por encima del 60 por ciento.

Allí no llegan, tampoco, los beneficios de las exportaciones récord en minería, un rubro que no genera puestos de trabajo formal, uno de los dramas de este país: el 65 por ciento de la población es considerado “trabajador informal”, pese a que la desocupación — en cifras oficiales — esté por debajo del 10 por ciento.

A la sierra o a la selva tampoco le corresponde otro dato que marca la fiebre del consumo que embarga a sectores medio y medios altos: la venta de autos aumentó en un 50 por ciento en 2005 respecto del año anterior, según cifras del sector.

El distrito de Independencia se parece a cualquier partido del conurbano bonaerense, típico de sectores medios y bajos. El movimiento por la mañana es incesante en el Mega Plaza, un imponente centro comercial en el que se vende de todo a precios razonables, con infinidad de ofertas, sobre todo en indumentaria. El año pasado, ese shopping vendió por 150 millones de dólares, sobre todo ropa y calzado.

“No es que estemos mejor, pero hay algo más de platita ahora”, dice Martha, un ama de casa que administra como puede el dinero que lleva a la casa su marido, empleado en una casa de venta de electrodomésticos, en otro centro comercial de Miraflores.

Con todo, Lima tiene arraigado el drama de la mayoría de las capitales latinoamericanas: decenas de chicos que en las esquinas de esta capital se ganan unas pocas monedas limpiando los vidrios polarizados de las 4x4. Como esos nenes que no pasan de los 10 años y que a las 12 de la noche, en una estación de servicio de San Isidro — otro distrito coqueto de esta ciudad — llevan varias horas trabajando y pocas monedas en sus latitas.

PREGUNTAS

6) Describa dónde está ubicado el centro comercial de Larcomar.

El centro comercial de Larcomar está ubicado en el barrio de Miraflores, en un acantilato cerca del mar.

7) ¿Qué le pasa al centro comercial? ¿Por qué?

El centro es tomado de personas al atardecer. Las opciones de consumo, culturales y de entretenimiento hacen del complejo un punto de euforia y agitación. Se trata de una tendencia al consumo, nutrida por las clases medias y medias altas de la ciudad, y que está basada en la estabilidad, en el control de la inflación y en el sostenido crecimiento de los últimos cinco años.

8) ¿Ello sucede en otros sitios? ¿Dónde? ¿Cómo?

Aunque en escala menor, el fenómeno se repite en otras partes de la capital peruana, en las que se pueden encontrar inmensos complejos comerciales que exhiben productos al



gusto de toda la gente.

9) ¿Qué opina el economista y profesor universitario Denis Falvi acerca del fenómeno?

El profesor Denis Falvi dijo que los indicadores de crecimiento de la economía peruana no son resultado de una estrategia de crecimiento sostenido del Gobierno, sino son reflejos del buen momento por que pasa el ciclo económico mundial. Las economías desarrolladas demandan los productos primarios peruanos haciendo crecer la economía, pero no ofrecen una senda para que tal país aumente su infraestructura y se desarrolle. Falvi identifica tal cuadro como “estructural” y señala que, si hubiera una retracción en la economía mundial, también habrá una caída del consumo. Además, el profesor atesta que al consumo compulsivo no se sigue la formación de ahorro.

10) ¿Qué realidad presenta el interior de Perú? Haga un resumen.

En el interior del Perú, principalmente en la selva y en las montañas, el desarrollo económico y de consumo de Lima está ausente, reflejado por los altos grados de pobreza, pasando de la mitad de la población, a lo que se suma la presencia marcante del empleo informal.

11) Explique el significado de “tiene arraigado” en el último párrafo del artículo. Aclare a qué drama se refiere la perífrasis.

Lima tiene arraigado el drama de la pobreza, del desamparo y del trabajo de los niños. Eso quiere decir que el problema citado tiene raíces profundas ahí, o sea, tiene causas internas.

*



FRANCÊS

A prova de Francês, com o valor máximo de 50 (cinquenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) sobre tema da atualidade. A leitura e as respostas serão em língua francesa.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Características da prova e critérios de avaliação

As questões terão valores diferenciados, de acordo com a complexidade da pergunta.

O critério de avaliação observará os seguintes itens:

- correção gramatical;
- compreensão textual;
- organização e desenvolvimento de idéias;
- qualidade da linguagem

Orientação para estudo

Tendo presente a natureza da prova, recomenda-se a leitura de jornais e revistas em Francês, como por exemplo: *Le Monde* www.lemonde.fr, *Libération* www.liberation.fr, *Le Figaro* <http://www.lefigaro.fr>, *L'Express* www.lexpress.fr, *Le Nouvel Observateur* www.nouvelobs.com e *Le Monde diplomatique* www.monde-diplomatique.fr.

Dicionários:

- unilíngües :

- **Le Petit Robert;**
- **Le Micro Robert;**
- **Le Petit Larousse.**

- bilíngües :

- BURTIN, Vinhole. **Dicionário de Português/Francês e Francês/Português**, Editora Globo.
- D'OLIM MAROTE. **Dicionário de Português/Francês e Francês/Português**, Editora Ática.

Gramáticas:

- GREGOIRE, Thievenaz. **La grammaire progressive du français, Niveau intermédiaire**, Paris, Cle International, 1995.
- BOULARES, Frerot. **La grammaire progressive du français, Niveau avancé**, Paris, Cle International, 1997.



- DELATOUR, Jenepin. **Nouvelle grammaire du français**, Cours de civilisation française de la SORBONNE, Editions HACHETTE LIVRE, 2004, Paris.

Sugere-se, ainda, consulta às seguintes páginas eletrônicas:

Site de estudo da língua e da civilização francesas: <http://www.espacefrancais.com/>

Curso de francês “on line” (204 lições gratuitas) <http://www.educaserve.com/premiere.php3>

Ministério das Relações Exteriores da França: www.france.diplomatie.fr

Embaixada da França no Brasil: <http://www.ambafrance.org.br>

Prova de 2006

Lisez attentivement le texte ci-dessous, puis suivez les consignes indiquées pour répondre à chacune des 4 premières questions.

Manifs de France

Peut-être est-il temps de s'intéresser à la nature profonde des défilés de ces dernières semaines? Qu'est-ce qu'une manifestation à la Française? Comment décrypter⁽¹⁾ le code génétique de ces **cortèges** que le monde entier nous envie avec une pointe d'effarement⁽²⁾?

Un détour par l'étranger peut servir. Assez justement, un éditorialiste du *Herald Tribune* a établi un parallèle entre les grandes manifestations qui ont scandé⁽³⁾ la crise du CPE⁽⁴⁾ et les processions religieuses de nos grands-parents, quand Dieu était encore de ce monde et les athées des orgueilleux magnifiques. Un chroniqueur de l'hebdomadaire *The Village Voice* constate, lui, que le mouvement parti des universités pour se répandre sur tout le territoire “*occupe un espace sacré dans le génome social du pays, un peu comme le base-ball et le boursicotage aux États-Unis*”.

C'est bien dit, mais insuffisant. On ne va tout de même pas laisser le dernier mot à la presse étrangère! En réalité, la manifestation est consubstantielle à la République française. Donc impénétrable aux regards extérieurs. On se moque à peine ... La première manifestation de l'histoire moderne en France remonte au 14 juillet 1790, lorsque le peuple parisien convergea vers l'esplanade du Champs-de-Mars pour célébrer le premier anniversaire de la prise de la Bastille. Manif mémorable: on **bivouaqua** sur place, on pique-niqua. Cent soixante mille personnes étaient assises. 150 000 debout, et 50 000 hommes défilèrent en armes. Les chiffres sont de la responsabilité de l'historien Jules Michelet (1798-1874).

A partir de ce jour, il y eut deux sortes de manifestations: les festives et les contestataires (on caricature par souci d'efficacité). Les festives correspondent à ces rares moments d'union et de ferveur nationale qui **ponctuent** notre histoire: manifs de la Victoire (1918), de la Libération (1944), du bonheur (8 mai 1945).

Pour le reste, les manifestations ont le plus souvent pris l'allure⁽⁵⁾ de longs cortèges revendicatifs sur fond de pompes funèbres. Pour contourner l'interdiction de se rassembler, les républicains avaient pris l'habitude au XIXème siècle de suivre les obsèques de figures emblématiques de leur cause. Citons pour mémoire les enterrements des généraux Foix et Lamarque (1825 et 1832) ou encore du journaliste Victor Noir (1869), tué en duel par le prince Pierre Bonaparte. A chaque fois, des foules de plusieurs dizaines de milliers de personnes se retrouvaient. C'était le temps des manifs en noir. Le temps du défi.

Un temps qui s'est perpétué au XXème siècle dans le registre de la colère et de la gravité avec les obsèques des neuf victimes du métro Charonne (1962), du militant gauchiste



René-Pierre Overney (1972) ou dans la volonté d'affirmation d'une force politique avec les enterrements des dirigeants communistes comme Maurice Thorez (1964) ou Jacques Duclos (1975).

Depuis, tout s'est compliqué. Sinon inversé. A partir de 1995, les Français ont littéralement réinventé l'art de manifester. D'abord, on ne revendique plus; on défend des droits acquis. On ne défile plus pour soi, mais pour les autres. Du moins le dit-on. Ainsi les "protégés" manifestent en faveur des "précaires". Les syndiqués du secteur public assurent **descendre dans la rue** pour les salariés du privé qui n'en ont ni le temps ni la possibilité.

Ensuite, la manifestation a quitté le champ purement social. Elle est tantôt un coup de semonce⁽⁶⁾ à l'adresse du pouvoir, tantôt un lever de rideau électoral. Elle joue le rôle d'une Cour suprême populaire dont la vocation ultime est de censurer les lois qui ne lui agréent pas. Changement proprement révolutionnaire. La manif s'est muée en acte politique majeur. Le législateur vote la loi, elle peut *dévoter*. Le président de la République promulgue, elle *abroge*. Ce n'est pas rien. C'est *made in France*.

Laurent Greilsamer, *Le Monde* (11/04/06)

- (1) - décrypter : déchiffrer
- (2) - effarement : peur, frayeur
- (3) - scander : rythmer
- (4) - CPE : Contrat Premier Emploi
- (5) - prendre l'allure de : ressembler à
- (6) - un coup de semonce : un avertissement

Consignes pour les questions n.º 1, 2 et 3: Notez la lettre correspondant à la bonne réponse dans la case à droite du numéro.

1. Qui est qui ?

(5 points)

- | | | | |
|--------------------------|---|-------|--|
| Jean Maximilien Lamarque | 1 | (C) | (A) un secrétaire général du PCF |
| Maurice Thorez | 2 | (A) | (B) un membre d'un parti d'extrême gauche |
| Victor Noir | 3 | (E) | (C) un général de l'armée française |
| Pierre Bonaparte | 4 | (D) | (D) un neveu de Napoléon Ier |
| René-Pierre Overney | 5 | (B) | (E) un rédacteur du journal <u>La Marseillaise</u> |

2. Que s'est-il passé en...?

(5 points)

- | | | | |
|------|---|-------|--|
| 1832 | 1 | (E) | (A) naissance de Jules Michelet |
| 1869 | 2 | (C) | (B) fin de la première guerre mondiale |
| 1945 | 3 | (D) | (C) assassinat de Victor Noir |
| 1798 | 4 | (A) | (D) victoire alliée en France |
| 1918 | 5 | (B) | (E) funérailles de Lamarque |



3. Donnez un synonyme aux mots du texte. (5 points).

cortège	1 (C)	(A) marquer
bivouaquer	2 (E)	(B) enterrement
ponctuer	3 (A)	(C) défilé
obsèques	4 (B)	(D) manifester
descendre dans la rue	5 (D)	(E) camper

4. Notez si, selon le texte, les affirmations suivantes sont vraies (V) ou fausses (F). (5 points)

1	Les manifestations en France ont commencé en mai 1968.	F
2	L’enterrement des généraux Foix et Lamarque eut lieu dans la plus stricte intimité.	F
3	Les manifestations ont récemment pris une tournure très politique.	V
4	Au XIXème siècle les républicains utilisaient les enterrements pour contourner l’interdiction de manifester.	V
5	Les manifestations sont le plus souvent festives.	F

Vous devrez répondre aux questions suivantes (5 à 8) par des phrases complètes en français.

5. D’après le premier exemple historique qu’en donne Laurent Greilsamer, comment se passe une manifestation festive?

L’anniversaire de la prise de la Bastille fut une célébration en même temps officielle, marquée par les défilés militaires, et populaire, si l’on tient compte du nombre massif de la population qui s’y rendit et du caractère très informel apporté par la présence du peuple à l’occasion. Somme toute, il s’agissait d’une célébration massive d’union nationale et de jouissance populaire.

6. Expliquez à quoi correspond “le temps du défi” dans l’histoire des manifestations françaises

“Le temps du défi” concerne le temps de la République française quand il était interdit de manifester et, donc, les gens formaient de longs cortèges lors d’enterrements de personnes importantes – ou plutôt, de symboles politiques – afin de contourner l’interdiction établie par l’État.

7. “ Le législateur vote la loi, [la manif] peut dévoter”: qu’entendez-vous par cette expression.



La manifestation populaire s’octroie une espèce de pouvoir supérieur, qui lui permet de réviser et même d’annuler les décisions prises par les institutions politiques établies. On peut également interpréter que les élites dirigeantes sont soumises à un processus de pression populaire qui cherche à les contraindre à s’assujettir à la volonté des rues ou bien à les délégitimer face à l’opinion publique.

8. Montrez, en vous appuyant sur le texte, quels sentiments animent l’auteur dans sa critique des nouvelles manifestations à la française.

L’auteur est animé par deux sentiments. Le premier est la félicité en vue de la fraternité du peuple, qui défile non pour soi-même seulement, mais pour les autres qui ne peuvent pas "descendre la rue". L’autre sentiment est que l’auteur est orgueilleux du pouvoir des manifestations françaises, qui peuvent “dévoter” une loi.

9. Résumez le texte ci-dessus avec vos propres mots. Vous pouvez reprendre quelques mots-clés mais il vous est interdit de recopier des passages du texte. Votre résumé comportera un minimum de 30 mots et un maximum de 50 mots.

La manifestation a une signification spéciale pour les Français, quelque chose qui n’est pas facilement déchiffré par des étrangers. Depuis la première manif moderne, en 1790, il y en eut deux types: les festives et les revendicatives. Aujourd’hui, elles jouent un rôle très politique, puisqu’elles peuvent forcer le gouvernement à abroger une loi déjà votée.

*



HISTÓRIA MUNDIAL (TPS)

Conforme esclarecido na apresentação do Teste de Pré-Seleção (pág. 16), reproduz-se, a seguir, o programa e a bibliografia do Guia de Estudos de 2004 para a prova de História Mundial Contemporânea.

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o “New Deal”. A prosperidade no segundo pós-guerra. O “Welfare State” e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e “Trade Unions”. Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações Internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A “teoria dos dois campos” e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A “détente”. A “segunda Guerra Fria” (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.

6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A



construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.

7. A vida cultural

O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia:

- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 2003.
- BARRACLOUGH, G. **Introdução à História Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CASTAÑEDA, Jorge C. **A Utopia Desarmada**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- _____. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- _____. **A Era dos Extremos**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001.
- _____. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- _____. **Nações e nacionalismo desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- JOUVENEL, Bertrand de. **As Origens do Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- O’GORMAN, Edmundo. **A Invenção da América**. São Paulo: UNESP, 1992.
- OLIVER, Roland. **A Experiência Africana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- SARAIVA, José Flávio S. **Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.
- _____. **Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)**. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.
- VAISSE, Maurice, **Les Relations Internationales Depuis 1945**. 9. ed. Paris: Armand Collin, 2004.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:



- BEAUD, Michel. **História do Capitalismo de 1500 a nossos dias**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BELY, Lucien. **L'invention de la Diplomatie**. Paris: PUF, 1998.
- BERG, Eugène. **La Politique Internationale Depuis 1955**. Paris: Economica, 1989.
- FERRO, Marc. **História das Civilizações: das conquistas às independências, séc. XVII ao XX**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- JOLL, James. **Europe Since 1870**. London: Penguin Books, 1990.
- KAGARLITSKY, Boris. **A Desintegração do Monolito**. São Paulo: UNESP, 1999.
- MORSE, Richard. **O Espelho de Próspero**. 5. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- ROBERTS, J. M. **History of the World**. New edition. London: Penguin, 1990.
- PANIKKAR, K.M. **A Dominação Ocidental na Ásia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 a 12). Cambridge: Cambridge University Press.
- THOMSON, D. **Pequena História do Mundo Contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- VIZENTINI, Paulo. **Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.
- . **A Grande Crise**. Petrópolis: Vozes, 1992.

*